



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Mônica Younes de Souza

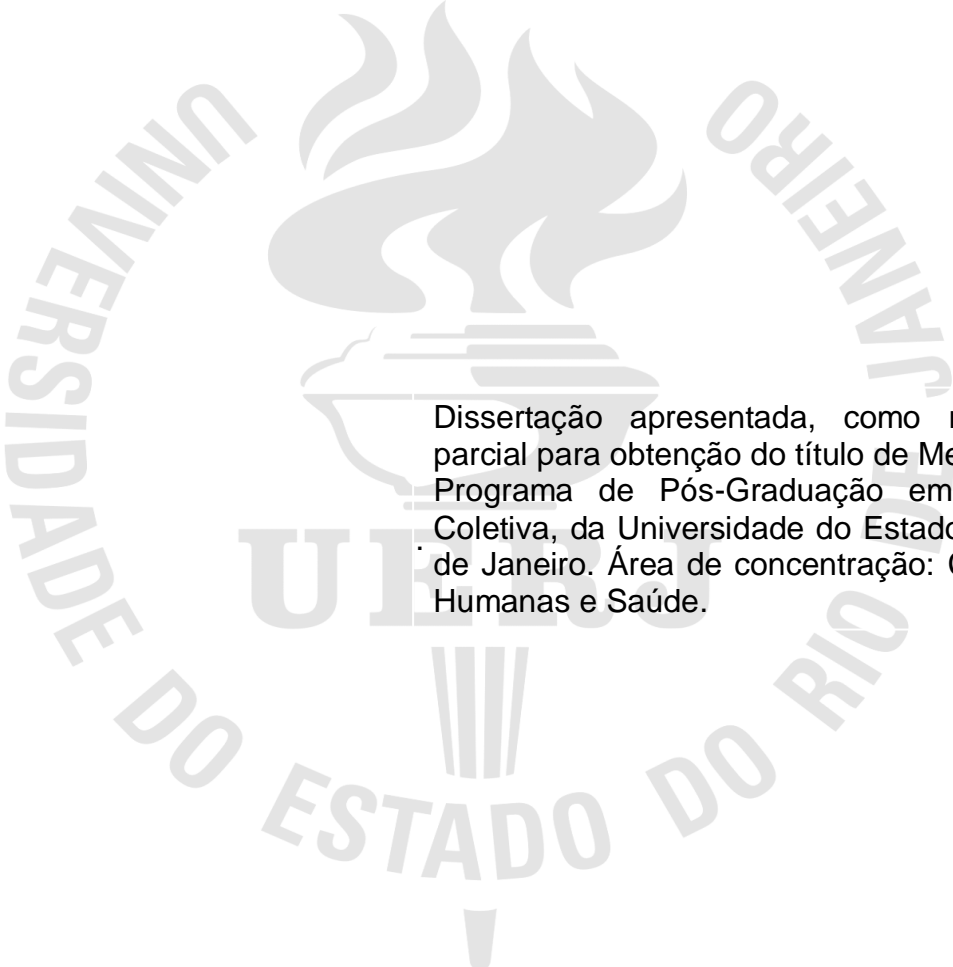
Velhice e envelhecimento: questões e aspectos contemporâneos

Rio de Janeiro

2022

Mônica Younes de Souza

Velhice e envelhecimento: questões e aspectos contemporâneos



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. André Rangel Rios

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

S729

Souza, Mônica Younes de

Velhice e envelhecimento: questões e aspectos contemporâneos / Mônica Younes de Souza – 2022.

112 f.

Orientador: Prof. Dr. Andre Rangel Rios

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1. Envelhecimento – Teses. 2. Idoso - Aspectos sociais - Teses. 3. Velhice – Teses. 4. Psicanálise – Teses. I. Rios, Andre Rangel. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. IV. Título.

CDU 612.67

Bibliotecária: Marianna Lopes Bezerra – CRB 7 6386

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Mônica Younes de Souza

Velhice e envelhecimento: questões e aspectos contemporâneos

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 24 de agosto de 2022.

Orientador: Prof. Dr. Andre Rangel Rios
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Marilena Cordeiro Dias Villela Corrêa
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Prof. Dr. Renato Peixoto Veras
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

Prof. Dr. Bruno Netto Reys
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Para meus filhos Yasmin, Gabriel e Laura.

Dona Ivette e Rosane, que me ensinaram tudo o que sei sobre amor e compaixão e Sérgio, o companheiro de todas as vidas.

Para meus pequenos amigos, cuja pureza sustenta a minha alma.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. André Rangel Rios, IMS – UERJ, pela orientação, ensinamentos e dedicação para conduzir-me em tempos tão sombrios de pandemia. Muito obrigada por gentilmente propiciar-me tanto aprendizado e amadurecimento, decisivos para minha vida profissional e acadêmica.

Ao professor Dr. Sergio Guedes, UFRJ, pela disposição incansável para o debate, dedicação, paciência e carinho que foram fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho crítico.

À professora Dra. Guita Grin Debert, UNICAMP, pela receptividade às dúvidas de uma iniciante.

Ao professor Dr. Jorge Felix, USP, que gentilmente ofereceu seu tempo para ouvir minhas questões, compartilhando generosamente seu conhecimento e acervo acadêmico.

Aos professores Drs. Renato Veras, Bruno Reys e Marilena Corrêa por aceitarem o convite para contribuir para este trabalho. Muito obrigada por seus valiosos comentários, sugestões e ensinamentos.

Ao professor Dr. Marcos Baptista, UERJ, pelas primeiras palavras de incentivo.

Se você está desejando juventude, acho que isso te faz ser aquele velho estereotipado, porque você só vive na memória, você mora em um lugar que não existe. O envelhecimento é um processo extraordinário em que você se torna a pessoa que você sempre deveria ter sido.

David Bowie

RESUMO

SOUZA, Mônica Younes de. Velhice e envelhecimento: questões e aspectos contemporâneos. 2022. 112 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O presente estudo pretende estabelecer um olhar sobre a velhice e o envelhecimento, por meio de uma investigação crítica a partir de suas imagens e representações sociais; o laço social, suas vias de efetivação e esgotamento diante dos oferecimentos disponíveis na sociedade, assim como suas implicações em dar sentido à experiência vital; contrastando direitos sociais legislados *versus* sua real efetivação. Pretende, portanto, estabelecer uma discussão sobre questões acerca de ser velho, da velhice; seus sentidos e tendências, levando em conta as transformações demográficas do Brasil. No desenvolvimento do trabalho foi elaborado um breve histórico sobre as imagens associadas à velhice em diversas épocas, apresentando como ponto de inflexão as mudanças radicais do processo produtivo a partir da modernidade, que possibilitaram a maior longevidade e, conseqüentemente, a consolidação de uma população de idosos cada vez mais significativa. A pesquisa permite evidenciar que, apesar de tratar-se de uma parcela cada vez mais expressiva da população, principalmente a partir da segunda metade do século XX, o envelhecimento populacional vem sendo considerado de modo insuficiente quanto à sua complexidade e fatores psicossociais, permanecendo fora das agendas políticas. Prevalece uma visão economicista quanto às políticas públicas, assim como o etarismo naturalizado é característica do setor privado, apesar de estratégias midiáticas “inclusivas”. Para o desenvolvimento do trabalho estabeleceu-se o diálogo entre literatura, mídia, legislação sobre a pessoa idosa e a teoria psicanalítica freudiana, de maneira ampliada, utilizando uma abordagem metodológica qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica, com o propósito de levantar imagens e traços de identificação que relacionem envelhecimento, velhice e cultura, positiva ou negativamente, tecendo críticas que permitam reflexões sobre o presente assim como tendências para o futuro.

Palavras-chave: Velhice. Envelhecimento populacional. Pessoa idosa.

Representações sociais da velhice. Psicanálise.

ABSTRACT

SOUZA, Mônica Younes de. Old age and aging: contemporary issues and aspects. 2022. 112 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The present study intends to discuss aging and old age by critically investigating its images and social representations. It takes into account the social bond, its ways of effectiveness and failure before the offerings available in society, as well as its implications in giving meaning to the life experience. In addition, it contrasts legislated social rights versus their real effectiveness. It intends, therefore, to establish a discussion about questions of being old and old aging, their meanings and trends, taking into consideration the demographic transformations of Brazil. In the development of this study, a brief history was elaborated about the images associated with old age in several historical periods, presenting as a point of inflection the radical changes of the productive process from modernity, which allowed today's longevity and, consequently, the consolidation of an increasingly significant elderly population. The study shows that despite old age being an increasingly substantial portion of the population, aging has been disregarded for its complexity and psychosocial factors, remaining outside of political agenda, mainly from the second half of the twentieth century on. The economic constraint is the prevailing view for public policies, just as naturalized etarism is characteristic of the private sector, despite "inclusive" media strategies. In the development of this study, it was established the dialogue between literature, media, the older person's law, and freudian psychoanalytic theory. This study is based on a qualitative methodological approach in bibliographic research to raise images and identity traits that relate to aging, old age, and culture, positively or negatively, making criticisms that allow reflections on the present and future trends.

Keywords: Old age. Population ageing. Elderly. Social representation of old age. Psychoanalysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação da pirâmide populacional brasileira em 2013 e estimativa para 2034	14
Figura 2 – Projeção da pirâmide populacional brasileira em 2039	15
Figura 3 – Versões da <i>Grounded Theory</i>	28
Figura 4 – Diagrama da <i>Grounded Theory</i> (Construtivista).....	30
Figura 5 – Propaganda veiculada pela Uber Br na rede social Instagram, maio de 2022	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASG	Ambiental, Social e de Governança Corporativa
ANG	Associação Nacional de Gerontologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
FCM/UERJ	Faculdade de Ciências Médicas/Universidade do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNI	Política Nacional do Idoso
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Objetivo	24
Da genealogia	25
Metodologia	26
<u>Grounded Theory</u>	28
1 ASPECTOS TEÓRICOS RELEVANTES	33
1.1 Velhice e o investimento do saber médico e das ciências sociais	34
1.2 A universalização das aposentadorias	36
1.3 A trajetória dos direitos da pessoa idosa	39
1.3.1 <u>O idoso e a CRFB/88</u>	39
1.3.2 <u>A Política Nacional do Idoso</u>	41
1.3.3 <u>O Estatuto do Idoso</u>	47
1.4 Imagens, representações sociais e velhice	50
1.5 Ideal de juventude como estilo de vida e laço social	53
2 SEI QUE NADA SERÁ COMO ESTÁ, AMANHÃ OU DEPOIS DE AMANHÃ... ..64	
2.1 Velhice deficitária versus pluralidade de sentidos	65
2.1.1 <u>O envelhecimento feminino</u>	66
2.1.2 <u>O envelhecimento masculino</u>	73
2.2 Nada será como está?	78
3 VELHICE, PRA QUE TE QUERO?	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	100
ANEXO I - ENTREVISTA COM O PROF. JORGE FELIX	113

INTRODUÇÃO

Poética I
 De manhã escureço
 De dia tardo
 De tarde anoiteço
 De noite ardo.
 A oeste a morte
 Contra quem vivo
 Do sul cativo
 O este é meu norte.
 Outros que contem
 Passo por passo:
 Eu morro ontem
 Nasço amanhã
 Ando onde há espaço:
 - Meu tempo é quando.
 (MORAES, 1991)

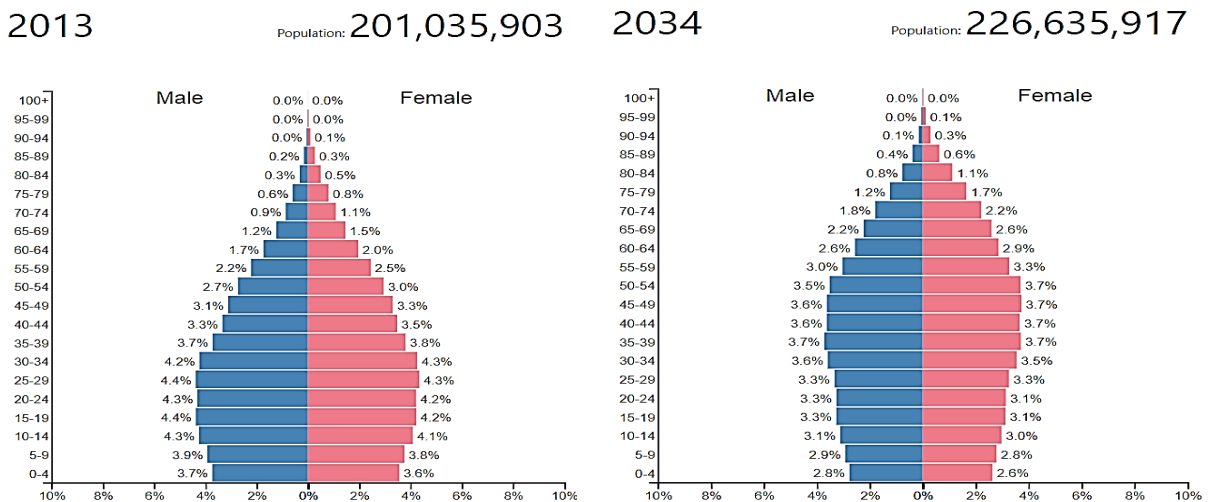
Até meados do século XX, as definições de velhice estiveram fortemente associadas à ideia de perdas irremediáveis, ainda que em certas culturas, sociedades tradicionais e em determinadas épocas, revestidas de certo *status*, importância simbólica ou mística. A metáfora “inverno da vida”, tal como Hipócrates no século IV a.C. definiu a velhice, resume o que está em questão: a positividade da vida (primavera) *versus* a negatividade da morte (inverno) como a essência do “velho”. A velhice, tal como o inverno, é fria, sombria e improdutiva, um preâmbulo da morte marcado pela decrepitude e esvaziado de um sentido próprio, sobre o qual paira uma “conspiração do silêncio” que limita as possibilidades de dar sentido à experiência vital (BEAUVOIR, 1998). A definição da velhice como uma estação improdutiva do ciclo de vida humana é um dos exemplos em que é possível reconhecer o envelhecimento como estático; o velho não comporta diferentes formas de subjetivação que não se correlacionem com um certo afastamento, declínio ou mesmo isolamento social em oposição a uma época de crescimento e apogeu que se encerrou.

Na contemporaneidade, a bipolaridade morte *versus* vida deslocou-se para velhice deficitária *versus* pluralidade de vivências, novas retóricas e também novos eufemismos. Terceira idade, melhor idade e bela idade são alguns exemplos de possíveis respostas à maior longevidade e ao envelhecimento da população, materializado sob os auspícios das melhores condições de vida resultantes do

processo de industrialização das sociedades ocidentais, dos avanços das ciências naturais e tecnológicas e das ciências biomédicas, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Essa transformação populacional abre um leque de possibilidades quanto aos processos de envelhecimento.

Nesse sentido, Camarano (2016a) destaca que a esperança de vida do brasileiro com 60 anos¹ em 2013 já alcançava 21.3 anos, ou seja, aproximadamente 82 anos de idade. A Figura 1 permite visualizar como era a distribuição etária do Brasil em 2013 e compará-la com uma estimativa dessa distribuição etária para 2034. Nota-se o alargamento significativo das faixas de 60 anos a 84 anos em 2034: em termos percentuais, a população nessa faixa etária em 2013 representava 10,6% da população brasileira; já em 2034, estima-se que a mesma faixa etária representará 19,1% da população brasileira, ou seja, um crescimento de 77%, aproximadamente.

Figura 1 – Representação da pirâmide populacional brasileira em 2013 e estimativa para 2034



Fonte: PopulationPyramid.net: composição de <<https://www.populationpyramid.net/brazil/2013/>> e <<https://www.populationpyramid.net/brazil/2034/>>

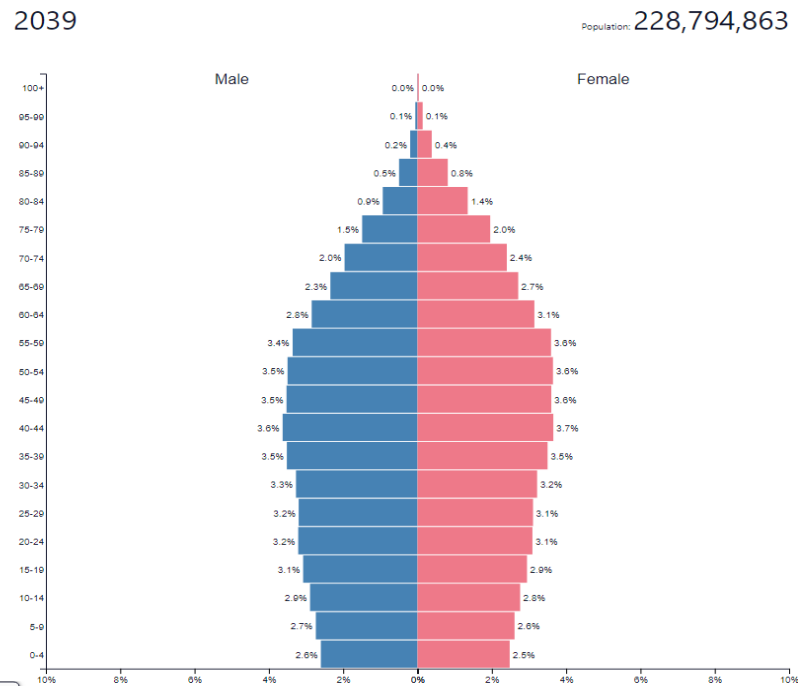
Em análises censitárias, o IBGE (2019) estimou que em 2018, 63,7% dos brasileiros de 65 anos² chegariam aos 80 anos. Em 2020, a análise censitária sobre 2019 estimou que a esperança de vida em 2019, para brasileiros com 65 anos de idade, era cerca de 18,9 anos e, em particular para as mulheres, essa estimativa

¹ Camarano utiliza a definição de idoso para países em desenvolvimento estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS): idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais. Ao utilizar a definição da OMS, Camarano está coerente com o entendimento presente na Política Nacional do Idoso (PNI), lei federal 8.842 de 1994, e com o Estatuto do Idoso, lei federal 10.741 de 2003. (BRASIL, 1994; BRASIL, 2003)

² O IBGE costuma considerar em seus relatórios e estimativas a idade inicial para a velhice 65 anos, de acordo com a CRFB/88, muito embora teça considerações até a faixa dos 50 anos.

atingia 20,4 anos IBGE (2020)³. Para os brasileiros com 80 anos a esperança de vida foi estimada em 9,5 anos (IBGE, 2020). No que tange a representatividade populacional, o IBGE (2018) estimou que por volta de 2039 o número de pessoas idosas alcançará cerca de 23,9% da população brasileira, muito próximo das estimativas de outras organizações, como a previsão de 25,3% expressa na Figura 2

Figura 2 – Projeção da pirâmide populacional brasileira em 2039



Fonte: PopulationPyramid.net: <<https://www.populationpyramid.net/brazil/2039>>

Considerando que os avanços das ciências médicas e tecnológicas estão em compasso acelerado, propiciando gerações ainda mais longevas, os dados atuais e suas projeções nos conduzem a uma conclusão óbvia: teremos cada vez mais pessoas idosas vivendo por mais tempo, mesmo considerando a ocorrência de um possível evento de contenção dessa expansão, como a pandemia de Covid-19.

De fato, o mais relevante é perceber, como diz Camarano (2016a), que a velhice tornou-se o período etário mais longo do que a infância e a adolescência juntas, de acordo com os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS) para países em desenvolvimento. No entanto, podemos ser mais inferentes e assumir, tomando por base as projeções do IBGE, que, grosso modo, um indivíduo com 60

³ Mesmo com a diferença de marco de onde inicia a velhice os dados são coerentes. A estimativa feita por Camarano, para 60 anos, decorridos 5 anos, “deixaria” 16,3 anos em 2018, no entanto o IBGE estimando em 18.9, em 2018, apontou um aumento na expectativa em 2,3 anos.

anos em 2020⁴ tem uma expectativa de vida de mais de 23 anos. Ou seja, reformulando Camarano (2016a), passaremos mais tempo de vida na velhice do que o somatório do tempo de vida que passamos pelas fases da infância, adolescência e adulto jovem⁵.

Esse envelhecimento populacional historicamente sem precedentes provoca transformações culturais, de hábitos, de consumo e de gestão da velhice, assim como projeta os idosos como possíveis atores de peso no cenário político. Indubitavelmente isso atrai os olhares da sociedade às demandas e expectativas dessa categoria crescente. E esses olhares não necessariamente são favoráveis aos idosos.

Estamos envelhecendo de formas diferentes, influenciados pelo nível do desenvolvimento biológico e psicológico, assim como pela genética, recursos sociais, econômicos, médicos, tecnológicos e psicológicos aos quais conseguimos ou não ter acesso (NERI, 2013; CAMARANO, 2016a). Hareven (1995) defende que na contemporaneidade as tentativas de compreensão da velhice devem partir do reconhecimento de que estamos tratando de um fenômeno biológico, cujos significados são determinados social e culturalmente. Assim, por meio das interações entre esses fatores de influência, a categoria velhice e os processos de envelhecimento transformam-se, assumindo uma pluralidade de sentidos, construídos e estabelecidos de acordo com as vicissitudes de cada trajetória individual, deixando de serem abordados como algo unívoco, tal como um metafórico inverno, para dar abertura à vivência de processos diversos, complexos e multifatoriais que, não necessariamente, estão identificados a perdas de papéis, de saúde e de laços sociais.

Para entendermos as questões contemporâneas sobre o envelhecimento, é conveniente recorrermos a um rápido percurso pela história formal e informal, verificando o imaginário associado à velhice.

Um ponto de partida interessante é observar a narrativa da velhice no espaço mítico, particularmente nos tempos bíblicos. Nesse sentido o *Torah*⁶, ainda que não

⁴ É importante ressaltar que o Censo de 2020 foi muito prejudicado em função de cortes orçamentários e da pandemia de Covid-19.

⁵ De acordo com os critérios da OMS “adultos jovens” estão categorizados na faixa de idade entre 20 e 24 anos. (BRASIL, 2006)

⁶ O *Torah* é o livro sagrado do judaísmo que conta desde a história da criação do mundo por Deus, até a chegada do povo Hebreu na “Terra Prometida”. É composta por cinco livros (*Sefirot*) e são

seja um livro histórico formal e muito menos seja possível localizá-lo temporalmente, nos provê uma imagem de um tempo da história da humanidade onde as figuras do velho e da velhice têm grande importância: os velhos eram vistos como os líderes naturais das tribos e das comunidades, portadores de um saber consolidado e um referencial para toda comunidade. No livro *Bereshit* há um destaque sobre os personagens de idade muito avançada, relativo ao período da criação até o dilúvio de Noah (BÍBLIA, 1967, 5:3-32, p.19-20). Percorrendo a genealogia de Noah, observamos o tempo de vida dos patriarcas, a saber: Adão (930 anos), Seth (912 anos), Enosh (905 anos), Kenan (910 anos), Mahalalel (895 anos), Jered (962 anos), Enoc (365 anos), Matusalém (969 anos), Lamec (777 anos) e Noah (950 anos). Em uma rápida avaliação, percebe-se que Adão tem seu primeiro filho, Seth, aos 130 anos e desse início de linhagem até Noah, decorrem 926 anos. Ou seja, quando Adão faleceu, Noah tinha apenas 4 anos de vida, o que implica quase toda a sua ascendência estar presente em parte de sua vida, transmitindo como legado um cabedal de histórias vividas pela comunidade, certificando assim a veracidade do relato. Essa longevidade dos personagens da narrativa mítica agrega um significado especial à velhice; considerando que a escrita como registro histórico não era difundida entre os povos bíblicos antigos, a memória das comunidades era predominantemente transmitida oralmente, de boca em boca, pelos mais velhos, mantendo um testemunho certificado dessa memória do grupo social. De forma similar, retornando à história real, durante a Antiguidade até a Idade Média do Ocidente, a imagem do velho era associada a uma figura ética - o ancião - representante da sabedoria e guardião da ancestralidade. Sobre o ancião recaía a expectativa de ser o detentor da memória coletiva e de suas representações afetivas. Tais papéis possibilitavam o acesso a posições de importância simbólica; a velhice, ainda que marcada pela proximidade da morte e pela ociosidade, oferecia vias de realização e reconhecimento simbólico dentro da comunidade (BIRMAN, 2015; SECCO, 2001).

Secco (2001) cita as civilizações tradicionais africanas e a chinesa como exemplos de sociedades onde os papéis sociais destinados ao velho diziam respeito à ligação cósmica com os antepassados, um elo necessário para manter a força vital

equivalentes ao Antigo Testamento cristão. São eles: *Bereshit* (Genesis); *Shemot* (Exodo); *Vayikrah* (Levítico); *Bamidbar* (Números); e *Devarim* (Deuteronômio). (BÍBLIA, 1967)

da comunidade. De acordo com essa concepção sacralizada da vida, os velhos eram os sábios e conselheiros responsáveis por manter a narrativa coletiva como um ciclo integrado, fundamental para a manutenção da vida social. Cabia aos velhos ensinar aos jovens a partir da sua experiência acumulada, educadores por excelência, sendo exemplo para as próximas gerações e mediadores entre o mundo dos vivos e o dos mortos por estarem mais próximos do pós-vida, o que lhes conferia também um papel religioso determinado dentro da comunidade (MUCIDA, 2007). Sob a perspectiva da vida como um processo integrado onde cada geração redescobre, revive e incorpora saberes segundo a transmissão da experiência dos seus ancestrais, a velhice contribuiu com suas características próprias para o equilíbrio e reprodução da sociedade.

Por outro lado, a análise das nuances da mitologia grega a partir do contexto histórico relacionado à distribuição do poder nessa sociedade, oferece um contraponto importante à vida concebida como um ciclo integrado. A representação da velhice como um valor positivo transforma-se a partir de um contexto marcado pelo conflito de gerações, provocado por questões de sucessão relacionadas à transição de uma gerontocracia, onde as terras se concentravam nas mãos dos anciãos e havia o culto à sabedoria do velho, para um novo regime. O conflito traz como consequência o rompimento da ideia de ciclo vital harmônico e a perda de *status* da velhice:

Com as transformações sócio-políticas na Grécia dos séculos IX e VIII a.C., há uma ruptura com a unicidade primordial. Fragmentam-se o tempo e os mitos; a sociedade passa, então, a se organizar em funções do poder. Os contrários deixam de coexistir. (SECCO, 2001, p.14)

Como consequência da disputa entre gerações, a visão cíclica na qual as fases da vida se complementaríamos sem uma ruptura claramente delimitada dá lugar a opostos que não se integram, tais como juventude e velhice. A visão cíclica, tal como as estações do ano que representam momentos em que a vida está em estágio embrionário, em preparação para um desabrochar no momento apropriado, perde a sua característica de valorizar a existência como um todo integrado e pleno de sentido. A foice, que antes fazia referência à colheita abundante (metáfora da fertilidade) tem seu sentido deslocado para simbolizar o prenúncio da morte, marcado pela passagem do tempo (SECCO, 2001). O tempo agora destrói a vida e não mais simboliza a espera necessária ao amadurecimento cíclico das colheitas e das gerações.

A disputa entre gerações também acontece na Roma antiga, na medida em que os anciãos do Senado perdem posição para os jovens militares, cujas conquistas os fazem crescer em prestígio. O poder diplomático, exercido pelos anciãos do Senado enfraquece gradativamente frente ao poder militar, que está intrinsecamente associado à energia e ao ímpeto de lutar dos jovens soldados.

Podemos concluir que não houve uma concepção homogênea acerca da imagem do envelhecimento na antiguidade grega e romana; o velho é valorizado unicamente quando o poder das classes dominantes está associado à gerontocracia, de tal forma que toma corpo uma ideologia com base em atributos positivos relacionados aos velhos, tais como sabedoria, equilíbrio e honra. Essa imagem positiva não está associada necessariamente ao velho pobre ou desprovido de interesse político, convivendo lado a lado com a concepção de decadência física e moral, consequências do enfraquecimento trazido pelo desgaste dos anos, principalmente para os menos abastados. Aliás, envelhecer era um privilégio de poucos e a figura do velho não se identificava necessariamente com o imaginário mais recente da velhice; a idade média dos anciãos ocupando cargos políticos girava em torno dos quarenta anos, com alguns poucos passando dos sessenta.

Para ilustrar a disputa entre gerações, Secco (2001) cita o livro *De Senectute*⁷ de autoria do senador romano Cícero, com 63 anos à época, onde o senador Catão, 84 anos, considerado o referencial maior da cultura romana, trava um embate com dois jovens senadores, Lélcio e Cipião, que o julgavam incapaz do exercício de sua função de senador. Nesse embate são discutidas as noções de velhice e juventude convenientes ou conforme à natureza e de velhice e juventude inconvenientes. Em especial, Secco resgata um trecho significativo de Cícero:

Catão sabia encaminhar as questões e argumentar com precisão; os prazeres sexuais, que os jovens afirmavam que ele tinha perdido, os substituíra pela vida espiritual e desconstruíra a alegação de sua proximidade da morte ao defender a imortalidade da alma. (CÍCERO *apud* SECCO, 2001, p.18)

Catão em seu discurso faz um solene elogio à velhice e à relevância dos idosos para a sociedade. Cícero apropriou-se do discurso de Catão em sua campanha para combater o desprestígio e a perda de autoridade crescente do

⁷ *De Senectute* é reconhecida como uma obra essencial para o estudo e compreensão da velhice no mundo atual. (ALCÂNTARA, 2018)

Senado, defendendo que os velhos, por serem “livres das paixões e dos vícios”⁸, encontravam-se em posição privilegiada em relação aos políticos mais jovens quanto às qualidades necessárias às decisões políticas, tais como equilíbrio, sabedoria e honra.

Durante a Idade Média, a negatividade do imaginário relacionado à velhice é exacerbada pelo ódio ou aversão às mulheres. Segundo Mucida (2007), é nesse período que a misoginia torna-se um traço marcante, principalmente em relação às mulheres idosas. O corpo, ou seja, a estética da mulher idosa é particularmente associada ao feio, ao decadente e causa asco, assim como o seu caráter é marcado pelo rebaixamento moral.

A figura da bruxa é o melhor exemplo desse ódio à mulher velha: são consideradas horrendas e são fortemente associadas à perversão moral, que se manifesta como inveja das mulheres jovens, da potência masculina e da fertilidade. A bruxa tem uma sexualidade desvirtuada, se relaciona com demônios, faz pactos para alcançar poderes sobrenaturais e tudo isso traz infortúnios, doenças e mortes para a sua comunidade (RUBLACK, 2021, 00:8:00).

O desprezo pelos velhos transparece também no teatro cômico da época que “tratava o velho como um outro, mero objeto provocador de riso e repugnância” (SECCO, 2001, p.19) em uma época em que a maior parte das pessoas não ultrapassa os trinta anos. Beauvoir (2018, p.151) utiliza um conto dos irmãos Grimm, “O termo da vida”, para exemplificar como a velhice é impertinente e sofrida por ser fruto da avidez humana e contra os propósitos dos planos divinos: Deus destinara 30 anos de vida para o homem e todos os animais. O burro, o cão e o macaco conseguiram que Deus lhes diminuísse a vida em 18, 12 e 10 anos, respectivamente. O homem foi o único que desejou longevidade e a conseguiu a partir da renúncia dos outros animais, sendo então agraciado com 70 anos de vida no total. Mesmo assim, ainda reivindicou mais tempo de vida, ao que Deus não aquiesceu. A impertinência humana trouxe consequências drásticas: nos primeiros 18 anos que se seguem aos 30 anos que Deus primeiramente determinara, o homem deve viver como um burro, carregando em seus ombros os outros; nos 12

⁸ Cícero, em sua concepção estoica, defendia uma ética onde é desejado alcançar um estado de imperturbabilidade, de extinção das paixões e uma aceitação verdadeira do destino tais são, por excelência, os atributos estruturais de um sábio. Dessa forma entendia que o envelhecer é implicitamente um processo para a formação de um sábio e, portanto, a velhice deve ser reconhecida por todos como a fase da sabedoria. (ALCÂNTARA, 2018)

anos seguintes, arrasta-se atrás dos outros como um cão velho, sem dentes, que não mais consegue morder e, nos últimos 10 anos, vive como um macaco, fazendo bizarrices e provocando risos, pois já não possui juízo perfeito. Por isso o homem é considerado ambicioso e o menos sábio das criaturas, pois não entende que envelhecer está associado à perdas, à decrepitude, tal foi a razão para que os outros animais pedissem que suas vidas fossem abreviadas.

A partir do século XIX, com a ascensão do capitalismo e do advento da sociedade industrial, a velhice sofre transformações derivadas da valorização da força de trabalho assalariada. A necessidade dos Estados de manter suas populações saudáveis, ativas e qualificadas como forma de produzir riqueza é o fator determinante para a organização da vida. Nesse cenário, a velhice é reafirmada como a fase de decaimento do ciclo da vida, por perdas sucessivas das funções da mente e do corpo: dor, doença, improdutividade e morte.

Com o envelhecimento das primeiras gerações de trabalhadores, sua incapacidade de produzir, ou seja, sua invalidez, passa a integrar o imaginário da ociosidade associada à velhice: a partir de agora, a velhice torna-se parte de um conjunto onde também estão contidas as doenças e os acidentes que impedem o trabalhador de garantir o próprio sustento (BIRMAN, 2015; GROISMAN, 2001; SILVA, 2008).

Antes da sociedade industrial era comum coabitarem vários núcleos e gerações familiares, sem estratificações e categorizações tais como infância e velhice claramente definidas (ARIÈS, 1981), uma cultura em que a idade cronológica não necessariamente designava uma identidade específica. Havia uma valorização do patriarca e de seus ensinamentos, sobretudo a respeito do modo de reprodução da vida e suas técnicas, assim como uma divisão de tarefas menos rígida entre todos, o que é suplantado pela emergência do ideal da sociedade burguesa de família nuclear, de convivência restrita às gerações de pais e filhos e qualificação contínua do trabalhador. Com a transformação do modelo de família, os papéis sociais desempenhados na comunidade são drasticamente afetados. Os velhos perdem progressivamente a possibilidade de ocupar o lugar simbólico de ancião relacionado à experiência acumulada durante a vida, como detentor de saberes técnicos importantes para a reprodução da vida cotidiana e como o repositório da memória afetiva da comunidade.

Assim, nos primórdios da sociedade industrial, o velho de ocioso torna-se um inútil, inválido e um peso para a família (BIRMAN, 2015; SILVA, 2008). Tal cenário começa a modificar-se a partir da consolidação e institucionalização do direito à aposentadoria para o trabalhador; a velhice deixa de ser um problema exclusivamente familiar para tornar-se um problema social, de Estado. O processo de socialização do envelhecimento e o debate sobre a velhice como categoria detentora de direitos adquirem visibilidade social crescente, principalmente a partir dos anos 1960, relacionados diretamente à maior longevidade, ao crescimento da população de idosos e aos novos saberes médicos a respeito do corpo envelhecido (DEBERT, 2020; SILVA, 2008; NERI, 2013; LEMOS, PALHARES *et al*, 2021). Nas palavras de Neri:

O aumento da população idosa trouxe a perspectiva de mais gastos para as sociedades, que reagiram divulgando novas teorias e intervenções sobre as possibilidades de envelhecimento saudável, ativo e produtivo. (NERI, 2013, p.22)

Valores culturais tradicionais tais como “mente sã é fruto de corpo sã” formaram a base para o desenvolvimento de tais teorias sobre o envelhecimento. Portanto, a partir da segunda metade do século XX, a velhice e o envelhecimento assumem diferentes sentidos, com narrativas que não mais se resumem a um estado de decrepitude.

Não obstante, embora a velhice ganhe espaço social, a juventude permanece como um referencial de corpo, de desempenho físico e intelectual, de acordo com as expectativas da sociedade do que seja o sucesso profissional e pessoal. Nesse sentido, alcançar esse ideal implica estar em busca de melhorar ou aprimorar o desempenho, em qualquer idade. A esperança de banhar-se nas águas da Fonte da Juventude e recuperar algo do jovem de outrora sempre é atualizada; quer seja pela adoção de um determinado estilo de vida, quer seja utilizando drogas que aumentem o desempenho ou mesmo prometam melhor qualidade de vida, procedimentos cirúrgicos estéticos, dietas, cosméticos etc., mas sempre comparando o presente ao passado.

Como exemplo, Minayo e Coimbra Jr. (2002) afirmam que são os medicamentos mais modernos, resultado de pesquisas farmacológicas e genéticas, direcionados para “o envelhecimento com qualidade de vida” ou “para manter o mito da imortalidade ou da eterna juventude” que proporcionam mais lucros para a indústria farmacêutica. Em concordância, Abraham (2010 *apud* FARO; RUSSO,

2017, p.63) comenta que o uso de drogas de estilo de vida, tais como as anfetaminas e estimulantes de desempenho sexual, aumentou exponencialmente.

O pano de fundo para esse ganho de espaço social foram as conquistas de direitos pelas classes trabalhadoras e o forte ideal de solidariedade instaurados nos anos dourados do *Welfare State*⁹. Por outro lado, os ganhos em qualidade e tempo de vida ensejaram preocupações econômicas quanto à gestão e fontes de recursos, assim como conflitos intergeracionais no campo de disputas políticas, segundo interesses específicos de cada geração

Portanto, é possível dizer que no contexto que se inicia a partir da segunda metade do século XX, a velhice tem a possibilidade de alcançar um novo *status*. É anunciada e difundida como um período de realizações, novos projetos ou a retomada de algum não realizado em outro momento de vida, onde manter-se ativo é um valor construído e respaldado pelo saber médico, socialmente desejado e considerado decisivo para evitar a doença e o sofrimento¹⁰. Mas, com o avanço do modelo neoliberal, é apontada como um problema à medida que a longevidade e o aumento da população idosa passam a ser contabilizados como um alto custo econômico para a sociedade. Os idosos dos primeiros 20 anos deste século e os remanescentes do século passado usufruem de uma versão dos direitos sociais que os jovens dificilmente terão acesso, salvo haja uma vigorosa atuação de movimentos sociais revertendo perdas e trazendo propostas renovadoras. De toda forma, o processo de desmonte de direitos sociais ora em curso fomenta grandes tensões entre as gerações e discursos políticos e sociais que tendem a culpabilizar as gerações passadas, especialmente os mais idosos, por crises que são inerentes ao modelo capitalista.

No contexto brasileiro, a discussão sobre as questões relativas ao envelhecimento populacional não é nova, tanto na esfera pública quanto em

⁹ O *Welfare State* ou Estado do Bem-estar designa um Estado assistencial que provê padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda, seguridade e assistência social a todos seus cidadãos. Todos estes tipos de serviços assistenciais são de caráter público e reconhecidos como direitos sociais. A grande diferença do *Welfare State* em relação a outros modelos de Estado Assistenciais reside não na intervenção do Estado nas condições sociais e na economia visando uma melhor qualidade de vida de seus cidadãos, mas sim os serviços serem considerados direitos do cidadão. (WELFARE STATE, 2022)

¹⁰ A Política de Envelhecimento Ativo como definida pela OMS fundamenta o conceito de atividade sob quatro aspectos: saúde, participação, segurança e aprendizado ao longo da vida. Ou seja, recomenda o aumento de oportunidades para a melhoria da saúde, de contínua participação nas questões sociais, econômicas, culturais e espirituais, de segurança social, física e financeira e de aprendizagem ao longo da vida para bem-estar físico, psicológico e social. (FONSECA, 2016)

iniciativas da sociedade civil¹¹ (CAMARANO, 2016b). Embora o Brasil tenha sido um dos países precursores na América Latina no debate quanto à necessidade de estabelecer-se uma agenda política para o envelhecimento populacional, pouco de fato foi concretizado. Em paralelo, usando argumentos de controle de gastos públicos, desequilíbrio do sistema previdenciário e limitados recursos para a saúde, a política econômica dos últimos governos vem promovendo sucessivas contrarreformas que restringem, retiram ou dificultam o acesso aos direitos sociais, de acordo com o ideário neoliberal, difundindo subliminarmente uma imagem do velho como o “inimigo” que impede o progresso econômico.

Objetivo

Este trabalho tem como alvo de investigação crítica as imagens e representações do envelhecimento e da velhice; o laço social e suas vias de efetivação diante dos oferecimentos disponíveis e frente às demandas da sociedade, suas implicações como possibilidade de dar sentido a experiência vital, entendida como um processo contínuo de perdas e ganhos; e o contraste entre direitos sociais legislados e sua real efetivação. Pretende, portanto, estabelecer uma discussão sobre questões acerca de ser velho e da velhice e suas tendências levando em conta as rápidas transformações demográficas características do Brasil, que conduzem ao aumento da longevidade e a expansão da população idosa.

Isso implica responder as seguintes questões:

1. Quais são as imagens associadas a pessoa idosa?
2. Quais as representações sociais possíveis à velhice?
3. Quais as consequências para a pessoa idosa quanto às possibilidades de fazer e permanecer no laço social?

Essas são as questões abordadas no sentido de explorar, em concordância com Veras (2011), “[...] novos horizontes com base em projeções já bem

¹¹ Estabelecia-se um amplo debate sobre direitos, segundo o processo de redemocratização vigente na década de 1980, resultando na incorporação do envelhecimento no texto da Constituição de 1988 como uma questão social. Quanto às iniciativas da sociedade civil, já no final dos anos 1970, o SESC São Paulo implementou as escolas abertas da terceira idade, que ofereciam cursos destinados à reflexão sobre temas da atualidade e questões referentes ao envelhecimento, além de diversas universidades públicas e privadas, a partir dos anos 1980. (CAMARANO, 2016b, p.29)

configuradas e que estão bem mais próximas de se tornarem realidade” no que concerne ao aumento da longevidade e da população idosa brasileira, buscando ampliar o olhar sobre a velhice em face das transformações socioeconômicas.

Da genealogia

O interesse em estudar o tema envelhecimento acompanha praticamente todo o meu percurso profissional na área da saúde. Formada em 2001, prestei concurso ainda em 2001 para uma vaga de Psicóloga Hospitalar da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ). Tomei posse em 2004, sendo lotada e localizada no Hospital Estadual Albert Schweitzer (HEAS) para atuar na emergência e nas enfermarias de clínica médica e ortopédica. Por ser um hospital de referência, localizado no bairro de Realengo, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, o afluxo de pacientes é grande na emergência e nas enfermarias. Foi nesse ambiente que tive a oportunidade de realizar e acompanhar, pela primeira vez, o atendimento à pessoa idosa, seus familiares e acompanhantes. Em 2008, fui convidada formalmente a integrar a equipe multidisciplinar de cuidados ao idoso egresso de internação hospitalar e em risco de fragilidade, no ambulatório do Núcleo Hospitalar de Geriatria e Gerontologia (NuHGG-HEAS), foi uma grande responsabilidade que me levou a mais atendimentos e experiência, e lá permaneci até 2011. É importante ressaltar que durante esse período, além da prática clínica, a convivência com uma equipe multidisciplinar especializada possibilitou uma aproximação com as ações e políticas sociais voltadas à velhice bem como uma visão ampliada da realidade dos idosos, das dinâmicas do seu dia a dia assim como às de suas famílias. De fato, o acompanhar dos idosos do NuHGG-HEAS de forma regular estimulou ainda mais o desejo de compreender melhor as suas vivências, necessidades e questões.

Em paralelo, em 2006, iniciei minha atuação na Unidade Docente Assistencial de Psiquiatria (UDAp) do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde concluí a formação em psicoterapia analítica de grupo, o que me proporcionou a oportunidade de também atender aos idosos utilizando essa técnica psicoterapêutica, assim como integrar grupos de reflexão em parceria com profissionais das áreas de fisioterapia e terapia

ocupacional. Fui também convidada, de 2009 a 2011, a ministrar palestras para funcionários técnico-administrativos e docentes, sobre aspectos psicológicos da aposentadoria, no Programa de Preparação para Aposentadoria da Superintendência de Recursos Humanos da UERJ.

A experiência com o campo da velhice e do envelhecimento, ainda que não mais de forma exclusiva, continuou de 2011 até 2016, quando fui convidada a contribuir no Programa de Preparação para a Aposentadoria e Reserva da Marinha do Brasil. Para esse programa, foi desenvolvido um estudo sobre as dificuldades pertinentes ao desengajamento de praças, suboficiais, oficiais e oficiais superiores do Corpo de Fuzileiros Navais rumo à reserva remunerada, visando desenvolver dinâmicas, debates e seminários para ajudar os egressos em sua reinserção na vida civil. Cabe ressaltar que embora a grande parcela dos que se enquadram na faixa de idosos sejam das patentes de Contra-almirante até Almirante, existia na época um contingente significativo de militares considerados idosos entre os de patentes mais baixas.

Em resumo, minha experiência em acompanhar as facetas do processo de envelhecimento e suas exigências de sentido instigaram-me a aprofundar questões sobre o envelhecimento na contemporaneidade, o que me levou a aplicar para o Programa de Mestrado do IMS Hesio Cordeiro e desenvolver esta dissertação.

Metodologia

A metodologia aplicada nesta dissertação é a abordagem qualitativa de objetivo exploratório-descritiva, utilizando procedimentos fundados na análise com base na *Grounded Theory* (GT), em Português “Teoria Fundamentada nos Dados”, em uma pesquisa interpretativa, mesclando teoria, ficção, produção científica, mídia e relatos publicados para alcançar o objetivo proposto.

A escolha da abordagem qualitativa decorre dela não ter a necessidade de tratar variáveis ou transformar bases de dados numéricas em estatísticas, mas sim em focar na observação interpretativa com a intenção de entender e descrever as características de um determinado contexto. Ou seja, é útil à percepção de opiniões,

documentos, sentimentos e experiências, captando estas variáveis para fins de análise.

Os procedimentos da GT foram um ponto forte na escolha estratégica da metodologia, dada sua relativa simplicidade, já que ela é “fundamentada” (*Grounded*) em dados reais, o que significa que a análise e o desenvolvimento de uma teoria acontece depois que você coleta e analisa os dados. Essa decisão foi importante em função da multidisciplinaridade do tema e por não haver referencial direto sobre ele para o ponto de partida.

A pesquisa utiliza as imagens da velhice em obras de ficção, na produção científica, na mídia e em relatos descritos na literatura de pessoas idosas sobre a sua experiência vital, como forma de refletir sobre as vias pelas quais é possível fazer, desfazer e refazer laços na contemporaneidade.

O referencial teórico foi construído após uma fase repetitiva de busca bibliográfica em busca de referências na literatura para formar um *corpus* base para iniciar todo o trabalho. Esse *corpus* foi sendo expandido e aprimorado ao longo do desenvolvimento do trabalho, formando uma coletânea teórica com, dentre outros, os seguintes autores: Albamaria Paulino de Campos Abigailil; Alexandre de Oliveira Alcântara; Alexandre Kalache; Ana Amélia Camarano; Ana Maria Szapiro; Ângela Mucida; Anita Liberalesso Neri; Austregésilo Ferreira Melo; Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco; Denise Jodelet; Daniel Groisman; Daniela Lemos; Gilles Deleuze; Guita Grin Debert; Jack Messy; Joel Birman; Johanes Doll; Jorge Felix; Jurilza Maria Barros de Mendonça; Karla Giacomini; Luna Rodrigues Freitas Silva; Maria Cecília de Souza Minayo; Matheus Papaléo Netto; Michel Foucault; Philippe Ariès; Sigmund Freud; Renato Peixoto Veras, Serge Moscovici; e Simone de Beauvoir.

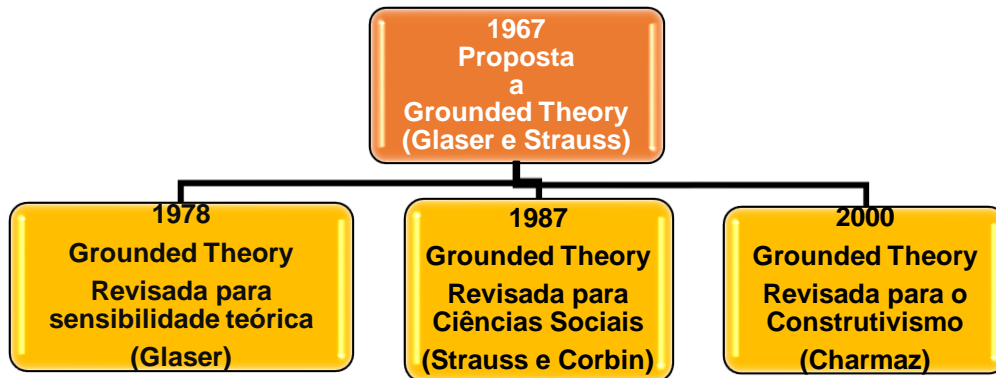
O referencial na ficção toma por base a escritora Lygia Fagundes Telles, pelas suas obras que retratam de forma crítica a velhice feminina urbana na segunda metade do século XX; e Colin Higgins, em função de sua dissertação que resultou no filme, livro e peça de teatro “Harold e Maude”.

Os relatos sobre e de pessoas idosas tomam por base a linha de pesquisa de Mirian Goldenberg, voltada aos relatos sobre a percepção de si e da velhice; da autora desse trabalho, relatando a experiência no Programa de Preparação para a Aposentadoria e Reserva da Marinha do Brasil e no Programa de Preparação para Aposentadoria da Superintendência de Recursos Humanos da UERJ; e colunas e reportagens publicadas em Jornais e Revistas.

Grounded Theory

A GT foi introduzida por Glaser e Strauss (1967) como uma estratégia metodológica para legitimar a pesquisa qualitativa. Seu uso não se limita a estudos qualitativos; pode ser utilizada em estudos quantitativos, partir de uma abordagem indutiva. A GT é de fato uma metodologia flexível que é aplicada em diversas áreas, tais como: medicina, enfermagem, educação, serviço social, psicologia e sociologia. Como todo processo metodológico, revisões e aprimoramentos dos métodos foram introduzidos, gerando três versões básicas da GT¹² (Figura 3).

Figura 3 – Versões da *Grounded Theory*



Fonte: Autora – design próprio

Na versão de Glaser, 1978, a sensibilidade teórica refere-se a uma qualidade pessoal do pesquisador. Indica uma consciência das sutilezas do significado dos dados. Pode-se chegar à situação de pesquisa com vários graus de sensibilidade, dependendo da leitura anterior e da experiência relevante para determinada área. Glaser defendia uma postura isenta de preconceções. A versão de Strauss e

¹² De fato a evolução da GT não foi sem algum conflito, principalmente devido a uma divergência de Strauss, um sociólogo vinculado à academia, com Glaser. Enquanto Glaser pensava em mundo objetivista, onde os dados seriam extraídos de uma realidade externa e concreta, cabendo ao pesquisador acessar a realidade sem conceitos ou pressuposições na busca da verdade como medida fundamental para não “contaminar” a pesquisa, Strauss e Corbin defendiam a cientificidade, principalmente em dois aspectos principais: ser mais prescritiva, introduzindo uma série de procedimentos, técnicas e uma formatação mais estruturada para a teoria gerada; e ser mais específica na delimitação da pesquisa. O divisor de águas foi em 1987, quando Strauss e Corbin publicaram o livro “Análise Qualitativa para os Cientistas Sociais”. Assim, duas versões distintas e irreconciliáveis da GT se estabeleceram, sem romper com os princípios e procedimentos originais da metodologia: a versão positivista de Glaser e Strauss e a versão pós-positivista Strauss e Corbin. (BRYANT, 2002; WERTZ *et al.*, 2011; CHARMAZ, 2009a; CHARMAZ, 2009b)

Corbin, 1987, visando uma cientificidade, investiu mais nos métodos, introduzindo uma série de procedimentos, técnicas, além de uma estruturação para a teoria gerada. A versão construtivista de Charmaz, 2000, busca a produção de conhecimento através de um sujeito social. A proposta é a construção de conhecimento baseada na valorização de múltiplas realidades, sejam elas fruto de evidências empíricas ou subjetivas. Assim, ao evitar prescrições, o pesquisador é resgatado como parte do processo de produção científica que irá requerer o uso da reflexividade. Ou seja, a GT deve ser interpretativa e dialógica, tornando o processo de pesquisa a busca de reivindicações de conhecimento. (CHARMAZ, 2009a; CHARMAZ, 2009b)

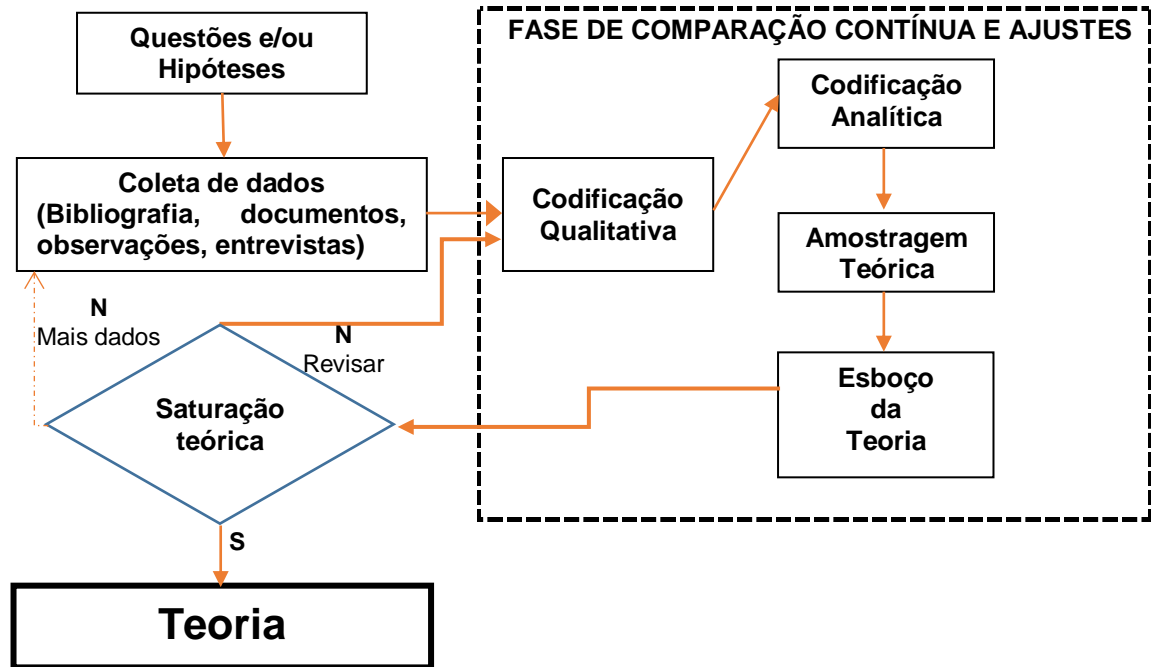
A GT pode ser dividida em duas partes: um método que consiste em estratégias metodológicas flexíveis, provendo diretrizes explícitas e sequenciais para a realização de pesquisas qualitativas; e os produtos resultantes desse tipo de investigação, agilizando e integrando a obtenção e análise de dados. Além disso, a GT oferece estratégias específicas para lidar com as fases analíticas da investigação, na análise conceitual de dados qualitativos provendo legitimidade à pesquisa qualitativa como investigação científica. Ou seja, a sua abordagem incorpora o modo de investigação flexível, mas sistemático, a análise dirigida, mas aberta, e a teorização imaginativa a partir de dados que os métodos da GT podem promover. Conforme Charmaz (2009a, p.19) a GT deve cumprir os seguintes critérios: “[...] ter um ajuste adequado aos dados, utilidade, densidade conceitual, durabilidade ao longo do tempo, ser passível de alterações e apresentar poder explicativo”.

Assim, dado que a GT propicia extrair dos dados coletados e dos contextos, teorias e projeções por meio da análise da pesquisa feita, estabelecendo relações, pode-se propor novas hipóteses ou novas teorias. Isto porque nessa abordagem, os dados não são utilizados apenas para confirmar teorias ou suposições *a priori*, o que nos sugere que eles podem ser usados para a compreensão de um problema para assim estabelecer uma nova teoria. (GLASER e STRAUSS,1967; CHARMAZ, 2009a; CHARMAZ, 2009b)

Na GT, a amostragem teórica parte do pressuposto que durante o processo de coleta de dados e análise simultânea, conceitos inesperados podem surgir, redirecionando o estudo e, por consequência, exigindo novos dados, tal como em uma investigação detetivesca. Assim, a amostragem da pesquisa é guiada pelas

lacunas que surgem durante o desenvolvimento, ao invés de serem estabelecidas *a priori*.

Figura 4 – Diagrama da *Grounded Theory* (Construtivista)



Fonte: autora – diagrama de fluxo

Nesse trabalho, utilizaremos a terceira versão da GT, chamada *Construtivist Grounded Theory* (CGT), defendida por Charmaz (2009a), onde se entende que os dados e a teoria não são descobertos à parte da subjetividade de quem elabora e desenvolve a pesquisa, mas sim que sua construção é fruto de uma interação pesquisador, pesquisadores e objeto pesquisado incorporando significados, opiniões e experiências à medida que o estudo é desenvolvido. Como o paradigma epistemológico é construtivista, é possível estabelecer uma congruência e consistência em relação ao contexto.

A Figura 4 apresenta o diagrama de processo da CGT. Ele se inicia com as dúvidas, questões e problemas identificados sobre determinada observação, seguido imediatamente de uma coleta de dados, não necessariamente exaustiva, uma vez que ao iniciarmos estamos relativamente cegos sobre o problema.

A partir daí inicia-se a fase cíclica de comparação e ajustes, começando pela Codificação Qualitativa (pré-estudo) dos dados coletados, categorizando-os e classificando-os de acordo com o contexto.

Passa-se então à codificação analítica, que é o primeiro passo da CGT na análise qualitativa. Após coletar os dados qualitativos, eles são separados em

conjuntos, sendo rotulados com códigos criados. Separar os dados e rotulá-los com códigos implica o pesquisador poder comparar e contrastar continuamente eventos semelhantes em seus dados. Essa operação tende a forçar o descarte de noções preconcebidas.

Cabe ressaltar que a codificação analítica é comum em pesquisa qualitativa, mas raramente é a única passagem de codificação, sendo seguida por um ou mais métodos de codificação, como no caso da GT.

A amostragem teórica, ou codificação axial, é o segundo passo de codificação na CGT. Em contraste com a codificação analítica, onde você divide os dados em partes discretas, a amostragem teórica busca estabelecer conexões entre os códigos. Nela estudam-se os conteúdos dos códigos e os dados subjacentes para descobrir como podem ser categorizados e refinados. Uma categoria pode ser criada com base em um código existente, ou uma nova categoria mais abstrata pode ser desenvolvida, abrangendo vários códigos diferentes.

Após realizar a amostragem teórica, existirão várias categorias que serão suportadas por um conjunto de códigos de suporte. Essas categorias são os “eixos” em torno dos quais giram os códigos de suporte.

No esboço da teoria, o pesquisador constrói uma teoria relacionando as diferentes categorias desenvolvidas nas etapas anteriores. A teoria construída deve interpretar os dados e incluir conceitos vitais que emergem da pesquisa.

Por fim, um teste de esgotamento é feito na saturação teórica. Chamaz (2009a) aponta três caminhos de saída: caso a teoria esteja coerente e concisa, as ideias do pesquisador são escritas e editadas numa versão final; caso não esteja coerente e concisa, retorna-se à fase de comparação e ajustes, verificando as interpretações e revisando todo o processo. Isso pode ocorrer à medida que se aprofunda no problema. O terceiro caminho é praticamente um “retorno à prancheta”, em decorrência de uma coleta de dados inadequada. Esse caminho é incomum para pesquisadores mais experientes, mas não raro entre os novatos.

Por fim, este trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo, a “Introdução”, apresenta a contextualização da velhice até os dias atuais; a motivação para o presente estudo; os objetivos e a justificativa; a genealogia; e a metodologia para a investigação desenvolvida. O segundo capítulo, “Aspectos teóricos relevantes”, trata dos fundamentos utilizados para a investigação, enumerados a seguir: o primeiro tema intitula-se “Velhice e o investimento do saber

médico e das ciências sociais”. O segundo tema trata “A universalização das aposentadorias”. O terceiro tema é dedicado para “A trajetória dos direitos da pessoa idosa”, O quarto tema traz “Imagens, representações sociais e velhice”. Por fim, o “Ideal de Juventude como estilo de vida e laço social”. O terceiro capítulo, “Sei que nada será como está, amanhã ou depois de amanhã...”, trata da problematização da velhice deficitária *versus* pluralidade de sentidos abordando o envelhecimento feminino e masculino em termos de pessoa idosa no Brasil. O quarto capítulo, “Velhice, pra que te quero” considera especialmente as evidências emergentes sobre as imagens e sentidos do envelhecimento e da velhice. O quinto capítulo, “Considerações finais”, discute as perspectivas e dificuldades encontradas. Ao final são acrescentadas as referências

1 ASPECTOS TEÓRICOS RELEVANTES

Nossa idade – velho ou moço – pouco importa.

Importa é nos sentirmos vivos e alvoroçados mais uma vez, e revestidos de beleza, a exata beleza que vem dos gestos espontâneos e do profundo instinto de subsistir enquanto as coisas em redor se derretem e somem como nuvens errantes no universo estável.

Prosseguimos. Reinauguramos. Abrimos olhos gulosos a um sol diferente que nos acorda para os descobrimentos.

Esta é a magia do tempo.

Esta é a colheita particular que se exprime no cálido abraço e no beijo comungante, no acreditar na vida e na doação de vivê-la em perpétua procura e perpétua criação.

E já não somos apenas finitos e sós[...].

(ANDRADE, 1966)

Tudo se finge, primeiro; germina autêntico é depois.

(ROSA, 1979)

Neste capítulo abordaremos aspectos, conceitos e narrativas sobre a velhice e os processos de envelhecimento a partir de cinco temáticas: “Velhice e o investimento do saber médico e das ciências sociais”, organizados sob as especialidades geriatria e gerontologia e o aumento da longevidade e de idosos na população; “A universalização das aposentadorias”, como fator decisivo para a reconfiguração da velhice; “A trajetória dos direitos da pessoa idosa”, centrado no estabelecido na CRFB/88, na Política Nacional do Idoso (PNI), no Estatuto do Idoso e regulamentações relevantes; visando dar conhecimento para compreensão entre o real e o legislado; “Imagens, representações sociais e velhice”, a fim de abordar o olhar da sociedade e do velho sobre a velhice, assim como o olhar do velho sobre si mesmo; e “Ideal de juventude como estilo de vida e laço social”, para compreender os oferecimentos e exigências da cultura em relação ao envelhecimento.

Tais temáticas são estruturais e inter-relacionam-se para a construção de uma visão crítica acerca do ideal de juventude como o fio condutor para os sentidos que o envelhecimento pode vir a assumir; as formas disponíveis para a pessoa idosa relacionar-se com o seu entorno; as imagens, representações e possibilidades de atuação na sociedade como vias de fazer laço social.

1.1 Velhice e o investimento do saber médico e das ciências sociais

A ressignificação da velhice na modernidade configura-se a partir do cuidado cada vez maior dispensado à saúde das populações, presumindo que uma população saudável é uma riqueza de Estado, essencial para a realização do processo capitalista e por isso é alvo de pesquisas, investimentos e legislação através de políticas públicas. Nesse sentido, a medicina apresenta-se como um agente por excelência para essa transformação, com seu rol de técnicas para o controle disciplinar dos corpos e espaços a título de manter e promover saúde (FOUCAULT, 1988).

A medicina a serviço da disciplina sustenta e justifica a criação de categorias e fornece elementos para o seu contorno, lida com dados estatísticos, tais como taxas de natalidade e mortalidade, cria conceitos como salubridade para examinar as condições dos espaços, do ar, da qualidade da água, dos alimentos e mercadorias, e assim expande a sua atuação (MARTINS e PEIXOTO JUNIOR, 2009). A infância como momento valorizado, de cuidados específicos a serem dispensados pela mãe no seio familiar seguidos de formação escolar é um exemplo de categoria estabelecida com o suporte do saber médico, segundo um interesse político de Estado.

A medicalização do espaço social tornou-se condição fundamental para o aumento da longevidade e da qualidade de vida das populações; nas sociedades disciplinares o objeto de intervenção da medicina transcende a doença, o corpo do indivíduo.

Quanto à velhice, começou a ser reconfigurada a partir do final do século XVIII sob o paradigma biológico de que os processos vitais são classificados em evolutivos ou involutivos; a criança é dominada pelo afeto e instintos, durante a juventude e maturidade, a cultura seria o fator que possibilitaria a evolução até o domínio dos processos cognitivos sobre a natureza, representada pelo predomínio dos afetos. Porém, na velhice “As faculdades afetivas e os instintos cresceriam novamente em importância no ser, com a involução das faculdades cognitivas, de forma a prenunciar o triunfo da morte sobre a vida” (BIRMAN, 2015, p.1273).

A teoria da involução biológica ridiculariza o velho ao comparar suas características às das crianças no que diz respeito a sua falta de engajamento com

as exigências da cultura e está em consonância com as teorias da degeneração¹³ do corpo como causa das doenças, que começam a tomar consistência nos séculos XVIII e XIX:

A partir de então, a medicina moderna reconstrói o corpo com base na anatomia patológica, buscando o micro nível dos tecidos e das células para explicar o processo de degeneração do corpo. Gradualmente a velhice passa a ser entendida como um estado fisiológico específico, cujas principais características se agrupam sob o signo da senescência. (SILVA, 2008, p.158)

No final do século XIX e início do século XX o conceito de senescência torna-se central para a então nascente geriatria, e possibilitou a diferenciação científica da velhice quanto às outras fases da vida: é a fase da degeneração, doença e morte.

Groisman (2001) resume a descrição da velhice feita por Ignatz Leo Nascher, o fundador da geriatria, como uma “combinação da degeneração celular interna com o declínio físico externo”, o que comprometeria o funcionamento físico e mental e alteraria as características da personalidade do velho; como exemplo, cita “a avareza do idoso”, que se manifestaria quanto mais próximo estivesse da morte, quando todo o interesse do velho estaria voltado para si mesmo.

A geriatria abre um campo de estudos cujo interesse começa no corpo que se degenera, mas precisa transcendê-lo na procura das causas e consequências psicossociais do envelhecimento, o que convoca outras disciplinas a pensar sobre os problemas do indivíduo e da sociedade em que ele envelhece. Podemos afirmar que o interesse das ciências sociais sobre o envelhecimento surge apoiado na metáfora médica da velhice¹⁴, fundamentada no conceito de degeneração.

A metáfora médica distingue radicalmente a velhice das outras fases da vida e torna-se um argumento marcante para políticas, luta por direitos dos trabalhadores, principalmente para a concessão de benefícios, tais como aposentadoria e pensões, e vai difundir-se entre outros campos de saber. Dessa forma, o interesse da medicina sobre o envelhecimento permite que a velhice seja capturada segundo uma diferenciação do corpo envelhecido e do comportamento como uma “entidade demográfica, uma população”. (GROISMAN, 2001, p.51)

Segundo Debert (2020), só a partir dos anos 1930, no pós-primeira guerra, a velhice surge como um problema social de interesse mais expressivo para

¹³ Em “O Nascimento da Clínica” (FOUCAULT,1998) é possível acompanhar como o modelo anatomopatológico torna-se hegemônico: a causa de toda doença deve estar contida no corpo.

¹⁴ Conceito cunhado por Peter Laslett (1991) para se referir a identificação que a geriatria em seus primórdios faz entre velhice e doença.

disciplinas como sociologia e psicologia, o que então viabiliza a criação de um campo interdisciplinar consistente - a gerontologia¹⁵, cujo interesse nos aspectos psicossociais da velhice a configura como área de saber multidisciplinar:

Além do corpo envelhecido, objeto da geriatria, os hábitos, as práticas, as necessidades sociais e psicológicas dos velhos seriam agora alvo de um saber especializado [...] e tornava mais complexa a categoria velhice. (SILVA, 2008, p.159)

O interesse e investimento em pesquisas no campo da velhice ganham força à medida que se desenham projeções sobre o aumento do envelhecimento da população, sobretudo a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, de acordo também com o espírito e as conquistas do *Welfare State*.

1.2 A universalização das aposentadorias

A universalização das aposentadorias contribuiu decisivamente para que a velhice pudesse assumir novas possibilidades de sentido, tanto por seus benefícios sociais, que oferecem um lugar de reconhecimento e asseguram a sobrevivência do velho na comunidade, quanto por favorecer a delimitação de identidades, categorias e demandas. É um processo marcado pela tensão advinda do conflito entre trabalhadores e capital, repercutindo de diferentes formas na sociedade segundo os contextos político e econômico de cada época.

O processo que dá origem e consolida as aposentadorias é resultante das lutas dos trabalhadores para conquistar qualidade de vida e fortalecer direitos. Essas conquistas tem início no final do século XIX e seguem pelo século XX. Em um primeiro momento, são estabelecidas fundações específicas para suporte aos que se acidentassem, adoecessem ou perdessem a capacidade de ganhar seu sustento, inicialmente denominadas caixas de aposentadoria e pensões. As caixas eram fundos de auxílio mútuo formados por empregados de uma empresa, com contribuições dos empregados e do empregador, geridas por representantes de ambos e sem a participação do Estado.

¹⁵ Silva (2008, p.159) pondera que o surgimento da gerontologia como disciplina especializada é difuso. Segundo Katz (*apud* Silva, 2008), o termo foi utilizado primeiramente pelo médico Elie Metchnikoff, em 1903, mas se "limitava ao campo das intervenções médicas que prolongassem a vida".

A respeito da tensão resultante do conflito de interesses entre trabalhadores e patrões em seus primórdios, Silva (2008, p.160) aponta para a institucionalização dos sistemas de aposentadoria como uma das estratégias patronais para “conter o ‘perigo social’ representado pela massa dos trabalhadores”, assegurando que a disciplina e a produtividade fossem mantidas. Tal estratégia é facilmente exemplificada no caso do Brasil, onde os primeiros a terem o direito à aposentadoria assegurado foram os trabalhadores das estradas de ferro, a partir da Lei Elói Chaves, de 1923. A lei obrigou cada companhia a criar a sua própria caixa de aposentadoria e pensões e, segundo o parecer da Comissão de Legislação Social da Câmara sobre o projeto de lei de Elói Chaves, a expectativa era de que:

A criação das caixas [de aposentadorias dos ferroviários] determinará, como tudo leva a crer, um melhor entendimento entre empresários e trabalhadores, as consequências dessa harmonia serão a maior eficiência e regularidade do serviço ferroviário e a abolição das greves. (BRASIL, 2019)

A busca pela “harmonia” para assegurar a “eficiência” torna-se a base para o desenvolvimento da seguridade social no Brasil do início do século XX; a força e a capacidade de determinadas categorias para reivindicar e se organizar tornou-as pioneiras:

[...] o fato de os trabalhadores de ferrovia terem inaugurado o sistema deve-se menos à importância, para a economia nacional das atividades que desenvolviam, baseadas na exportação de produtos primários, do que à sua capacidade de mobilização para reivindicações de natureza trabalhista. (BATICH, 2004, p.33)

Só a partir dos anos 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, tem início a organização de um sistema público de previdência, substituindo as caixas por institutos de aposentadoria e pensões; os institutos reúnem todos os trabalhadores de uma mesma categoria profissional, são administrados pelo governo federal e recebem financiamento público além das contribuições de trabalhadores e empregadores.

A entrada do governo na regulação, assim como a sua participação no custeio, tem por objetivo viabilizar o crescimento industrial; o poder público interfere no conflito entre capital e trabalho pela proteção social do trabalhador, com vistas a diminuir as pressões advindas de uma classe trabalhadora urbana em franca expansão (BATICH, 2004). A partir desse momento tem início um longo processo de lutas sociais para alcançar padronização, universalização dos benefícios e da extensão da sua cobertura. O processo alcança o seu momento culminante nos anos 1980, durante o processo de redemocratização do país.

Foi durante essa década que os debates provocados por entidades e movimentos da sociedade civil acerca dos direitos humanos como direitos do cidadão amplia o escopo das discussões para além de categorias. Os debates foram influenciados pela agenda internacional sobre políticas públicas para o envelhecimento, alavancada pelo já marcante envelhecimento populacional dos países desenvolvidos; em 1982 a ONU realiza a Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, em Viena, considerada o marco inicial para o estabelecimento de políticas de proteção social ao idoso como um direito do cidadão (CAMARANO, 2016b). A Assembleia de Viena propunha um plano global de ação cujos objetivos eram:

[...] garantir a segurança econômica e social da população idosa, bem como identificar as oportunidades para a sua integração ao processo de desenvolvimento dos países. [...] Dado o contexto político econômico e social, assumiu-se que, por sua “vulnerabilidade”, a população idosa deveria sofrer mais as consequências do colonialismo, neocolonialismo, racismo e práticas do *apartheid* vigentes no momento. (CAMARANO, 2016b, p.17)

Portanto, é no contexto da redemocratização do país e dos debates que se estabelecem e são incorporados à Assembleia Nacional Constituinte que ocorre um substancial avanço quanto à proteção social do idoso, consolidado com a CRFB/88. Tal avanço reflete-se nas imagens associadas à velhice, para além de identificações ao (não) trabalho ou a uma visão meramente assistencialista.

Em paralelo, avançam os debates em todo o mundo acerca do envelhecimento individual e da população, de forma a alçar o idoso a condição de ator social, com necessidades específicas. Camarano (2016b) ressalta que as reflexões provocadas pela Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento em Viena¹⁶, convergem para a necessidade de incentivar e proporcionar o reconhecimento da pessoa idosa, provocando mudanças acerca do seu papel na sociedade, considerando o desenvolvimento econômico e social, no sentido de adotar o envelhecimento ativo. Em consequência, a partir desse espírito e por pressão das organizações e movimentos da sociedade civil, é aprovada em 1994 a Política Nacional do Idoso – PNI como forma de dar corpo aos direitos constituídos na CFRB/88.

¹⁶ O Brasil é signatário do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, elaborado em 1982 durante a Assembleia de Viena. (CAMARANO, 2016b)

1.3 A trajetória dos direitos da pessoa idosa

1.3.1 O idoso e a CRFB/88

Para a efetivação dos direitos dos idosos, a CRFB/88 introduziu diversas determinações que possibilitaram, por exemplo, o exercício da democracia participativa, que resultou na criação de Conselhos de Direitos e pavimentou a construção de uma estrutura básica que permite, por meio dos Ministérios Públicos, estabelecer ações civis públicas e medidas de proteção, defendendo o idoso em questões fundamentais, como saúde, educação, trabalho, acessibilidade, lazer, cultura. (UVO & ZANNATA, 2004; CARVALHO, 2019)

São dispositivos constantes da CRFB/88 que se aplicam ao idoso, no Título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, em seu Capítulo I, “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”:

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

[...]

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 2016)

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]. (BRASIL, 2016)

e

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXIV - aposentadoria;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. (BRASIL, 2016)

No capítulo IV, “Dos direitos políticos” temos:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: [...]

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são: [...]

II - facultativos para: [...]

b) os maiores de setenta anos; [...]. (BRASIL, 2016)

No Título VIII, “Da Ordem Social”, Capítulo II, “Da Seguridade Social, em sua seção III, “Da Previdência Social”, podemos extrair:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que

preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) [...] I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; [...]. (BRASIL, 2016)

e o

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

[...]

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 2016)

No Capítulo VII, “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”, destacam-se:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. (BRASIL, 2016)

e

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos. (BRASIL, 2016)

É possível perceber que a CRFB/88 é o marco inaugural de um princípio de proteção ao idoso, avançando bastante em diversas questões, valorizando a sua cidadania. Isso estabeleceu a possibilidade de formação e aprimoramento de uma legislação infraconstitucional de suporte ao que afeta idosos. Séguin (1999) destaca que: “Incluir a proteção do idoso na CRFB/88 representou uma evolução, lançou luz sobre o tema e forçou o legislador infraconstitucional a manifestar-se.”. A inclusão da proteção do idoso na Constituição, tem também o viés ético, como destaca Rogério Greco (*apud* Carvalho, 2019):

[...] é inaceitável haver indiferença frente às necessidades do próximo, quando se pode, de alguma forma, estender a mão, pois ninguém é capaz de saber sobre o dia de amanhã. Assim, a mesma mão que se estende hoje, para oferecer, amanhã poderá estar estendida para pedir.

Além disso, a CRFB/88 legou ao Ministério Público o papel de defensor dos interesses individuais e coletivos dessa parcela da população. Como consequência, os movimentos sociais puderam fortalecer suas reivindicações por direitos, as quais

resultaram, por exemplo, na Política Nacional do Idoso e, depois, no Estatuto do Idoso.

1.3.2 A Política Nacional do Idoso

Com a intenção de promover a proteção da pessoa idosa por parte do Estado, da sociedade e da família, é criada a Lei 8.842/94 (BRASIL, 1994), nominada de Política Nacional do Idoso - PNI. Por meio dela, objetiva-se assegurar os direitos da pessoa idosa, considerando como marco a idade de 60 anos, de acordo com os critérios estabelecidos pela OMS. Nessa concepção, entendeu-se que ao estabelecer uma política de Estado, promove-se a autonomia, integração e participação efetiva do idoso na sociedade com vistas a assegurar as suas prerrogativas como cidadão, para além de uma visão meramente assistencialista. A articulação para elaboração dessa política congregou entidades civis onde podemos destacar a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, e entidades técnicas, onde destacamos a Associação Nacional de Gerontologia - ANG e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - SBGG.

A PNI reafirma em seu capítulo I, “Da finalidade”, o princípio constitucional da dignidade humana, bem-estar e direito à vida.

No capítulo II, “Dos princípios e das Diretrizes”, na seção I, estabelece ser responsabilidade da família, sociedade e Estado assegurar tais direitos; trata o envelhecimento como um fenômeno social, um processo e, assim sendo, deve ser objeto de conhecimento e informação de todos os cidadãos. O idoso não pode sofrer discriminação de qualquer natureza e deve ser o agente e destinatário das transformações em curso, ou seja, protagonista quanto à elaboração, efetivação e avaliação das políticas públicas. O processo de envelhecimento é reconhecido como heterogêneo, o que implica o poder público e a sociedade levarem em conta as diferenças econômicas, sociais, regionais e as contradições entre os ambientes urbano e rural no desenvolvimento e aplicação de políticas. (BRASIL, 1994)

Na seção II, estabelece suas diretrizes, elencando nove itens condutores da política: viabilizar a participação, ocupação, convívio e integração intergeracional; fomentar a participação do idoso através de organizações representativas de seus

interesses no que concerne às políticas, planos, programas e projetos; os incisos III, IV, V e VI versam sobre a priorização do atendimento ao idoso pela própria família em detrimento de instituições asilares, descentralização administrativa, necessidade de capacitação e formação de recursos humanos, assim como a implementação de um sistema de informação para a divulgação das políticas, serviços e programas; por fim, seus incisos finais versam sobre dever haver a implementação de meios (mecanismos, segundo o texto da lei) de caráter educativo, que informem a sociedade em geral sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento e apoiem estudos e pesquisas sobre o envelhecimento. (BRASIL, 1994)

No capítulo III, “Da Organização e Gestão”, a PNI determina que é de competência do ministério responsável pela assistência e promoção social, no caso o Ministério da Saúde, a coordenação geral da PNI, agregando a participação dos conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais para coordenar ações governamentais relacionadas com a PNI; formular, acompanhar e avaliar as políticas; incentivar e estabelecer articulações ministeriais necessárias em favor da PNI. (BRASIL, 1994)

Os conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso são definidos como órgãos permanentes, paritários e deliberativos, com representatividade em igual número dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil, sendo de competência desses órgãos a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da Política Nacional do Idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas. (BRASIL, 1994)

À União, por intermédio do Ministério da Saúde, compete coordenar as ações relativas à Política Nacional do Idoso; participar na formulação, acompanhamento e avaliação da PNI; promover as articulações intraministeriais e interministeriais necessárias à implementação da Política Nacional do Idoso; e elaborar a proposta orçamentária no âmbito da promoção e assistência social e submetê-la ao Conselho Nacional do Idoso. (BRASIL, 1994)

O capítulo IV, “Das Ações Governamentais”, dispõe sobre as competências dos órgãos e instituições públicas na implementação da PNI, nas áreas de promoção e assistência social; saúde; educação; trabalho e previdência social; habitação e urbanismo; e justiça. (BRASIL, 1994)

Na área de promoção e assistência social destacam-se como responsabilidades: a prestação de serviços e desenvolvimento de ações participativas governo-sociedade-família-entidades civis para atendimento às necessidades básicas do idoso; o estímulo à criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como: centros de convivência, centros de cuidados, casais, oficinas de trabalho e atendimentos domiciliares; a promoção de atividades de debates e produção por meio de simpósios, seminários e encontros específicos; planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso; capacitar recursos para atendimento ao idoso. (BRASIL, 1994)

Na área de saúde, a garantia ao idoso de assistência, nos diversos níveis de atendimento do SUS; estabelecer programas e medidas profiláticas para prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso; e realizar estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinadas doenças do idoso, com vistas a prevenção, tratamento e reabilitação, são os destaques. Constam também a adoção e aplicação de normas de funcionamento das instituições geriátricas e similares, fiscalizadas pelo SUS; elaboração de normas de serviços geriátricos hospitalares; desenvolvimento de cooperação entre as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios e entre os Centros de Referência em Geriatria e Gerontologia, visando o treinamento de equipes interprofissionais; e a criação de serviços alternativos de saúde para o idoso. (BRASIL, 1994)

Na área de educação, a PNI define que as ações governamentais devem visar a adequação de currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso; a inserção curricular, em todos os níveis do ensino formal, de conteúdos voltados para o tema envelhecimento, bem como desenvolver programas educativos, particularmente nos meios de comunicação, visando informar a população sobre o processo de envelhecimento, eliminar preconceitos e produzir uma cultura sobre o assunto.

O governo e entidades públicas são instados também a desenvolver programas educacionais que adotem modalidades de ensino a distância, adequados às condições do idoso, assim como prestar apoio e estimular a criação de universidades abertas para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber. Um destaque especial reside na necessidade de inclusão da Gerontologia e da Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos

superiores. Embora o texto não seja claro sobre esse item, entende-se que devem ser tópicos genéricos de uma disciplina de caráter cultural, visando formar uma cultura de respeito e compreensão das necessidades dos idosos e sua contribuição social. (BRASIL, 1994)

Na área de trabalho e previdência social, a PNI reafirma serem necessárias ações governamentais e de entidades públicas para garantir mecanismos normativos e legais que visem eliminar a discriminação contra o idoso no que tange a sua participação no mercado de trabalho, seja no setor público, quanto no setor privado. Destacam-se a importância da criação de programas de preparação para a aposentadoria em todos os setores de trabalho, com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento, e priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários. (BRASIL, 1994)

Na área de habitação e urbanismo, as ações governamentais em programas habitacionais devem destinar unidades habitacionais ao idoso em regime de comodato. Conjugado com os programas de assistência ao idoso, deve-se incluir formas de melhoria de condições de habitabilidade e de adaptação de moradia, considerando o estado físico e independência de locomoção do idoso. (BRASIL, 1994)

Embora seja uma questão mais afeita à área de justiça, a PNI define em habitação, que os governos devem elaborar critérios que garantam o justo acesso da pessoa idosa à habitação popular.

Não menos importante, a PNI determina a necessidade de garantir acessibilidade ao idoso, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanas. Na área de justiça, determina que as ações devem promover e defender os direitos da pessoa idosa, zelando pela aplicação das normas para coibir abusos e lesões a seus direitos. (BRASIL, 1994)

Na área de cultura, esporte e lazer, as ações devem garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; propiciar o acesso aos locais e eventos culturais, com ingressos a preço reduzidos, em âmbito nacional; estimular os movimentos organizados de idosos a desenvolverem atividades culturais; o incentivo e criação de programas de lazer, esporte e atividades físicas visando a melhoria da qualidade de vida do idoso e que aumentem sua participação comunitária. (BRASIL, 1994)

Destaca-se também um discreto reconhecimento do idoso como um guardião de cultura ao estabelecer a necessidade de ações que valorizem o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como uma das formas de garantir a continuidade da identidade cultural. (BRASIL, 1994)

Nesse capítulo, estão inseridos ainda três parágrafos no artigo 10, referentes a gestão de bens pelo idoso:

§ 1º É assegurado ao idoso o direito de dispor de seus bens, proventos, pensões e benefícios, salvo nos casos de incapacidade judicialmente comprovada.

§ 2º Nos casos de comprovada incapacidade do idoso para gerir seus bens, ser-lhe-á nomeado Curador especial em juízo.

§ 3º Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso. (BRASIL, 1994, art. 10)

Assim, os objetivos da PNI podem ser resumidos em:

- a) Convergência para o envelhecimento ativo e saudável;
- b) Promoção da atenção integral e integrada à saúde do idoso;
- c) Estimulo às ações intersetoriais;
- d) Fortalecimento do controle social;
- e) Garantia de orçamento para as ações listadas;
- f) Incentivo à pesquisa e estudos continuados sobre o envelhecimento.

A regulamentação da PNI ocorreu em 1996, pelo decreto no 1948/96 (BRASIL,1996). De fato, o seu foco principal foi legislar e, conseqüentemente, propiciar a implementação de redes de atenção ao idoso. O decreto define a modalidade asilar como o atendimento, em regime de internato, para o indivíduo idoso que não possua um vínculo familiar ou mesmo tenham se esgotado os recursos necessários para manter a sua própria subsistência no que tange as necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social. (RAMOS, LOGRADO *et al*, 2005; BRASIL,1996)

Nesse sentido estabelece também modalidades não asilares, como Centros de Convivência, destinado à uma presença diurna do idoso, onde são instados a desenvolver atividades físicas, laborais, recreativas, culturais e de educação; Centros de Cuidados Diurnos, tipicamente um Hospital ou Centro de saúde onde o idoso dependente ou com deficiência temporária permaneça durante o dia, para assistência médica; A Casa-Lar, um espaço residencial, cooperativo, cedida contratualmente por instituições públicas ou privadas, para idosos com renda

insuficiente para manter uma residência e que não tenha família; A Oficina Abrigada de Trabalho, um local onde o idoso pode desenvolver atividades produtivas, visando elevar sua renda; e o Atendimento domiciliar, um suporte provido residencialmente, por profissionais da área de saúde ou por membros da comunidade, ao idoso que vive e tenha a condição de dependente. (BRASIL, 1996; RAMOS, 2003)

Em particular, como outra forma de prover um melhor padrão, o inciso VI, do art. 4º do Decreto 1948/96 permitiu outras medidas que surgissem por entendimento comum, como a formação das Universidades da Terceira Idade. (RAMOS, 2003)

Por diversas críticas, o decreto 1948/96 foi alvo de várias alterações, como a do decreto 6800/2009 (BRASIL, 2009), que mudou a competência de coordenar a PNI do Ministério da Previdência e Assistência Social à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, alterando também o alcance de suas competências. Também removeu totalmente o artigo 13, referente ao Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria dos Direitos da Cidadania, uma vez que esta foi retirada desse ministério e levada para a Presidência da República.

Em 2019, o Decreto 9921/19 (BRASIL, 2019) revogou o 1948/96, o 6800/2009, e mais três outros decretos. Institui no seu inciso III, do artigo 22, a conexão regulatória entre a PNI e o Estatuto do Idoso:

A orientação por políticas públicas destinadas ao envelhecimento populacional e à efetivação da Política Nacional da Pessoa Idosa, de que trata a Lei nº 8.842, de 1994, e do Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741, de 2003. (BRASIL, 2019)

Em 2021 o decreto 10604 efetua uma revisão na PNI, e no decreto 9921/19, essencialmente, troca o Termo “Pessoa Idosa” para “Idoso”. Altera competências, como no artigo 12, inciso IV, Parágrafo único, que diz: “Compete às entidades vinculadas ao Ministério da Cidadania, no âmbito de suas competências, a implementação de atividades específicas, conjugadas à Política Nacional da Pessoa Idosa.”, transferindo para a competência do Ministério do Turismo. Trasfere as competências da Estratégia “Brasil Amigo do Idoso” deste para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Por fim, revoga o inciso II do *caput* do art. 22, que trata das diretrizes da Estratégia “Brasil Amigo do Idoso”, a saber: II - o foco na população idosa, prioritariamente a pessoa idosa inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto 6135, de 26 de junho de 2007; o inciso IV do *caput* do art. 25,

retirando da Estratégia “Brasil Amigo do Idoso”, a competência para “a avaliação e o monitoramento, por meio de indicadores da Estratégia, com base em metodologia a ser definida pelo Comitê Gestor da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa”, uma vez que também revoga as seções III e IV do capítulo II, que trata do comitê gestor, extinguindo-o.

1.3.3 O Estatuto do Idoso

Após cerca de uma década de vigência da PNI, consolidou-se o sentimento de que os direitos das pessoas idosas no Brasil ainda estavam muito longe de serem efetivados de fato. A grande questão que se instalou com a PNI foi a quem competia promover e defender efetivamente os direitos da pessoa idosa e também cuidar e garantir a aplicação de leis, normas e regras sobre o idoso, evitando o abuso e lesões a seus direitos? (MPPR, [s.d.]

De fato, a PNI não criou um Sistema Jurídico de Garantias, conseqüentemente, gerando sua não efetividade. (RAMOS, 2005; RAMOS, 2003; UVO, ZANATTA, 2004)

Assim, como resultado de intensa mobilização social e de várias críticas da não efetivação da PNI, nasce o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), caracterizado como um exercício ético, resultante do trabalho conjunto de parlamentares, especialistas, profissionais das áreas de saúde, direito, assistência social e das entidades e organizações não governamentais atuantes na defesa dos direitos e proteção aos idosos.

A priori o Estatuto do Idoso consolida os pressupostos da PNI contemplando todas as áreas que se relacionam com a velhice e envelhecimento: a saúde, a educação, a habitação e a forma de ação do Ministério Público para acelerar processos em defesa do idoso. Ou seja, o Estatuto do Idoso é *per se* um ato voltado para a dignidade da pessoa idosa (RAMOS, 2005; UVO, ZANATTA, 2004), como descritos no TÍTULO I, “Disposições Preliminares”, no Art. 1º: “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003). Seguindo os princípios fundamentais da Constituição, a Constituição Cidadã, aplica aos idosos brasileiros

os valores fundamentais da dignidade da pessoa humana, estabelecendo a proteção do idoso e da velhice como um dos objetivos da assistência social e, no Art. 2º:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2003)

O artigo 2º toma por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e é muito similar ao art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enfatizando que a dignidade da pessoa humana deve ser buscada pelo ordenamento jurídico como premissa máxima da qual não pode o Estado e a sociedade se descuidar de proteger (ALCÂNTARA, 2016). O art. 3º do ECA visa proteger a criança e o adolescente identificando-os como sujeitos de direitos (ALCÂNTARA, 2016). No art. 2º do Estatuto, os idosos são categorizados como cidadãos a serem tutelados com prioridade. Preocupa-se, portanto, em assegurar que todos os demais cidadãos respeitem os que estão nesta faixa etária, sendo a sua dignidade o bem maior a ser assegurado. Nesse sentido, o Estatuto do Idoso reafirma os direitos e garantias fundamentais da CRFB/88, do princípio da igualdade entre todos e não permitindo distinção de qualquer natureza, inclusive de idade. (RAMOS, 2003; RAMOS, 2005)

O artigo 3º do Estatuto do Idoso resume os principais direitos do idoso:

Art. 3º. **É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público** assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003, grifo nosso)

O artigo 3º é claro. Fala em obrigação e não em capacidade da família e das entidades públicas em assegurar esses direitos ao idoso. Ou seja, se a família deste não tiver condições para socorrê-lo, o poder público a substituirá dentro da sua possibilidade.

Cabe um destaque: ao artigo 3º foi adicionado um segundo parágrafo que dá especial atenção ao idoso maior de 80 anos:

Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos. (BRASIL, 2003)

O Estatuto, ao longo de seus 118 artigos, transforma em crime, por exemplo, a prática de maus tratos aos idosos; proíbe a discriminação do idoso nos planos de

saúde que estabeleçam cobrança de valores diferenciados por idade; assegura o fornecimento de medicamentos, especialmente os de uso continuado; assegura àqueles com mais de 65 anos, vivendo em famílias carentes o Benefício de Prestação Continuada - BPC, no valor de um salário mínimo federal.

Embora o Estatuto do Idoso seja também criticado por uma ineficácia normativa ao longo de sua existência, ele corrigiu a falha expressa na PNI, criando um sistema de garantias de direitos da pessoa idosa que, mesmo diante das dificuldades, tem buscado efetivar os direitos sociais dos idosos brasileiros (ALCÂNTARA, 2016). A composição do sistema de garantias previsto no Estatuto é: Conselhos do Idoso; Sistema Único de Saúde - SUS; Sistema Único de Assistência Social - SUAS; Vigilância em Saúde; Poder Judiciário; Defensoria Pública; Ministério Público; e Polícia Civil.

Em especial aos Ministérios Públicos, o Estatuto do Idoso confere atribuições, como a legitimidade para requerer e determinar medidas de proteção, a fiscalização das entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso, entre outras elencadas no artigo 74 do mesmo Estatuto. Sem dúvida esse papel é de suma importância e o Estatuto do Idoso reforça isso ao prever a competência do Ministério Público face aos interesses das pessoas idosas, estabelecendo que este deve instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso.

O Estatuto do Idoso por si só reafirma uma cultura ética por meio de sua proposta de Educação voltada para o respeito aos direitos humanos. Essa visão parte do pressuposto de que só será possível a eliminação da violência, dos maus-tratos na velhice, dos salários e empregos precários, das baixas condições de sobrevivência, do sofrimento e do desamparo social quando constituirmos uma cultura, uma razão, na sociedade que permita estabelecer o respeito e a valorização dos indivíduos independentemente da idade cronológica.

Nesse sentido, o Estatuto do Idoso nos leva a entender, incluso algumas obviedades, que a velhice deve ser considerada como a idade da vivência e da experiência, as quais jamais devem ser desperdiçadas em uma sociedade que se pressupõe justa. O futuro da sociedade será indubitavelmente afetado por um contingente muito relevante de pessoas idosas e se não estivermos conscientes das transformações que isso implica e despreparados para a realidade, estaremos

assinando um atestado de *apartheid* da velhice, totalmente deficiente de direitos e de garantias.

Não obstante a existência de um estatuto, a distância entre os direitos previstos e os direitos reais dos idosos no Brasil ainda é quase abissal. Para que tal situação se modifique, evolua, é necessário manter em contínuo debate sobre as mudanças socioeconômicas, a evolução tecnológica, e outros, em todos os espaços da sociedade, pois apenas uma mobilização permanente é capaz de trazer novos olhares e revisar conceitos sobre o processo de envelhecimento dos cidadãos brasileiros.

1.4 Imagens, representações sociais e velhice

Para falarmos sobre as imagens associadas à velhice recorreremos ao conceito de representação social como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1993, p.4) e, ainda, que se trata sempre de “uma representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito)” (JODELET, 1993, p.9). Jodelet (1993) e Moscovici (1978) comparam tal forma de conhecimento ao que chamamos de senso comum em distinção ao conhecimento científico; sua importância como objeto de estudo reside nos “Esclarecimentos que traz acerca dos processos cognitivos e as interações sociais”. (JODELET, 1993, p.5)

Assim, é possível dizer que as representações sociais são sistemas de interpretação e mediadoras na relação do indivíduo com o grupo, nas condutas sociais, na difusão e assimilação de conhecimentos, na definição de identidades tanto pessoais quanto sociais e suas formas de expressão e de transformação social. Desta forma, contribuem para a formação de uma visão consensual da realidade para os integrantes de um determinado grupo social.

A formação das representações sociais está relacionada a processos que levam em conta as dinâmicas psíquica e social e estão na fronteira entre psicológico e social (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 1993):

Deve considerar-se de um lado o funcionamento cognitivo e do aparelho psíquico; de outro o funcionamento do sistema social, dos grupos e das interações, na medida em que estes afetam a gênese, a estrutura e a

evolução das representações e são afetados por sua intervenção. (JODELET, 1993, p.8)

Simoneau, tomando o pensamento de Moscovici, descreve as interfaces entre psicológico e social comparando as representações sociais a uma rede de pesca. Ao construirmos uma rede de pesca, a criatividade de cada um que o fizer determinará variações e nuances, tais como diferentes cores e texturas mas, as características do material devem obedecer ao que se espera da rede, ou seja, suportar o peso dos peixes, a força das marés e ser flexível. Dessa forma, “Seus fios interligados dão vida a pequenas estruturas que vão se unindo a outras por meio de nós fortemente entrelaçados que dão origem a um tecido aberto que permitirá capturar o nosso objetivo” e ainda “[...] é a rede de significados que permite ‘capturar’ os objetos ao nosso redor, ou seja, tornar esses objetos em alguma coisa familiar a nossa existência humana” (SIMONEAU, 2015, p 26). Por outro lado, assinala que com o tempo a rede pode sofrer mudanças que afetam a sua estrutura constituída, provocando acomodações com vistas a manter a sua função de “capturar”, segundo as exigências do seu grupo social.

Moscovici (1978) chama a atenção para a necessidade de entender o mundo a nossa volta, tornar familiar o que é estranho, que não faz parte da nossa experiência, pois o que não conhecemos ou experienciamos satisfatoriamente traz angústia e insegurança, tornando-se potencialmente assustador. Diante de novos objetos ou situações desconhecidas, o processo de representá-los acontece por mecanismos de ancoragem e objetivação. Moscovici (2003) utiliza a ideia de botes à deriva no mar, que precisam de pontos de sinalização seguros para ancorarem, para ilustrar a situação em que um objeto novo, desconhecido, precisa ser relacionado a algo familiar, seguro, tal como os pontos de sinalização para os botes a esmo. Pela ancoragem o objeto é categorizado e incorporado ao sistema de referências da sociedade, adequando-se à hierarquia já instituída das normas e valores sociais.

Por outro lado, o novo, ao ser incorporado, pode influenciar, modificar algo da rede de significados com o passar do tempo, sempre com a intenção de preservar e atualizar a função de “capturar” o objeto. Ou seja, há um constante movimento instituinte atuando sobre os sentidos já instituídos.

O processo de objetivação dá realidade material a uma imagem, a um objeto abstrato; concretude a um conceito, é “[...] descobrir a qualidade icônica de uma ideia ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” (Moscovici, 2003,

p.71-72). Por exemplo, ao associarmos Deus à figura de um pai, passamos do abstrato – Deus, para uma representação concreta, familiar – a figura de um homem, um pai que, por sua vez está associado à várias imagens possíveis. O antes desconhecido, uma ideia abstrata de um ser invisível, passa a ser associado a algo familiar, cotidiano, e assim adquire concretude; pode ser considerado real.

Simoneau ressalta que a partir da modernidade, principalmente na contemporaneidade, há uma grande pressão para a inferência¹⁷ quanto à posição que os indivíduos devem tomar acerca do envelhecimento e da velhice, tendo por base as questões relativas à maior longevidade e ao envelhecimento das populações, “Essa exigência pode ser visualizada tanto na relação sujeito – objeto (posição do indivíduo ou membro do grupo social em relação à velhice), como na relação sujeito/objeto (o sujeito se constitui em objeto e vice-versa)”. (SIMONEAU, 2015, p.95)

Essa tomada de posição acontece segundo uma multiplicidade de significados, o que implica afirmar que a velhice e o envelhecimento são processos heterogêneos, perpassados por estereótipos presentes no espaço social para identificar e classificar, assim como pelas vivências do idoso segundo o seu meio familiar e contexto social.

Como exemplo, podemos citar as diferenças de percepção da velhice por homens e mulheres; por faixa etária; nível socioeconômico; morando na cidade ou no campo, dentre outros vários fatores que podem atravessar a experiência e o sentido que o envelhecimento e a velhice podem assumir. É importante estarmos atentos a esses fatores e para quais direções apontam, pois o discurso do chamado senso comum é constituído e constituinte das imagens e significados que circulam nos grupos, principalmente através da mídia. Nas palavras de Jodelet:

As instâncias e ligações institucionais, as redes de comunicação mediáticas ou informais intervêm em sua elaboração, abrindo a via dos processos de influência, às vezes de manipulação social — e veremos que se trata aí de fatores determinantes na construção representativa. (JODELET, 1993, p.4)

A respeito do contexto brasileiro, é importante frisar que o mesmo é atravessado pelo ideário neoliberal e suas receitas de austeridade, que questionam

¹⁷ Pressão para a inferência refere-se às exigências da vida corrente para que os indivíduos ou grupos sociais apresentem respostas com vistas a tomadas de decisões, o que só é possível quando as meras opiniões consolidam-se, através do diálogo e da troca de ideias. “Para tanto, cumpre-lhe optar entre os termos de uma alternativa, tornar estáveis e permanentes opiniões que possuem um alto grau de incerteza, encurtar os possíveis desvios e ligar, a esse respeito, as premissas às conclusões, que por outro lado, não são diretas”. (MOSCOVICI, 1978, p.252).

e restringem direitos sociais e incentivam o autoritarismo em nome do combate à crises e mais crises econômicas. A pressão por diminuir gastos públicos e desonerar a iniciativa privada, tende a deslocar o foco da questão econômica em si mesma, muitas vezes elegendo determinados grupos ou categorias como bodes expiatórios, tal como foi assinalado por Jodelet como “processos de influência” ou até de “manipulação social”. Como exemplo recente podemos citar a fala do Ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmando que **"Todo mundo quer viver 100 anos, 120, 130"**, e assim sendo **"não há capacidade de investimento para que o Estado consiga acompanhar"** (MARTELLO; GOMES, 2021, grifo nosso). Ao que parece, “todo mundo” certamente não se refere aos mais abastados, aos que podem arcar com os custos da medicina privada ou de uma polpuda previdência privada.

1.5 Ideal de juventude como estilo de vida e laço social

Podemos observar que o curso da vida moderna é racionalizado cronologicamente por uma burocratização segundo o ideal de produtividade econômica, que se reflete na ordem social segundo a demarcação de três grandes segmentos: jovem (vida escolar), adulto (trabalhador) e velho (aposentado ou pensionista). No entanto, com a crise definitiva das sociedades disciplinares a partir da segunda metade do século XX, essa racionalização começa a declinar e resulta em uma desconstrução do curso da vida tal como antes; a cronologização da vida moderna dá lugar a um estilo unietário. Debert utiliza a noção de “curso de vida pós-moderno” de Moody (*apud* DEBERT, 2020, p.56) para explicar que há uma diluição dos limites de idade, das normas e comportamentos que definem quem é jovem, adulto ou velho, “fruto de uma economia baseada no consumo mais do que na produtividade”, o que se torna possível “pela fluidez e multiplicidade de estilos de vida” e pela “promessa de que é possível escapar dos constrangimentos e dos estereótipos, das normas e dos padrões de comportamento baseados nas idades” (DEBERT, 2020, p.57).

Para entendermos a crise das sociedades disciplinares, é importante pontuar que o modelo disciplinar não comporta a multiplicidade e as diferentes formas de subjetivação emergentes, tais como: feminismo, contracultura e outros movimentos identitários e reivindicatórios que questionam as disciplinas, e assim provocam

reformas em instituições como família, escola e hospital. O declínio das sociedades disciplinares acontece sob a ascensão das sociedades de controle (DELEUZE, 1992); o controle mostra-se mais eficaz, pois permite lidar com a ausência de limites definidos, permite a interpenetração dos espaços e a vivência do tempo contínuo: todos são como prisioneiros em campo aberto, sempre enredados em um tipo de formação permanente. (COSTA, 2004)

Nas sociedades de controle nunca se termina nada, todos estão sempre em dívida e todos os equilíbrios são metaestáveis. É a sociedade do homem endividado, sob controle contínuo e ilimitado, sempre em formação, sempre em rivalidade, segundo um ideal de desempenho que supõe estar ou não motivado (DELEUZE, 1992). A disciplina é refinada e transformada em controle através de mecanismos e dispositivos de análise de dados, amostras, mercados e busca por padrões de comportamento (COSTA, 2004). Nas palavras de Deleuze (1992), o capitalismo não se dirige mais para o produto – ou seja, para a fábrica –, mas sim para a venda, o mercado: “o que ele quer vender são serviços, o que ele quer comprar são ações”. (DELEUZE, 1992, p.3)

O capitalismo de mercado se impõe através de mecanismos muito mais sutis, que se baseiam na busca de prazer e autonomia, e apagam as diferenças em prol de facilitar o consumo de massa: “A horizontalidade em todas as relações elimina os obstáculos, eliminando assim tudo aquilo que poderia servir de entrave à livre circulação do mundo das mercadorias.” (SZAPIRO, 2010, p.42). Nesse contexto, manter-se aberto para novas experiências, sempre disposto a recomeçar, manter-se atualizado e em busca de prazer, implica em desvalorizar e até mesmo romper com o passado e suas tradições, consolidando um ideal de juventude como estilo de vida:

Hoje, a “liberdade de construir”¹⁸ tornou-se um imperativo generalizado e permanente para todos. Com os avanços no âmbito das tecnociências, em especial no campo da biogenética, tudo parece se tornar possível através das soluções encontradas nessas tecnologias. Um exemplo disso é a possibilidade que a ciência oferece à mulher de ser mãe inclusive numa idade avançada, quando o processo de envelhecimento dos órgãos reprodutores tendo decretado sua obsolescência já não mais permitiria a realização desse desejo. Assim sendo, todos **estamos** jovens, como modo de existir. (SZAPIRO, 2010, p. 43, grifo nosso)

¹⁸ A liberdade de construir, segundo Gauchet (*apud* SZAPIRO, 2010, p.43), é um atributo da juventude, por princípio. Está fundamentada na ideia de que é necessário aos jovens explorar, começar, interromper e recomeçar projetos profissionais, relações amorosas etc., pois estão no início da construção da sua vida.

É nesse contexto de crise das disciplinas e, por conseguinte, dos seus modos de subjetivação e controle, que a terceira idade é historicamente construída na França. Ao serem criados os primeiros cursos livres para idosos na década de 1970, na Universidade de Toulouse, França, a expressão terceira idade foi associada a uma forma de responder adequadamente aos anseios de uma clientela que desejava vivenciar uma velhice como etapa de realização de projetos, busca de autorrealização e aprimoramento.

As características desses anseios e demandas emergentes são determinadas pelo aumento expressivo das camadas médias urbanas no contingente dos aposentados, com hábitos, culturas e aspirações de consumo mais refinados em comparação às primeiras levas de trabalhadores, menos qualificados (SILVA, 2008). A terceira idade difundiu-se mundo afora como um estilo de vida através de programas como universidades do tempo livre; tornou-se um novo período de vida com demandas e sentidos muito próximos aos das fases anteriores. A terceira idade preza pela atividade e se contrapõe à velhice entendida como falta de autonomia; está relacionada aos princípios de solidariedade, direitos humanos, proteção social e de dignidade conquistados durante os trinta anos de expansão do *Welfare State* que vão do pós-Segunda Guerra até meados dos anos 1970. Mendonça *et al* (2020) resume que foi durante esses “trinta anos gloriosos”, de 1945 a 1975, que se consolidou o reconhecimento dos direitos e necessidades dos idosos:

Em escala mundial, vários países, inclusive o Brasil, conheceram momentos de reconhecimento dos direitos individuais (civis e políticos) e sociais, da pessoa idosa, tais como: respeito à integridade física, psíquica e moral protegida pelo Estado e pela sociedade, incluindo-se, aí, a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, de ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais; e, ainda, a satisfação de necessidades sociais, em atenção aos direitos à vida e à saúde, além de autonomia de ação e de crítica, imprescindíveis à participação social dos cidadãos. (MENDONÇA *et al*, 2021, p.59)

O interesse crescente em entender os processos de envelhecimento – a terceira idade é um desses exemplos, é fortemente marcado pelas nascentes teorias sociológicas da atividade e do desengajamento¹⁹, que fizeram parte das bases

¹⁹ As teorias da atividade e do desengajamento foram desenvolvidas a partir do final da década de 1940 até a década de 1980, por diversos pesquisadores, principalmente Havighurst e Albrecht; Cummings e Henry. Essas teorias impulsionaram as discussões e pesquisas internacionais no campo da gerontologia; sendo consideradas teorias de primeira geração, mas que continuam sendo utilizadas, muitas vezes de forma simplificada ou indiferenciada, para balizar ações e políticas. Elas foram desenvolvidas principalmente a partir do *Kansas City Study of Adult life*, iniciado em 1955 pela Universidade de Chicago, com a participação de 279 pessoas entre 50 e 90 anos. (DOLL *et al*, 2007; NERI, 2013)

iniciais que subsidiaram pesquisas, trabalhos práticos e desenvolvimento de políticas públicas sobre o envelhecimento.

A teoria da atividade “Parte do pressuposto de que o envelhecimento bem-sucedido significaria a manutenção, pelo maior tempo possível, das atividades iniciadas na meia-idade, e essas, quando necessário, seriam substituídas” (DOLL *et al*, 2007, p.10). Os níveis de atividade e de satisfação seriam influenciados pela personalidade e, a partir desta interação, se firmariam os diferentes estilos de envelhecimento e o nível de contentamento com a vida; a imagem social da velhice também é um fator importante para a aderência (ou não) a determinados estilos. Algumas críticas a essa teoria são estabelecidas a partir da ênfase dada à ação, não levando em conta a opção por um estilo de vida menos ativo de algumas pessoas, o declínio físico ou mental que possam vir a impossibilitar o desempenho ou compensação de papéis perdidos e as diferenças socioeconômicas.

Outra crítica marcante diz respeito a um pensamento reducionista, que não leva em conta as reais possibilidades de idosos atuarem para a definição de cenários que possibilitem o seu desempenho, assim como o enfoque excessivo em manter-se ativo tende a relegar a um segundo plano as questões relacionadas à finitude, tais como a perda de entes queridos, a solidão e a reflexão sobre a sua própria morte: “Isto é, na maioria das vezes, a teoria pode passar a ideia de que para se envelhecer bem é preciso que a pessoa esteja engajada constantemente em alguma atividade”. (DOLL *et al*, 2007, p.13)

A teoria do desengajamento tem por base o senso comum sobre o envelhecimento, ou seja, de que as pessoas quando mais velhas tendem a ser menos envolvidas com o seu em torno do que o foram quando jovens, o que implica na diminuição das interações do indivíduo com a sociedade e uma tendência a interiorização, o que estaria de acordo com a ideia de processos involutivos. O desengajamento seria um evento inevitável, natural e universal em que participam tanto a pessoa quanto a sociedade; é um processo mútuo, entre indivíduo e sociedade, onde as relações são rompidas ou modificadas, até que se estabeleça uma reestruturação tanto quantitativa quanto qualitativa das relações.

Neri (2013, p.27) aponta que a teoria do desengajamento “viu [...] o desengajamento como um produto da socialização e, sem entrar no mérito do idoso, considerou-a como requisito funcional da estabilidade social”, ou ainda: “Conforme a teoria, para se manter o equilíbrio da sociedade, todo o sistema precisa promover o

desengajamento dos idosos [ideia de universalidade]” (DOLL *et al*, 2007, p.19). O desengajamento proporciona ao velho a chance de se preparar para a morte ao mesmo tempo em que dá espaço para as novas gerações mais eficientes e produtivas; por isso é mutuamente consentido e implicaria no dever de afastar-se dos idosos e no direito dos não idosos em reivindicá-lo, em favorecimento da sociedade. (NERI, 2013, p.27)

É importante destacar que essas primeiras teorias, independentemente de serem ou não comprovadas em sua totalidade, foram importantes por terem gerado questionamentos e reflexões que conduziram a estudos empíricos e novas pesquisas, promovendo reformulações em ambas, assim como novas teorias acerca do envelhecimento no sentido de entendê-lo como processo complexo e multifatorial, que se desenvolve desde o nascimento.

As teorias da atividade e do desengajamento balizaram discussões, programas e propostas de ocupação do tempo, lazer, educação permanente, preparação para a aposentadoria e cursos livres em universidades da terceira idade, dentre outros. São formas de ressignificar a velhice no sentido de possibilitar caracterizá-la como um momento de aprendizado e realizações, pautados no ideal de vida relacionado à manutenção de um *status* próximo à juventude como estilo de vida.

Para a terceira idade há uma oferta de serviços diferenciados que consolidam um estilo específico de vida, que incentiva o resgate de vocações, talentos e habilidades; a retomada de projetos interrompidos em outros momentos da vida, ou mesmo a elaboração de novos. Essa busca por autoexpressão e identidade era exclusiva da juventude, o que pode ser interpretado como uma maior abertura e sensibilidade da sociedade para as questões relativas ao envelhecimento. Entretanto, tal enfoque evidencia que essa nova imagem não oferece efetivamente vias de enfrentamento que levem em conta a decadência física, cognitiva, emocional ou financeira.

A respeito dessa abertura para novas experiências de envelhecimento, Debert (2020, p.66) conclui que “a promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo”, ao que o saber médico responde prontamente, conjugando saúde e estética sob a perspectiva de evitar o sofrimento de (con)viver com um corpo deteriorado, marca visível do inútil e inválido. O modelo biomédico reafirma valores tradicionais do cuidado de si, tais como:

manter-se socialmente ativo, evitar excessos e comportamentos não saudáveis – como tabagismo e sedentarismo – mas, a partir dessa visão, a vida deve ser regulada, rotulada e determinada segundo um modelo preventivista que tende a não levar em conta a complexidade das subjetividades, como disse Minayo (2002, p.13), “[...] criando-se uma estética da vida referenciada em proibições e regras gerais.” que pode ter como consequência a estigmatização dos sinais ligados ao envelhecimento, desvalorizando marcas, atributos e a identidade daquele que envelhece.

Mesmo que de forma velada, a não aderência ao ideal de cuidados gera uma tensão: quem adoece é responsável por sua doença à medida que poderia ter cuidado melhor de si ou aderido a um estilo de vida mais saudável. Quanto às necessidades do idoso fragilizado ou dependente, Debert aponta que:

A dissolução desses problemas nas representações gratificantes da terceira idade é um elemento ativo na reprivatização do envelhecimento, na medida em que a visibilidade conquistada pelas experiências inovadoras e bem-sucedidas fecha o espaço para as situações de abandono e dependência. Essas situações passam, então, a ser vistas como consequência da falta de envolvimento em atividades motivadoras ou na adoção de formas de consumo e estilo de vida inadequados. (DEBERT, 2020, p.15)

A reprivatização do envelhecimento diz respeito a essa responsabilização que recai sobre o idoso e sua família, que não contam com uma rede de cuidados e suporte públicos adequados à disposição.

É possível notar que existe, em todos os contextos, uma questão subjacente referente à formação, manutenção e dissolução de laços sociais que, na contemporaneidade, é atualizada prioritariamente por meio de um ideal de manter-se ativo e consumir. Sob a perspectiva da psicanálise, laço social pode ser definido como uma estratégia desenvolvida como defesa contra o desamparo, entendido como experiência de desagregação psíquica, falta de autonomia, de sentido da experiência vital, até mesmo a morte iminente. Viver implica em lidar continuamente com o desamparo, através de formas de dar sentido às experiências vitais e alcançar satisfação segundo o seu próprio ideal, a partir da trajetória histórica de cada um.

Freud (1996b) define esse ideal ao qual nos referenciamos por toda a vida como “ideal do eu”, que se conforma a partir de traços mnêmicos, identificações que são passadas de geração em geração, segundo o investimento amoroso das instâncias parentais e seus representantes sociais, tais como: professores,

personalidades públicas valorizadas e afins. Representa a internalização dos códigos, dos valores sociais e da lei como forma de referência, o que nos permite existir no mundo, fazer laço, e dessa forma evitar o desamparo. É o ideal do eu que permite a cada um de nós valorar a experiência de vida e buscar realização no grupo social.

Sobre a relação do indivíduo com o grupo, Freud em “O Mal-estar na Civilização” (1996a) discorre sobre a necessidade da espécie humana de viver em sociedade para assegurar a sua sobrevivência e de como estar inserido no meio social exige sacrifícios à medida que precisamos agir segundo os caprichos de um outro, representado por um certo conjunto de regras. Estar em sociedade exige remeter-se à uma lei, uma ordem simbólica que reprime, mas também assegura sentido à experiência vital e garante a coesão social. O mal-estar é inerente a submeter-se às regras, mas, por outro lado, estar em sociedade permite o acesso a diversas formas de realização pela via da cultura:

Sendo mais preciso, do ponto de vista da psicanálise é na e pela autoridade simbólica que o sujeito se constitui. E, nestes termos, torna-se imprescindível, para pensar o sujeito, concebê-lo em sua inserção no campo social, pois é no campo dos liames sociais que a relação simbólica com o outro se exerce, ao mesmo tempo em que o lugar da autoridade se forja. (HERZOG, 2002, p.42)

Em outras palavras, buscamos de alguma forma ser dignos de permanecer no grupo, sermos reconhecidos como um dos seus membros; utilizando um quase jargão da clínica psicanalítica lacaniana: “toda demanda é demanda de amor”, de reconhecimento²⁰. Fazer laço torna-se possível à medida que a sociedade oferece formas para tal, acontece segundo um código moral e ético relacionado à cultura e internalizado pelo indivíduo; um ideal de si a ser alcançado. Ser digno, ou seja, merecedor de afeto, implica ser capaz de realizar algo desse ideal, herdeiro de

²⁰ A articulação entre amor, demanda e desejo é discutida no Seminário 8 – A Transferência (LACAN, 1992). Lacan analisa o livro “O Banquete, de Platão” e a trilogia “O Refém”, “O Pão duro” e “O Pai Humilhado” de Paul Claudel para mostrar que o amor envolve demanda, idealização e identificação e manifesta-se de diferentes formas: filial, cristão etc. A passagem mais significativa para resumir os conceitos ocorre durante “O Banquete”, quando Alcebiades elogia Sócrates, demandando assim o seu amor e reconhecimento. Lacan assinala que Alcebiades não está interessado em Sócrates, mas no que este representa: o que Sócrates supostamente sabe; o lugar de suposto-saber é o que de fato está em jogo. Sócrates percebe e esquiva-se, pondera e pergunta a Alcebiades o que nele – um velho, barrigudo etc. poderia provocar o interesse do belo rapaz e assim, recusando a sua demanda de amor, abre espaço para que Alcebiades entre em contato com o seu desejo. Retomando HERZOG (2002), é no campo dos liames sociais, dos oferecimentos da cultura, que é possível a realização do desejo.

traços da linhagem parental e do coletivo, que assim permite a conexão com a sociedade.

Enquanto for viável realizar algo do seu ideal, será possível continuar a viver adaptando-se à realidade, segundo uma sequência de perdas e aquisições pertinentes ao envelhecimento como um processo de amadurecimento e assim dar continuidade a vida, de acordo com o próprio desejo. Assim, quanto mais possibilidades de representação, de reconhecimento e acesso aos meios sociais e seus dispositivos, maior será a possibilidade de fazer laço e continuar a viver.

Outro ponto importante que contribui para abordamos a velhice a partir da teoria psicanalítica diz respeito ao funcionamento dos processos psíquicos, predominantemente inconscientes. O inconsciente não se assujeita a passagem cronológica do tempo, o que permite afirmar que o psiquismo não envelhece tal como o corpo físico, envelhece quando não há mais possibilidade de atualizar seu ideal do eu, de fazer laço social, o que significa dizer que a pessoa idosa não existe como um indivíduo, isolada; tal designação apenas poderia dizer respeito à uma categoria ou representação (MESSY, 1999) ou ainda, dito de outra forma, o sujeito não envelhece (MUCIDA, 2007). Assim, Messy (1999) reafirma que velho é sempre um outro com o qual não necessariamente nos identificamos; a imagem do velho sempre vem de fora, da instância social. Sempre causa alguma estranheza, tal como um reflexo no espelho que não corresponde exatamente à nossa identidade subjetiva, “A tragédia da velhice não é envelhecer, mas permanecer jovem” ²¹. Sempre seremos o velho de alguém:

Não é simples, porém, responder à questão: ‘Quando é que se fica velho?’ fora do repertório social. Porque, olhando um pouco mais de perto, o lugar do velho, que evito, é ocupado por mim, apesar de mim, no olhar de outros mais jovens. Assim, para o meu irmão caçula fiquei velho quando minha idade chegou ao dobro da dele, assim como para meus filhos, segundo a fala familiar, eu sou o ‘velho’. (MESSY, 1999, p.14)

Como conclusão, observamos que historicamente a velhice vem perdendo o seu valor positivo ligado à experiência adquirida por cada um durante os seus anos de vida, assim como sua autoridade e sabedoria quanto às questões ligadas a religiosidade e reprodução do modo de vida da comunidade. O declínio do seu valor simbólico concorre diretamente para dificultar e diminuir as possibilidades de manter e refazer laços, visto que as sociedades ocidentais, principalmente a partir da modernidade, tendem a associar o mais antigo à obsolescência. Por outro lado, o

²¹ O retrato de Dorian Gray. (Oscar Wilde *apud* MESSY, 1999, p.15)

curso de vida pós-moderno diluiu as categorias etárias, afirmando um estilo de vida que se sobrepõe a tal distinção, o que abre espaço para novas possibilidades de identificação e, por conseguinte, de relacionar-se. Como disse Szapiro (2010, p.43), “[...] todos estamos jovens como modo de existir”. Como consequência, surgem novas formas de dar sentido ao envelhecer que privilegiam a atividade e o consumo que, por tais características, não são acessíveis a todos de forma equânime.

Portanto, para pensarmos sobre as questões pertinentes à velhice e aos processos de envelhecimento na contemporaneidade, é importante refletirmos acerca de tais mudanças, como essas concorrem para favorecer ou não as imagens e representações sociais relativas à pessoa idosa e às suas possibilidades de relacionar-se. Como um retrospecto, podemos situar que nas sociedades industriais o jovem deve educar-se para alcançar o seu potencial cognitivo máximo e controlar os seus afetos; a seguir, deverá estar capacitado a trabalhar e relacionar-se socialmente de forma equilibrada e, quando envelhecer, deve retirar-se para “os aposentos”, onde enfrentará o declínio de suas capacidades até a morte. Nesse momento a velhice está associada à doença, à degeneração. O interesse pela velhice cresce à medida que os velhos são categorizados e identificados como uma população em crescimento e, a partir da segunda metade do século XX, com o aumento da longevidade graças às melhores condições de vida resultantes da medicalização do espaço social, da universalização das aposentadorias e do aumento da população idosa, a velhice veio se tornando também um nicho de mercado e, sob esse aspecto, não somente alvo de estratégias sociais e políticas, mas, além disso, de práticas comerciais.

Essa configuração de fatores e interesses permitiu o surgimento de outras formas de dar sentido à experiência de envelhecer, expandindo os seus horizontes. Novas narrativas sobre a velhice tornam-se possíveis a partir de um “imperativo da potencialização intensa da vida”, que se opõe ao “velho à espera da morte” (BIRMAN, 2015, p.1280), estando, dessa maneira, de acordo com os ideais das lutas feministas pelo reconhecimento de subjetividades não atreladas aos modelos tradicionais de família e por direitos civis.

Um exemplo das novas narrativas possíveis é a obra “Harold e Maude”²². A potência de viver é exuberante em Maude nos seus quase 80 anos, enquanto

²² Collin Higgins escreveu o roteiro de Harold e Maude, de 1971, derivado de sua dissertação de mestrado em Cinema, na UCLA. O filme foi uma comédia romântica que também deu origem a um

Harold, seu jovem par de 20 anos, não se interessa em estabelecer laços e esquiva-se do mundo, construindo uma barreira de horror através da sua bizarra fixação pelo imaginário da morte e seus rituais. Harold não tem amigos, frequenta velórios de desconhecidos e simula diferentes formas de suicídio, entre outras encenações funestas. Maude não vive segundo estereótipos; mora sozinha num vagão de trem adaptado, canta, dança e valoriza cada momento do seu dia. A relação de Maude com a morte não é definida por ideias de declínio, tal como perdas cognitivas ou sociais. Seu amor à vida cativa e convoca Harold, que então concorda em ser conduzido; tornam-se amigos e amantes.

Essa obra ilustra aspectos da velhice pautadas em um ideal de vida próximo à juventude como estilo de vida, do envelhecimento bem-sucedido²³, assim como o seu limite como via de representação: Maude ignora, não quer envolver-se com os aspectos da finitude e seus sentidos possíveis quando escolhe cometer suicídio no dia do seu aniversário de 80 anos, enquanto ainda goza de pleno vigor.

É fato que a abertura para novas narrativas enriquece muito as possibilidades de dar sentido ao envelhecimento, assim como influencia o imaginário social sobre a velhice, mas é necessário que seja relacionada a cada contexto, refletindo suas especificidades e aspectos, como classe social, gênero, nível educacional, dentre outros.

Um fator agravante no caso do Brasil é a profunda desigualdade social e de recursos por região, além da rapidez das transformações em comparação aos países desenvolvidos; segundo Kalache (2021), enquanto a França demorou 145 anos para elevar de 10 para 20% a proporção de idosos na sua população, a projeção é que o Brasil passe de 10 para 20% de 2011 a 2030, ou seja, cerca de 20 anos. Kinsella e Phillips (*apud* ABIGALIL; 2019, p. 44) apontam que o tempo para que a proporção de idosos aumentasse de 7% para 14% na França foi de 115 anos;

espetáculo na *Broadway*. Alvo de muitas críticas, o filme foi um fracasso de bilheteria, mas, em 1972, Robert Joseph Erbert, um dos mais respeitados crítico de cinema americanos, destacou: “finalmente, é um filme de atitudes. Harold é morte, Maude vida, e eles conseguem fazer os dois parecerem tão semelhantes que na vida dificilmente vale a pena o incômodo extra” iniciando um percurso para se tornar um *Cult-movie*. Após o lançamento foi gerado um romance e uma peça de teatro que ficou vários anos em cartaz em Paris. (HAROLD E MAUDE, 2021)

²³ As primeiras definições de envelhecimento bem-sucedido surgem na década de 1960, apoiadas nas teorias sociológicas da atividade e desengajamento (DOLL *et al*, 2007, p.9). Uma das formas possíveis de definirmos sucintamente envelhecimento bem-sucedido em tempos mais recentes pode ser que “no envelhecimento bem-sucedido, o organismo mantém todas as funções fisiológicas de forma robusta, semelhante à idade adulta” ao passo que “no envelhecimento usual, observa-se uma perda funcional lentamente progressiva, que não provoca incapacidade, mas que traz alguma limitação à pessoa.” (MORAES, 2010, p.153)

na Suécia foi de 85 anos; nos Estados Unidos da América, de 69 anos, concluindo que, na maior parte dos países desenvolvidos, o processo de envelhecimento levou décadas e ocorreu em paralelo ao crescimento econômico, ao passo que, nos países em desenvolvimento, o processo de envelhecimento foi comprimido para duas ou três décadas, sem que o aumento da riqueza o acompanhasse proporcionalmente, dificultando a conformação de uma estrutura mais adequada às necessidades da pessoa idosa.

Portanto, cabe reafirmar que a experiência de envelhecer é heterogênea, marcada pela interrelação de diversos fatores e recursos que estão disponíveis ou não, durante a trajetória de vida de cada indivíduo. Como exemplo de fatores específicos que influenciam as representações do envelhecimento no Brasil, podemos citar Goldenberg (2021, p.13), no tocante a algumas de suas observações em pesquisas a respeito de como homens e mulheres brasileiros descrevem o envelhecimento: comparativamente homens temem mais o momento da aposentadoria e mulheres ressentem-se mais do declínio do corpo e da aparência por associarem mais fortemente tais perdas a um sentimento de invisibilidade.

É possível dizer que “envelhecemos como vivemos” e, por isso, dar sentido a cada novo dia, vivenciar ou ressignificar etapas – a forma como aquisições, perdas e limitações são integradas – dependerá das características de cada percurso de vida para que suas marcas, lugares em que convivemos, afetos, diferentes gerações e demais elementos, produzam conexões. Em concordância, Uchoa *et al* (2002, p.26) concluem que é necessário expandirmos o conhecimento atual acerca da diversidade dos processos de envelhecimento, assumindo a perspectiva de que as “[...] particularidades culturais e processos lógicos predominando em cada contexto emergem como elementos essenciais para a elaboração de políticas mais adequadas às características das populações a serem atendidas.”

Nesse sentido, ao referenciarmos a discussão acerca das representações sociais; imagens e sentidos da velhice e do envelhecimento, ao conceito de laço social sob o olhar dos fundamentos psicanalíticos, abrimos a possibilidade de refletir também sobre os traços mais primários de identificação que permeiam o coletivo, assim como as suas tendências.

2 SEI QUE NADA SERÁ COMO ESTÁ, AMANHÃ OU DEPOIS DE AMANHÃ...

Você não sente nem vê
 Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
 Que uma nova mudança em breve vai
 acontecer
 E o que há algum tempo era novo, jovem
 Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer
 (BELCHIOR, 1976)

Não confie em ninguém com mais de trinta
 anos
 Não confie em ninguém com mais de trinta
 cruzeiros
 O professor tem mais de trinta conselhos
 Mas ele tem mais de trinta
 Oh mais de trinta
 Oh mais de trinta

(VALLE; VALLE, 1971)

No presente capítulo serão abordadas as características básicas e os traços de identificação com a cultura pertinentes aos processos de envelhecimento no contexto brasileiro, de forma a possibilitar a reflexão acerca das questões que perpassam a realidade da pessoa idosa, suas perspectivas e suas representações possíveis.

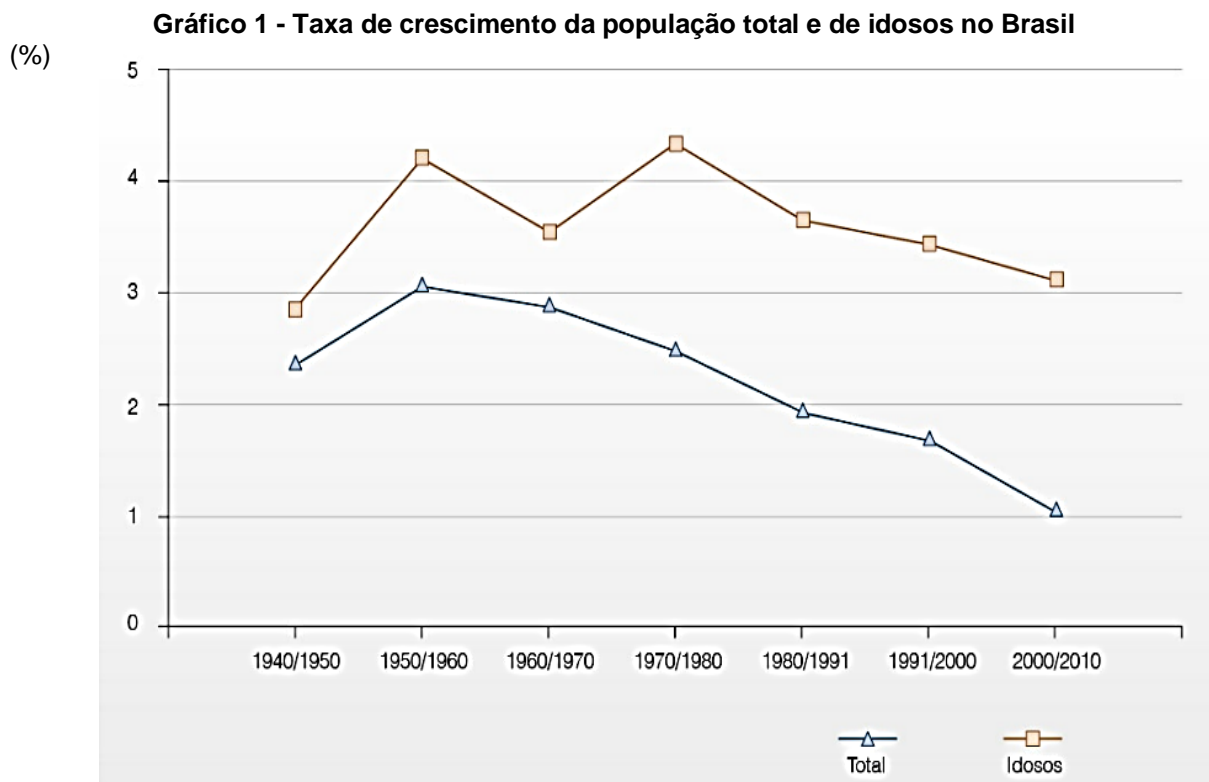
Podemos afirmar que as representações sociais da velhice na contemporaneidade estão permeadas por imagens segundo a bipolaridade: pluralidade de sentidos *versus* velhice deficitária. A pluralidade de sentidos está de acordo com o modelo biomédico de cuidados e um ideal de vida pautado nas características associadas à juventude como estilo de vida, possibilitando que a velhice possa tornar-se uma etapa da vida marcada pela busca por autorrealização, autoexpressão, lazer, novos projetos ou a retomada de algum não concretizado, tal como enunciado pela terceira idade. Os sentidos estão associados a um prolongamento dos papéis sociais da adultez, à diluição das representações que tradicionalmente estiveram associadas às fases categorizadas por critérios cronológicos, tal como infância, adultez e velhice. (DEBERT, 2020; SILVA, 2008; BIRMAN, 2015, SZAPIRO, 2010; MINAYO e COIMBRA, 2002; NERI, 2013; LEMOS, PALHARES *et al*, 2001)

A velhice deficitária é entendida como a experiência de perdas significativas, que não são integradas e ressignificadas pela pessoa idosa, principalmente quanto à renda insuficiente, a autonomia e aos recursos psíquicos que permitam atualizar o

sentido da experiência vital, evitando, assim, o sentimento de desamparo, perda de saúde e possibilidade de participação na sociedade. (DEBERT, 2020; NERI, 2013; DANIEL, 2006, DOLL *et al*, 2007; GROISMAN, 2001; FREUD, 1996a; FREUD, 1996b)

2.1 Velhice deficitária *versus* pluralidade de sentidos

Quanto às características mais relevantes acerca do envelhecimento populacional brasileiro, é importante observar que o seu perfil está bem delineado, tal como mostra o Gráfico 1, que compara as taxas de crescimento populacional desde a década de 1940.



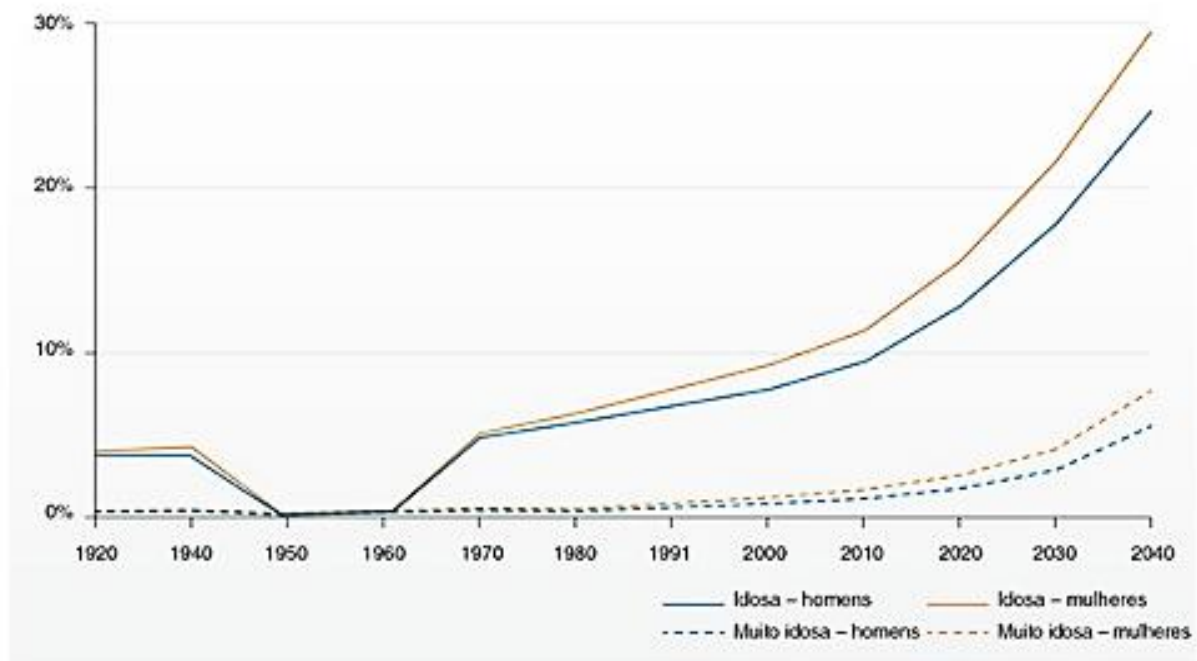
Fonte: CAMARANO e KANSO, 2011, p.135

Mesmo que a taxa de crescimento da população idosa esteja em declínio desde as décadas de 1970/1980, permanece expressivamente maior do que o crescimento da população total, tendência que deve manter-se. (CAMARANO e KANSO, 2011).

A maior parte das pessoas idosas concentra-se em áreas urbanas e as regiões Sudeste e Sul são as mais envelhecidas, sendo que a Sudeste concentra

quase 50% da população de idosos do país. A feminização da velhice é prevalente no meio urbano, enquanto no meio rural predomina o envelhecimento masculino, o que pode ser explicado pelo fenômeno de migração para as cidades. Em termos gerais, cerca de 55% das pessoas idosas é do sexo feminino e quanto mais envelhecida a faixa etária levada em conta, maior será o percentual de mulheres (Gráfico 2), o que pode ser explicado pela menor taxa de mortalidade feminina, em todos os segmentos. (CAMARANO, KANSO, 2011; CAMARANO, FERNANDES, 2022)

Gráfico 2 - Proporção da população brasileira idosa e muito idosa por sexo



Fonte: CAMARANO e KANSO; 2011, p.136

2.1.1 O envelhecimento feminino

O envelhecimento feminino é marcado por uma acentuada vulnerabilidade causada pelo “peso somado de uma dupla discriminação – como mulher e como idosa” (DEBERT, 2020, p.140), além de outros fatores que fazem variar a posição de cada idosa quanto às relações de poder estabelecidas segundo o seu contexto social específico, tais como etnia e nível socioeconômico.

Outro fator marcante, é que cabe tradicionalmente às mulheres a tarefa de cuidadora dos membros da família, principalmente dos filhos e muitas vezes dos

mais idosos do que ela, fragilizados ou dependentes, até as mais novas gerações, incluindo netos e bisnetos.

Quanto às características do envelhecimento feminino, Beauvoir (2018) e Goldenbeg (2020) fazem menção a grande importância do corpo, da estética da juventude como marca da feminilidade: a mulher que envelhece deixa de ser feminina e assim perde o seu valor, o seu encanto, definido a partir da erotização do corpo jovem e fértil. As cobranças sobre a aparência do corpo feminino são muito maiores, a mulher “envelhece” mais cedo, pois a percepção de sinais como rugas e cabelos brancos é socialmente indesejada, ao passo que para os homens, esses sinais podem ser associados a *status*, a um certo ar de distinção conquistado pela experiência acumulada de vida ou poder econômico.

Para entendermos como as imagens da mulher envelhecida dão origem a representações tipicamente brasileiras, recorreremos às personagens da obra de Lygia Fagundes Telles. A escritora aborda de forma contundente o envelhecimento feminino e seus impasses para dar sentido ao que seja a “mulher velha”; suas angústias e contradições, assim como as imagens associadas ao seu corpo envelhecido, a partir de uma visão crítica da sociedade brasileira e suas transformações, principalmente no meio urbano.

No conto “Senhor Diretor” (TELLES, 2009a), Maria Emília é uma professora aposentada de 62 anos, que nunca se casou e é virgem. Vive na cidade de São Paulo dos anos 1970, onde estão fervilhando as ideias feministas que causam indignação e repulsa à personagem a medida que Maria Emília associa a liberação sexual da mulher à exposição comercial e erotizada do corpo, da nudez e do contato físico sensualizado em anúncios de revistas, na televisão e cinema, em particular.

O conto começa com Maria Emília parada em frente a uma banca de jornal, observando indignada uma capa de revista com a foto de um casal seminu, que posa para a foto com um olhar direto, “sério”, que a intimida: “Por que todas essas fotos obscenas tinham um ar agressivo?” pergunta a si mesma (TELLES, 2009a, p.13). A partir desse ponto Maria Emília começa a formular mentalmente uma carta para o diretor do Jornal da Tarde, o responsável pela edição da revista, com a finalidade de alertá-lo quanto a imoralidade de “uma sufocante vaga de vulgaridade” que toma a sociedade e perverte sobretudo aos outros, aos que não fazem parte de uma “elite” que incluiria a ela mesma e ao diretor. (TELLES, 2009a, p.14)

Maria Emília nunca consegue elaborar a carta, pois a cada tentativa é tomada por reflexões e ponderações sobre lembranças e imagens associadas às mulheres da sua família, assim como às suas amigas de idade semelhante e às falas reivindicadoras de reconhecimento, direito sobre o corpo e autodeterminação das jovens feministas. A cada tentativa de escolha dos argumentos para desenvolver a carta, Maria Emília esbarra em imagens opressivas do corpo feminino que estão associadas à representações sociais da mulher que a reduzem a um objeto, com utilidade bem definida no tempo, onde a velhice é especialmente desvalorizada:

E de repente desatou a falar em clitóris, porque o clitóris, o clitóris... [...] ela [uma advogada feminista durante um debate] contou que não sei mais em que país eles faziam uma incisão no clitóris da mulher para que ela não sentisse nenhum prazer, o sexo transformado em agulheiro — simples instrumento de penetração. (TELLES, 2009a, p.19, grifo nosso)

e logo a seguir

Fiquei deprimida, pensando na mamãe que não fez a tal incisão mas que nunca sentiu o menor prazer. E teve oito filhos. Oito. Quarenta anos de casamento sem prazer: um agulheiro calado. Mas já estou enveredando por outros caminhos, que difícil, meus Céus, dizer exatamente o que se deseja dizer, tanta coisa vem pelo meio. (TELLES, 2009a, p.19-20)

“Tanta coisa vem pelo meio”. A velhice traz vários sentimentos, imagens muito difíceis de serem integradas: a perigosa solidão contra a qual Maria Emília reage vigilante, “aprumando-se” em nome de uma moral que desqualifica a liberdade da mulher que busque satisfação, prazer, sobretudo da mulher idosa. Mariana, a amiga 2 anos mais velha, viaja sozinha, usa roupas apertadas, joga cartas, diverte-se e por isso “perdeu a vergonha”. Ao contrário de sua amiga, Maria Emília tem “vergonha” e isto assegura-lhe um lugar imaginário de respeito, uma suposta distinção que a autoriza a criticar, mas na verdade apenas reforça o preconceito e o medo: “É duro envelhecer, reconheço. Mas e o orgulho?” (TELLES, 2009a, p.14) e ainda “Desespero na escassez. Desespero no excesso. Não tive ninguém, mas Mariana exorbitou [...]” (TELLES, 2009a, p.16). E assim divaga sobre outras amigas; Elza, 68 anos, criticada por ceder aos apelos da mídia e da publicidade ao buscar manter a estética jovem a qualquer custo: Elza realiza uma cirurgia plástica aparentemente contraindicada por profissionais idôneos, que a matou ainda na mesa de cirurgia. Por último, vem Beatriz, a amiga que está limitada à função de avó, pajeando um bando de netos.

Maria Emília tenta recorrer a imagens da mulher idosa referenciadas pela representação social baseada em estereótipos de “elite”, que exaltam uma suposta superioridade àquelas que se submetem às regras sociais tradicionalistas, a “moral”.

É uma defesa do excluído frente a sua exclusão, uma tentativa de dar sentido e de manter o laço com o presente; afinal, ela vai remeter uma carta a uma suposta instância de poder simbólico, cujo objetivo último é justificar, atualizar e manter seus laços; o senhor diretor é descrito como um dos seus pares, pertence a elite. Maria Emília sequer percebe o quão preconceituoso é o seu discurso, mesmo quando não consegue sustentá-lo frente às lembranças de dor, objetificação e solidão que ela, as mulheres de sua família e suas amigas sofrem.

Cerca de vinte anos mais tarde, no conto “Boa noite, Maria” (TELLES, 2009b), Maria Leonor, 65 anos, ainda descreve a objetificação como uma pressão para manter-se jovem, uma “luta” que deve ser vencida para que a mulher possa conservar a sua identidade. Nas suas palavras, velhice é sinônimo de vulgaridade, algo a ser escondido, no mínimo escamoteado, principalmente para que a mulher possa manter um relacionamento amoroso:

Ter que entrar novamente na humilhante engrenagem do rejuvenescimento, que mão de obra. Era alto demais o preço para escamotear a velhice, neutralizar essa velhice — até quando? Por favor, quero apenas assumir a minha idade, posso? Simplesmente depor as armas, coisa linda de se dizer. E fazer. O tempo venceu, acabou. Até que chegou a reagir, recorreu a uma plástica, coisa leve, tinha quarenta anos e um amante vaidoso, Mas querida, você precisa de uma refrescada! A expressão estava na moda, refrescada. Obedeceu. (TELLES, 2009a, p.38)

Entrar na engrenagem do rejuvenescimento é condição para desejar um parceiro, um lugar simbólico de importância social; quando o tempo vence e só resta assumir a idade, acabou, não há possibilidade de refazer laços.

Em “As horas nuas” (TELLES, 2010), Rosa Ambrósio ainda não é cronologicamente uma mulher idosa, está entre cinquenta e oito ou cinquenta e nove anos, mas vivencia um horror antecipado por estar “dobrando o Cabo da Boa Esperança”. Já está velha, independentemente de sua idade, à medida que não consegue mais ser reconhecida e reconhecer-se: Rosa Ambrósio é uma atriz e sua relação com a imagem compromete a representação de si mesma como profissional bem sucedida, seus grandes papéis ficaram para trás, pertencem a outro corpo. Ela não pode mais encená-los, o que a faz sentir-se uma atriz decadente. Por isso faz um esforço enorme para evitar a própria imagem refletida, quer seja em espelhos, quer seja por testemunhos de sua empregada e amantes, ou mesmo pelo desconforto ao ter de conceder entrevistas para jovens jornalistas. Como afirma Messy (1999), a velhice vem de fora, do olhar do outro, de uma imagem refletida que não reconhecemos; causa horror e antecipa a morte, primeiro simbólica e logo após real.

Rosa deseja morrer para se livrar da falta de sentido, da impossibilidade que se avizinha, afinal nem pode ser considerada uma velha sob o aspecto cronológico de trabalhar e continuar vivendo, atualizando o seu ideal de ser uma grande atriz, seguindo o seu desejo.

Tal qual as personagens dos contos anteriores, Rosa apelou para plásticas, tinturas para os cabelos e pelos, cremes rejuvenecedores e ginástica, perseguindo o ideal de juventude como forma de manter uma imagem de si que não a colocasse à parte, não a excluísse do teatro. Como o envelhecimento é um processo biológico irreversível, Rosa Ambrósio revolta-se contra a “velhice ignóbil e obscena”, sem chances de representação social que possibilite vivenciar seu envelhecimento como experiência de continuidade, processo de amadurecimento.

Rosa sofre com mais outra faceta do preconceito: envelhecer a discrimina quanto ao mercado de trabalho. Não há papéis para mulheres mais velhas; as personagens importantes são jovens, pouco se escreve para atrizes mais velhas e este pouco é desinteressante, periférico e estigmatizante nos enredos das obras literárias. Por isso ela vive um impasse, não quer ter de assumir a decadência e com ela a falta de possibilidade de dar sentido à sua vida “— É simples, Rosa, escuta, você está em pânico porque sente que está envelhecendo. Foge do trabalho, das pessoas, vai acabar fugindo de mim” (TELLES, 2010, p.97), diz seu amante, não obstante ela foge de todos os encontros sociais, destrói seus laços pouco a pouco.

A velhice é vivida como um período de afastamento quase compulsório, de desengajamento de seus papéis sociais de atriz, mulher atraente, dentre outros. É preciso sair de cena e refugiar-se no seu próprio mundo, exemplo de naturalização do desengajamento como mecanismo necessário à manutenção do equilíbrio social. Rosa Ambrósio não vivencia esse afastamento como oportunidade de buscar novos laços, sente-se excluída, inclusive pela cultura, que não oferece representações (papéis na peças) significativas para as atrizes idosas; mergulha na escuridão da sua sala e no álcool para tornar-se invisível. Aliás, a sociedade espera que os velhos retirem-se, em silêncio e sem exhibir suas mazelas constrangedoras, como forma de evitar o lembrete de que todos um dia envelhecerão e morrerão, alimentando a ilusão de que velho é sempre o outro e de que é possível manter a própria juventude.

A mesma desvalorização é observada no desinteresse comercial em encenar peças sobre mulheres idosas; quanto aos homens mais velhos, é socialmente aceito

que assumam papéis que incluem romances com mulheres bem mais jovens, inclusive como possibilidade de laço amoroso e para fundar uma família, tal como um recomeço de vida. Quanto à relação entre mulheres mais velhas e parceiros mais jovens, a diferença de idade é vista com desconfiança, tal como um interesse secundário financeiro ou em outras vantagens; mulheres velhas não são tão desejáveis do ponto de vista do laço amoroso e isso se reflete nas oportunidades de trabalho para Rosa, pois limita e rebaixa as personagens femininas, ao que Rosa reage afastando-se do trabalho para não ter de ceder à identificação com a decadência. Para a ficção, mulheres velhas são rancorosas, sofredoras, invejosas, dignas de pena ou bruxas. Rosa revolta-se, mas não consegue ressignificar a imagem de si mesma, afasta-se; duplo preconceito, por ser mulher e idosa.

Rosa confessa para a sua jovem analista o ódio ao próprio corpo, um traidor que muda depressa demais, e até assume a inveja que sente de sua filha; esconde os espelhos mas não admite que o faz, pergunta por eles à sua empregada como se os tivesse perdido, não admite que já passou pela menopausa:

- Devo estar com febre. A menopausa, você sabe [conversando com a sua empregada].
- Mas já faz tempo que acabou, a senhora esqueceu? Foi junto comigo.
(TELLES, 2010, p.46-47)

Por isso faz um esforço enorme para evitar a própria imagem refletida, em espelhos ou testemunhos da passagem do tempo de sua empregada, amantes ou ainda pelo desconhecimento a respeito de sua gloriosa carreira por parte de um jovem jornalista que a entrevista. A velhice vem do olhar do outro, tal como a imagem distorcida refletida por um espelho quebrado, prenúncio da morte (MESSY, 1999) e não da idade em si mesma – Rosa Ambrósio tem 58 ou 59 anos, apenas. Mesmo quando Rosa afirma desejar retirar-se o faz não como resultado de um processo, tal como as teorias basais da atividade e desengajamento descrevem como deve ser o processo de transição de interesses e papéis sociais, mas sim pelo corte abrupto que a exclui do laço com o trabalho: “ — Não é a idade que me deprime, é o preconceito. A limitação de trabalho”. (TELLES, 2010, p.97)

As tramas desenvolvem-se nas décadas de 1970 e 1990, mas as imagens e representações sociais sobre as mulheres idosas em sua obra não mostram avanços nesses 20 anos de intervalo. Apesar das lutas feministas e por direitos serem descritas pelas personagens como socialmente impactantes, de fato não surtem efeito quanto às relações simbólicas e representações sociais para elas. Há

um fator importante quanto à luta por direitos: é descrita como algo que diz respeito essencialmente às jovens. As três protagonistas estão submetidas a perda da juventude como limite para suas aspirações de reconhecimento social e não percebem vias de atualizar seu desejo de viver, seus laços; de realizarem-se na sociedade e não ser como avós ou cuidadoras, sobressaindo a solidão e o desamparo como algo iminente.

Prevalece um tom conservador, uma divisão entre mulher jovem e mulher velha; “não confie em ninguém com mais de trinta anos” ou “precisamos todos rejuvenescer” são versos de músicas muito populares nas décadas de 1970 e 1980, que expressam o tom etarista de então; as representações sociais da pessoa idosa são associadas a símbolos de opressão, reforçando o ideal de juventude como estilo de vida. O que diz respeito ao passado, ao velho, é obsoleto e precisa “rejuvenescer”, segundo um repertório de ideais associados à liberdade de comportamentos e costumes, sobretudo de expressão. A imagem do jovem está relacionada à luta pela superação de um modelo disciplinar, representado pela tradição e suas regras, o que concorre para diminuir a importância do legado dos mais velhos: pais, professores, figuras de poder, representantes por excelência das disciplinas.

O velho personifica o inimigo contra o qual é preciso rebelar-se, além de lembrar que todos envelhecem e morrem, por isso sua estética deve ser evitada e combatida, o que permeia a narrativa de Lygia Fagundes Telles através do horror que as personagens sentem pelos sinais da velhice mais do que pela velhice propriamente dita. Retomando Freud (1996a e 1996b) e Mucida (2007) esse horror advém da antecipação do esgotamento das possibilidades de reconhecimento, de realização de algo do seu próprio ideal de vida, que implica na impossibilidade de identificar-se com o seu grupo e, como consequência, a morte é sentida como muito próxima.

Maria Leonor e Rosa Ambrósio vivenciam este momento com intensidade, pensam e desejam a morte por falta de vias de permanecer no laço social, de ocupar algum papel social de valor, enquanto Maria Emília esforça-se para manter-se identificada a uma certa elite, a um discurso que espera reconhecimento pelo Senhor Diretor. Por outro lado, as personagens também exibem preconceito, inclusive contra outros idosos. Rosa Ambrósio estranha e desaprova veementemente a preferência amorosa de sua filha por homens bem mais velhos,

inclusive ridicularizando-os; “A minha filha, tão bonita, começou em voz branda. Onde é que eu falhei, meu Deus, me diga agora onde eu falhei! Adora velhos. Impotentes, velhos. E velho impotente só pensa em porcaria, hein?!...” (TELLES, 2009c, p.31). Afinal, velho é sempre o outro (BEAUVOIR, 2018) ou um outro refletido no espelho e no olhar de quem observa, que causa estranheza e não corresponde àquele que de fato sinto que sou e que pode até ser alvo de preconceitos que não me atingem da mesma forma. (MESSY, 1999)

2.1.2 O envelhecimento masculino

No contexto brasileiro, as representações sociais negativas associadas à aposentadoria atingem particularmente os homens idosos, assim como o medo da dependência física e da impotência. (GOLDENBERG, 2012; GOLDENBERG, 2021)

Sobre as imagens relacionadas à impotência é interessante observar como a temática da disfunção erétil vem sendo abordada em propagandas e se presta a medicalização do corpo masculino. Azize (2012) destaca que as campanhas publicitárias para vender produtos e serviços médicos relacionados à disfunção erétil são direcionadas para homens já a partir dos 40 anos, utilizando *slogans* como “sexo é vida” e “visite os médicos do *Boston Medical Group* e viva com mais bem-estar, autoestima e prazer”, ou um mais incisivo “retorne a ser você”²⁴ resumindo como o apelo para manter-se sexualmente potente está associado à felicidade. A representação social do homem tal como essas imagens o descrevem não oferece sentido para a realização de um ideal de si que não esteja de acordo com um ideal de potência referenciado ao corpo jovem; a medida que envelhece e as mudanças fisiológicas se aproximam, o homem também decai simbolicamente. Ele deixa de ser um “homem com h maiúsculo”.

Nesse contexto, o uso de medicações está baseado na promessa de retomar ou mesmo manter a potência da juventude e é incentivado, mesmo que de forma velada, pelo oferecimento de serviços médicos especializados e pela indústria farmacêutica. As medicações, reposição de testosterona e demais “tratamentos” tem início cada vez mais cedo e começam a ser associados a um estilo de vida baseado

²⁴ Ideia estratégica de *marketing* para o Cialis (Tadalafila), laboratório Eli Lilly. (AZIZE, 2012)

na alta *performance* e uso recreativo²⁵, negando as características inerentes ao envelhecimento. Os limites entre saúde e doença esmaecem, tendência que transfere para o indivíduo mais responsabilidade sobre a gestão de sua saúde, o que concorre para que a medicalização se transforme em uma via imaginária de contenção do processo de envelhecimento e suas características. A medicalização torna-se uma forma de preservar a “essência masculina”, reforçada por uma idealização que inclui manter a potência sexual, atributo masculinizante por excelência, o mais próximo possível da juventude como parâmetro. (AZIZE, 2012)

Quanto às representações sociais relativas ao temor de aposentar-se, estão associadas a perda do trabalho como a uma identidade, um lugar simbólico a partir do qual é possível dar sentido e realizar aspirações; fazer, desfazer e refazer laços sociais segundo um ideal de potência que valoriza a criação, a produção, ser provedor para a família, vivenciar o companheirismo e estabelecer jargões que asseguram identificações segundo os padrões sociais de pertencimento do grupo. As representações sociais negativas relacionadas simbolicamente à aposentadoria, portanto, estão relacionadas fortemente ao isolamento, a deixar de fazer parte de uma congregação de sentidos, sem correspondência com outros espaços.

Tradicionalmente as relações mais importantes para o homem estão fora de casa, ou seja, no trabalho e no espaço público. Os homens idosos de hoje foram reconhecidos como valorosos socialmente pelo seu desempenho quanto à sua profissão e como “pais de família”. Barros (2006) sintetiza o momento de aposentadoria como uma mudança radical para o homem, quando é necessário que ele se adapte ao mundo doméstico, em que não teve papéis de destaque, ou ligados a afirmação de sua masculinidade. Quanto à mulher, a velhice é o último estágio de um processo contínuo “[...] porque é a esse mundo interno, do lar, da família e da casa que ela está ideologicamente vinculada.” (BARROS, 2006, p.114)

Durante a minha própria experiência quando participante de programas de preparação para a aposentadoria e reserva em organizações militares, foi possível observar como o trabalho organiza e determina representações valorosas de si e assegura reconhecimento mas também desvaloriza, compete e até exclui outros

²⁵ Em 1998 o Viagra começou a ser comercializado no Brasil pelo laboratório Pfizer com o apelo midiático de tratar-se de uma forma pouco invasiva em relação a outras técnicas disponíveis; prática e com poucos efeitos colaterais, de lidar com a disfunção erétil. A mídia valeu-se de tais características para estabelecer um tom triunfalista a respeito da “pílula azul” que, após três anos no mercado, chegou a ser o medicamento mais vendido no país. O lançamento do Viagra tornou-se assim um marco para a medicalização do corpo do homem. (AZIZE, 2012)

laços sociais. É interessante pontuar que a cultura militar enaltece a identificação com valores tradicionalmente associados à masculinidade e à família, no sentido de propiciar, de forma homogeneizante, um “espírito de corpo”, fundamental para a coesão grupal necessária ao desempenho das tarefas militares, contribuindo para o distanciamento do mundo civil (HARRISON e ESPÍNDOLA, 2018). Tais representações contribuem para dar sentido ao trabalho como ideologia de vida. Nas palavras de Harrison e Espíndola (2018), a identidade militar exige um “modo de vida singular, impregnado por signos e significados que guiarão suas vidas [...] códigos de conduta, posturas corporais, preceitos rígidos de hierarquia e a Farda!”.

Por consequência, as representações e imagens de si assim cristalizadas interferem na integração à vida fora das organizações militares. A escuta durante os processos de preparação para a reserva permitiu perceber que há questões recorrentes, tanto por parte dos militares quanto de suas famílias, que possibilitam perceber como o repertório imaginário oferecido pelo trabalho dificulta o desengajamento, em nome de ter propiciado identificações que sustentaram e mantiveram o trabalhador motivado: “Ao longo da carreira esta identificação social é reforçada e aparece como um desafio a mais na hora de ‘tirar a farda’.” (HARRISON e ESPINDOLA, 2018)

Um ponto sempre trabalhado no processo de preparação é o valor dado à rotina, à exigência e rigidez quanto aos horários para acordar, fazer as refeições e exercícios físicos, por exemplo. A falta de obediência à rotina é algo muito negativo para o militar; um bom marinheiro não pode ser “desleixado” nem “preguiçoso” e sim “rosca fina” ou “voga picada”²⁶ que, segundo o jargão das Organizações Militares da Marinha, são sinônimos de alto desempenho e capricho. Em acordo, Harrison e Espíndola resumem sua observação, também realizada a partir de experiência de trabalho envolvendo a preparação para a reserva, ressaltando que “[...] a singularidade do dialeto militar e as exigências da rotina de trabalho [...] dificultam a readaptação do militar ao meio civil e à dinâmica familiar, muitas vezes preterida em função das exigências afetas ao trabalho.” (HARRISON e ESPÍNDOLA, 2018). Muitos reconhecem, tanto familiares quanto os candidatos à reserva, que o modelo

²⁶ “Rosca Fina” diz respeito ao aperto, a maior pressão imposta para a execução de uma faina, o que é associado a alguém muito exigente com o trabalho. “Voga Picada” é o adjetivo dado ao ritmo acelerado (voga é a remada, picada diz respeito à velocidade) ou aos marujos que imprimem maior velocidade à remada e por isso a expressão tornou-se uma metáfora que se aplica aos que são considerados mais exigentes, mais capazes.

disciplinar estabelecido pelo trabalho os afastou em diferentes graus, dificultando a transição.

A maior parte dos militares que participam dos processos de preparação não sabe muito bem o que deseja fazer quando “tirar a farda”; o relato apresentado permite ter uma ideia do que está em questão:

[...] devido aos anos de sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, onde imperam significantes como ‘missão dada é missão cumprida’, ‘cumpre depois pondera’ e ‘tudo na Marinha está escrito’, engessam a capacidade de criar, inventar, e, por vezes, desejar. (Harrison; Espíndola, 2018)

ou ainda “Tal realidade pode ser ilustrada com uma frase de um dos participantes do projeto, que ao ser questionado sobre o que fazer durante a aposentadoria, afirma ‘dessa vez não está escrito em nenhum lugar’.” (HARRISON e ESPÍNDOLA, 2018)

Outro problema frequentemente apontado é o ganho de peso corporal e o sentimento de decadência por deixarem de fazer exercícios regularmente, o que afeta muito a autoestima e a percepção de potência para começar novas atividades ou projetos, principalmente para os fuzileiros, já que o seu valor sempre esteve muito associado à prontidão e ao desempenho físico, *Adsumus*²⁷.

Portanto, quando os militares vão para a reserva precisam ressignificar a representação que congrega desempenho - incluindo o físico - à rotina rígida, de forma a adaptar-se ao espaço doméstico, o que exige uma elaboração muitas vezes vivenciada como uma perda irremediável, que pode comprometer as suas possibilidades de refazer laços. Ir para a reserva significa desprender-se de um traço identificatório crucial, tal como perder a “segunda pele”, expressão que permite evidenciar o lugar imaginário preenchido pela farda. (HARRISON e ESPÍNDOLA, 2018)

Fora do contexto militar podemos dizer que o maior temor em relação a aposentaria advém das ameaças constantes à qualidade de vida, à sobrevivência e à perda de direitos adquiridos. De forma retrospectiva podemos afirmar que as imagens associadas à aposentadoria são estabelecidas a partir do contexto definido pela tensão de assegurar a produtividade e o lucro *versus* a luta dos trabalhadores por melhor qualidade de vida. A conquista do direito à aposentadoria abre espaço para novas representações sociais da velhice a partir de circunstâncias que

²⁷ *Adsumus* é o lema dos Fuzileiros Navais cuja tradução é “Aqui Estamos!”, o que implica um sentimento de permanente prontidão, que não pode falhar.

caracterizam a saída do mercado de trabalho, a aposentadoria é definida como uma instituição baseada na perda da capacidade do trabalhador para continuar produzindo. O discurso sobre a senescência justifica a reivindicação do direito a aposentar-se a partir de “certa” idade e ratifica a velhice como fase desprovida de um sentido particularmente seu; afinal, está referida a processos de perda, de involução e doenças, em comparação a épocas anteriores da vida associadas a maior produtividade quanto às exigências do processo de trabalho capitalista. (BATICH, 2004; BRASIL, 2019, GROISMAN, 2001; SILVA, 2008; BIRMAN, 2015)

A aposentadoria é determinada a partir do exterior do indivíduo, ou seja, critérios estabelecidos por uma classificação etária definida a partir de discussões e motivações políticas e econômicas; a luta que garantiu direitos também moldou um perfil segundo o qual a saída do mundo do trabalho implica estar próximo do fim da vida. O critério etário não leva em conta as subjetividades ou as reais condições de saúde de cada um; sair do mercado de trabalho significa por definição “recolher-se aos aposentos”, habitar um espaço sem importância simbólica, isolado e desvalorizado, “vestir o pijama”, ter direito ao “pé na cova”, expressão particularmente associada ao abono permanência que os servidores públicos brasileiros fazem jus quando continuam trabalhando após atingirem os requisitos necessários por lei para aposentar-se. Sempre imagens que limitam as possibilidades de reconhecimento de si mesmo como um membro digno, valioso para o grupo.

No Brasil, o direito à aposentadoria surge inicialmente associado ao espaço até então relacionado às práticas assistencialistas e filantrópicas de organizações de amparo à pobreza, mas consegue delimitar uma identidade distinta: o trabalhador idoso; que se destaca dentre os indigentes tais como os pobres, loucos e órfãos. (GROISMAN, 2001; BRASIL, 2019)

É importante frisar que o critério etário assegura direitos, possibilita a organização de uma categoria com prerrogativas e necessidades específicas, que pode reivindicar por si e para si mesma, adquirindo importância política crescente. Por outro lado, ao associar o idoso àquele que não mais produz, o reduz a papéis tais como inválido, doente e incapaz por não mais ganhar o seu sustento; não há positividade em retirar-se do mundo do trabalho, apesar de discursos tais como os que se referem a um “descanso merecido”. Quando não mais puder trabalhar, resta-lhe “recolher-se aos aposentos” e esperar a morte. Por outro lado, face a crise

econômica que faz minguar as oportunidades de emprego, os proventos dos aposentados ou pensionistas muitas vezes tornam-se o único meio de subsistência de toda a família, por vezes duas ou três gerações. Camarano e Fernandes (2022) afirmam que a renda dos idosos é de fundamental importância para cerca de um terço das famílias brasileiras, caracterizando a sua importância como provedor apesar de seus reduzidos rendimentos.

2.2 Nada será como está?

Goldenberg (2012, 2021) refere-se às gerações de jovens de 1960 e 1970, responsáveis pela revolução de costumes, como as gerações *ageless* ou “sem idade” que, agora já adentrando os 60, 70 ou mais anos, rompem com a ideia e os contornos da velhice como antes. Continuam usando as mesmas calças jeans, tênis, camisetas e comprimentos de saias, não se sentem essencialmente diferentes e transitam com mais desenvoltura quando comparados às gerações que os precederam, contanto que preservem sua autonomia.

Goldenberg aponta que eles serão os protagonistas, mais uma vez, de uma revolução comportamental que preza pela liberdade de criar e não se limita a estereótipos; o movimento “Ageless” – literalmente “sem idade” – é um exemplo de como pode acontecer a ressignificação das imagens associadas ao velho. A proposta do movimento é parar de negar, de esconder a passagem do tempo, e sim celebrá-la, colocando a busca por saúde em primeiro lugar. O movimento tem início em 2017 com o manifesto da atriz inglesa Helen Mirren, então com 72 anos e, a partir de então, ganha repercussão na mídia. Atentas às tendências, as indústrias farmacêuticas têm substituído nos rótulos dos cosméticos a palavra antienvelhecimento, algo por si só obviamente impossível e mesmo assim naturalizado, de forma a cooptar esse desejo por saúde. A reportagem publicada na revista VOGUE, referência internacional de estilo, resume bem como acontece esse deslocamento no sentido de conquistar saúde:

O termo *anti-aging* morreu. E assim abriu espaço para **novidades** que não prometem lutar contra o tempo, mas melhorar a pele e nos ajudar a criar consciência quando o assunto é saúde da derme. **Os antioxidantes, por exemplo, um clássico de qualquer antiga fórmula de anti-aging, continuam sendo hiperconsumidos, mas de maneira atual: aliados a ativos antipoluição.** Afinal, aprendemos que fatores externos como ar,

água e até os alimentos que consumimos estão mais tóxicos que nunca e, conseqüentemente, mais nocivos. (KALLIL; ÖBERG, 2019, grifo nosso)

Novos nomes, praticamente as mesmas fórmulas químicas ou seus aprimoramentos, os mesmos objetivos, ou seja, foco na aparência jovem e no desempenho; “velhas novidades”, sempre de acordo com o paradigma biomédico de autocuidado e o incentivo ao consumo de produtos específicos para evitar os aspectos físicos da passagem do tempo.

Outra expressão é o movimento “Gray Hair” que pretende naturalizar o cabelo branco ou grisalho como estilo, símbolo de elegância. Estrelas de *Hollywood* como Jodie Foster (60 anos), Helen Mirren (76 anos) e Andie McDowell (63 anos) têm desfilado em festivais de cinema em trajes de luxo, exibindo seus cabelos grisalhos como forma de reafirmar a aceitação da passagem do tempo e a saúde como principal valor, tendência que vem ganhando adeptas no Brasil. Mas, para que o branco se torne elegante, o cabelo precisa receber cuidados específicos que compensem as suas “deficiências” quando comparado com o cabelo tingido ou natural, ou seja, pouco tem a ver com aceitação e libertação mas sim com a aderência a um estilo de consumo, tão artificial quanto a tintura: “Estilizar seu novo cinza com cuidado e confiança” ou “tratamentos são essenciais para manter a cor [branca] – e a saúde do fio” (VALENTI, 2021), como sintetizado em reportagem da revista VOGUE.

De uma forma ou de outra, tais representações estão de acordo com a terceira idade e sua pluralidade de sentidos, sua obrigação e responsabilidade de perseguir a saúde e o autocuidado, como um momento anterior à velhice como fase de decaimento propriamente dito. Permanece como um prolongamento da adultez, cujo sentido está atrelado ao ideal de juventude mais adaptado aos novos tempos, ao novo *marketing* e padrões de consumo.

Mesmo que tais movimentos levantem a bandeira contra o etarismo propriamente dito, não constroem possibilidades reais de representações mais abrangentes, que, por exemplo, valorizem a experiência de vida, as diferentes trajetórias, a elaboração psíquica necessária para viver o fim da vida e suas perdas e os diferentes contextos socioeconômicos.

Para os idosos que não conseguem autonomia financeira, sofrem de fragilidade ou precisam de suporte e cuidados intensivos, não há muitas opções simbólicas para continuar a dar sentido às suas trajetórias e permanecer no laço

social, tal como os que conseguem seguir aderindo às demandas de saúde atualizadas segundo o *marketing*, o mercado. Não há rede de atenção pública suficiente para fornecer cuidados específicos, assim como número adequado de profissionais com capacitação (BORN e BOECHAT, 2013; MENDONÇA *et al*, 2021). Para aqueles que precisam recorrer ao Sistema Único de Saúde, permanece a imagem de desamparo e de “medicina para pobres” imagem, aliás, fundamental para vender serviços caríssimos e nem sempre de boa qualidade de medicina privada.

É com o propósito de abordar tais questões que a PNI e o Estatuto do Idoso são elaborados, a fim de tornarem-se os instrumentos jurídicos e políticos para resgatar a dignidade, papéis e laços sociais, assim como a imagem da pessoa idosa, a partir das discussões sobre as características dos processos de envelhecimento. Nesse momento há uma intensificação dos olhares sobre as questões que cercam a velhice; tal como Moscovici (2003) define, há uma necessidade de tornar familiar o estranho ante a angustia que a novidade – o envelhecimento crescente da população - desperta por ser potencialmente perigosa.

Simoneau (2015) em sua tese de doutoramento “Velhice na Mídia” avaliou as imagens associadas à velhice e ao envelhecimento a partir de notícias veiculadas pela Folha de São Paulo em dois momentos, tendo como ponto de corte o Estatuto do Idoso. O primeiro momento começa em 01 de janeiro de 2001 e se encerra em 31 de dezembro de 2003 e o segundo abrange os dois primeiros anos em que o Estatuto do Idoso entra em vigor: 01 de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2006. O trabalho revelou que há apenas uma aparente neutralidade das matérias jornalísticas quanto à velhice; tanto as representações gratificantes quanto as negativas veiculadas são associadas diretamente ao êxito/fracasso de um planejamento financeiro e da capacidade econômica, mesmo sendo reconhecido pelo jornal que os contextos socioeconômicos da maioria dos brasileiros não permite tal preparação. Ou seja, só é possível vivenciar a velhice como um período gratificante quando for possível garantir a manutenção da renda, antecipar-se planejando financeiramente o seu futuro:

Essa imagem é promovida pelo Jornal como um exemplo que deve ser seguido por todos, traduzindo um ideal de envelhecimento. No entanto, o Jornal reconhece que esse aspecto não corresponde a realidade da maioria dos idosos brasileiros”. (SIMONEAU, 2015, p. 223)

O mesmo argumento individualizante pôde ser observado quanto ao bem-estar, capacidade física, saúde e cognição. A análise das notícias demonstrou que as imagens positivas da velhice, tal como a terceira idade, estão associadas a práticas de acordo com as premissas do modelo biomédico que embasam o envelhecimento ativo e “Assim os sintomas associados à velhice não são percebidos como um problema característico desta etapa e sim como consequência de estilos de vida adotados ao longo da vida”. (SIMONEAU, 2015, p.222)

Apesar dos debates promovidos pelas entidades da sociedade civil acerca do direito dos idosos à dignidade como cidadãos já estarem bem estabelecidos desde os anos 1980, consolidados na CRFB/88; da PNI e do Estatuto do Idoso em vigor a partir de 2004, a pesquisa evidencia que não houve espaço nas matérias jornalísticas para representações positivas que não fossem responsabilidade direta do desempenho individual, mesmo que reconhecida a realidade desfavorável da maior parte da população. O papel da sociedade e do poder público não é destaque e há um silêncio quanto àqueles idosos que não se enquadram no modelo que apregoa o planejamento financeiro que exige reservar parte da renda no decorrer da vida, enquanto inseridos no mercado de trabalho, e assim poder financiar a velhice.

A pesquisa faz sobressair um discurso que não está interessado em aprofundar as questões relativas à desigualdade social, à responsabilidade da sociedade. Persiste a imagem associada à falta de recursos para a sobrevivência com dignidade como uma fatalidade que é *culpa* da trajetória do indivíduo, tal como indigentes que requerem medidas assistencialistas, como Groisman (2001) e mesmo os documentos oficiais sobre a conquista do direito à aposentadoria e pensões (BRASIL, 2019) retratam as imagens associadas à velhice deficitária no século XIX e início do século XX.

Retomando as diretrizes da PNI, o suporte ao idoso deve, prioritariamente, desenvolver-se por meio de suas próprias famílias, excetuando-se os casos em que não há condições necessárias para a sobrevivência. Nessa linha de pensamento, a assistência e cuidado dedicados aos mais velhos, pelo menos segundo os moldes tradicionais e de solidariedade entre as gerações, é responsabilidade do seu núcleo familiar, realizada por membros da família, principalmente pelas mulheres. É importante pontuar que as abruptas transformações do perfil demográfico brasileiro trazem profundas mudanças sociais e, por conseguinte, alterações na estrutura

familiar²⁸ que restringem sua capacidade para prestar assistência e cuidado, principalmente quanto ao idosos mais velhos - acima de 85 anos, fragilizados ou dependentes. Born e Boechat (2013) apontam para as mudanças quanto à responsabilidade filial – doutrina moral encontrada nas principais tradições religiosas, que exige uma nova leitura quanto aos laços familiares possíveis, principalmente em contextos em que as mulheres estão sobrecarregadas, pois precisam trabalhar para assegurar a renda, além de cuidar.

Assim, o laço familiar é comprometido por uma ambiguidade, um conflito entre necessidade de trabalhar e responsabilidade de prover cuidado, o que também se manifesta de forma ambígua na autopercepção do idoso e na sua saúde mental, uma vez que o cuidado pode ser percebido como sinal de afeto ou de inutilidade e com isso advém a culpa por sobrecarregar a família. (RABELO; NERI, 2014)

Born e Boechat (2013) e Giacomini (2022) assinalam que as instituições são consideradas uma alternativa assistencial para substituir a ausência da família e para atender o idoso em situação de abandono ou sem possibilidades financeiras, não levando em conta quaisquer outras necessidades pertinentes ao atendimento em regime de internato, em caráter temporário ou permanente, fato que contribui para a sobrecarga e conflitos intergeracionais, desonerando o poder público e a sociedade em detrimento das famílias²⁹. Giacomini (2022) é ainda mais contundente ao afirmar que a falta de interesse do Estado é sustentada pelo sexismo e familismo³⁰ característicos da nossa cultura e políticas, que fomentam o preconceito contra as instituições de cuidado, especialmente as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), o que ela denomina como ILPI-ismo. Como resumem Born e Boechat (2013):

Verifica-se [...] que houve pouco ou nenhum avanço quanto à compreensão do papel das ILPI na rede de proteção à pessoa idosa. Dessa maneira, ao concluir, apontará para a necessidade de órgãos governamentais e não governamentais, órgãos representativos dos idosos e organizações

²⁸ A partir dos anos 1960 é possível destacar que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a valorização da formação profissional, a entrada maciça das mulheres nas universidades, assim como a Lei do Divórcio e a pílula anticoncepcional, contribuíram decisivamente para a reestruturação das famílias. (GOLDENBERG, 2012)

²⁹ Segundo o Censo SUAS realizado em 2019, o número total de instituições para idosos credenciadas ao SUS em todo o país era de 1784, sendo 1669 ILPIs (93,55%); 75 casa-lares (4,20%); 19 repúblicas (1,07%) e 21 classificadas como “outros” (1,18%), concentradas nas regiões Sudeste (59%) e Sul (19%) sendo que 53% da renda de custeio advém das aposentadorias e 47% de BPC dos residentes. (GIACOMINI, 2022)

³⁰ No âmbito das políticas públicas, o familismo supõe que cabe às famílias assumir a maior responsabilidade pelo bem-estar de seus membros, diminuindo assim o papel do Estado.

científicas darem destaque a este tema nos seus programas de estudos e de ação. (BORN; BOECHAT, 2013, p.1821)

Como consequência, as mulheres seguem sendo responsabilizadas, sobrecarregadas ainda mais, o que dificulta a aderência ao modelo contributivo da previdência, já que muitas vezes ela desiste do emprego e tem dificuldade para o engajamento e aprimoramento, tais como cursos de formação continuada. Para a mulher é muito mais difícil alcançar os requisitos para a aposentadoria, restando-lhe o trabalho informal como opção.

Todavia, Goldenberg (2012, 2021) destaca que muitas mulheres idosas alcançam uma “libertação” ao verem-se desobrigadas do seu papel social de criar os filhos, de ter de assumir uma rotina pesada de cuidados e afazeres da casa. A velhice nesse contexto abre a possibilidade de emancipação social da mulher, que deixa a clausura do trabalho doméstico e passa a frequentar o espaço “da rua”, onde encontra suas amigas, envolve-se em atividades de lazer e engajamento na sua comunidade.

Portanto, quanto às imagens associadas ao envelhecimento feminino e masculino na contemporaneidade, podemos observar que estão fortemente referidas ao modelo biomédico de cuidados, herdeiro atualizado da medicina como forma de disciplinar os corpos. Atualmente a disciplina deu lugar ao controle, que se adapta às novas subjetividades, tal como o feminismo e às reivindicações de direitos das minorias, contanto que suas demandas sejam absorvíveis pelo mercado; a terceira idade é um dos seus frutos e a medicalização é uma das suas facetas, oferecendo a possibilidade de uso de drogas, tratamentos e procedimentos para manter a *performance* e estética referendados à juventude como o ideal de identificação subjetiva, a representação verdadeira de si e a referência para as vias de fazer e manter laços sociais.

Assim, a medicina do modelo disciplinar refina-se como um ideal de autocuidado, uma responsabilidade pessoal. A saúde é algo a ser perseguido, semelhante a um estilo de vida, com características “científicas”. Quanto à velhice - seus males, suas perdas, podem ser evitados por um estilo de vida saudável; o que tende a responsabilizar o idoso adoecido ou dependente por sua condição, desonerando a sociedade e o poder público. As famílias sofrem pela falta de assistência, de estrutura para cuidar, fragilizando sobretudo as mulheres cuidadoras.

(DEBERT, 2020; BORN e BOECHAT, 2013; GIACOMIN, 2022; RABELO e NERI, 2014)

Outra faceta que evidencia a responsabilização que recai sobre o indivíduo, como se não inserido em uma engrenagem social complexa, diz respeito às representações negativas associadas à falta de bem-estar e segurança financeira na velhice. O fracasso acontece quando há falta de planejamento financeiro durante a vida com fins de preparar-se para a aposentadoria, tal como aponta a pesquisa realizada por Simoneu com notícias veiculadas no jornal A Folha de São Paulo.

Quanto aos idosos das próximas décadas e suas famílias, há o agravante do preconceito crescente em relação aos trabalhadores mais velhos. Jorge Felix (CHIARETTI, 2022) cita que as empresas estabeleceram 45 anos como a idade média de corte³¹ a partir da qual os trabalhadores tornam-se muito caros - a prioridade é a produtividade e não a alta qualidade, pois demorariam muito tempo para absorver as novas tecnologias, tanto nas fábricas quanto nos escritórios. O trabalhador nessa faixa de idade, quando demitido, dificilmente consegue retornar ao mercado de trabalho com um vínculo formal. Movimentos como a abordagem Ambiental, Social e de Governança Corporativa - ASG³², que se preocupam com inclusão social, sustentabilidade, combate à desigualdade e assegurar a diversidade, abraçam “[...] gente de todas as raças, gêneros, orientações, credos e cores, desde que jovens.”, a pessoa idosa não desperta interesse (CHIARETTI, 2022). Segundo Chiaretti (2022), a socióloga francesa Anne-Marie Guillemard, um dos nomes célebres da sociologia do trabalho, aponta que há uma fragilização da segunda metade da carreira, concluindo que sem uma regulamentação trabalhista que favoreça a contratação para a faixa etária acima dos 45 anos, as empresas vão continuar descartando o trabalhador mais velho. Em mesmo tom, Jorge Felix

³¹ Em entrevista concedida a esta mestranda, realizada em 06/07/2022, Felix reafirma a idade média de corte de 45 anos, assim como a sua tendência mundial de queda. Para ter acesso ao resumo da entrevista, consulte documento no anexo I.

³² A ASG diz respeito a princípios que devem nortear a cultura e comportamento empresariais para práticas que se relacionem com sustentabilidade, segundo três áreas: 1) Ambiental, visando minimizar o impacto gerado pelo negócio no meio ambiente; 2) Social, para ampliar a diversidade, conscientizar e apoiar a comunidade onde as operações são desenvolvidas e 3) Governança, que diz respeito à práticas de boa administração, calcadas em políticas de combate a fraudes, códigos éticos e diversidade na composição dos conselhos administração. É de interesse crescente para as empresas estarem alinhadas a tais princípios, pois assim agregam valor aos seus negócios, inclusive através de certificações internacionais que atraem investidores preocupados em ter a sua imagem associada à sustentabilidade e justiça social. A NBR ISO 26000 sobre responsabilidade social é um dos exemplos de recomendações normativas valorizadas. (ROSA, 2018)

(CHIARETTI, 2022) reafirma esse desinteresse e acrescenta que muitas empresas contratam um número insignificante de pessoas mais velhas, segundo a ideia de inclusão da ASG, apenas para fazer *marketing*, pois de fato não se interessam em investir no aperfeiçoamento dos idosos, ratificando a ideia preconceituosa de que eles têm maior dificuldade para manterem-se atualizados e assim são menos interessantes para a empresa no quesito produtividade, desconsiderando qualquer outro valor.

Portanto, “justiça social” tal como os interesses de movimentos como a ASG, não é Justiça Social; é apenas um novo rótulo para antigas práticas empresariais, que não se interessam em criar um ambiente adequado às peculiaridades da pessoa idosa e suas possibilidades de contribuição.

3 VELHICE, PRA QUE TE QUERO?

[...] Não te deixes destruir...
 Ajuntando novas pedras
 e construindo novos poemas.
 Recria tua vida, sempre, sempre.
 Remove pedras e planta roseiras e
 faz doces. Recomeça.
 Faz de tua vida mesquinha
 um poema.
 E viverás no coração dos jovens
 e na memória das gerações que hão
 de vir. [...]
 (CORALINA, 1997, p.145)

Neste capítulo serão discutidas as representação possíveis, o etarismo e suas consequências associadas ao contexto brasileiro, a partir do recrudescimento da crise econômica que tem ensejado e justificado contrarreformas e retrocessos quanto aos direitos sociais.

Para o ideário neoliberal a velhice sempre foi um alvo, um crescente exército fácil de apontar e associar a inimigos que precisam ser contidos ou manipulados, entendida como um peso socioeconômico. Isso é percebido claramente a medida que as “graças” das conquistas universais da “Constituição Cidadã” são consideradas como um entrave ao crescimento econômico do Estado e da sociedade.

Mas, afinal, crescimento econômico para quem e a que custo? A partir da “Constituição Cidadã” o neoliberalismo considerou as conquistas sociais asseguradas como uma derrota, o que acirrou o obsessivo discurso sobre Estado mínimo e equilíbrio fiscal, que de fato contribui para atender a interesses de elites econômicas com um notório despreço pelo bem-estar comum; ou seja, uma ideia de crescimento que despreza as necessidades e características pertinentes ao ciclo de vida em nome de uma contenção de gastos que salvaria a economia do país (FELIX, 2022, p.1312). Mas, como questionado antes, a que custo? Um contingente de apartados dos direitos, uma cidadania de segunda classe, em especial, para os idosos.

É importante ressaltar que a cartilha do ideário neoliberal é imperiosa: O Estado **precisa** tornar-se forte economicamente e pouco participativo no que tange aos gastos com bem-estar, enfraquecendo movimentos sindicalistas e desmobilizando movimentos sociais que a contraponham ao lutar por direitos que só

poderiam ser efetivados sob uma forte presença do Estado. Uma poderosa estratégia é a [bem-vinda] alta taxa de desemprego, o que, além de pressionar para a desmobilização de movimentos, permite reduzir salários em favor do capital, conjugado com mais desmonte de direitos e exclusão. O atual Presidente da República expõe bem do que se trata: “Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e **[mais]** emprego do que todos os direitos e desemprego”. (ESTADÃO CONTEÚDO, 2018, grifo nosso)

Sua ideologia visa paralisar os opositores ou “ameaças” construindo um cenário fatalista, uma falácia. O seu caráter fiscalista sempre considerou a universalidade e qualidade da saúde pública e direitos sociais um gasto exacerbado, onerando a iniciativa privada e os cofres públicos e, por isso, dificultando o crescimento econômico, o que justifica o acirramento de ataques através de estratégias que incluem políticas reducionistas, pontuais e fragmentadas – o subfinanciamento do SUS é um exemplo – criando situações de perda de confiabilidade e qualidade, objetivando apenas formar um senso comum de que a saída é transferir responsabilidades e ônus para o cidadão e, conseqüentemente, para as famílias³³.

A pauta neoliberal é conservadora quanto aos costumes, de forma oportunista, o que tem como função atacar opositores e minorias e cooptar a opinião pública. A tomada de decisões é feita sob um elaborado cenário de urgência frente a uma “catastrófica e iminente falência” de algo, simplificando problemas e conflitos sociais complexos e ignorando que a crise é cíclica, característica do capitalismo. Como exemplo, podemos citar o incentivo a armar o cidadão como forma de defesa de si, de sua ideologia e da família “tradicional”. Seu objetivo é perseguir e desmoralizar qualquer segmento ou opinião contrária, desautorizando suas contribuições e seus defensores, tal como inimigos públicos³⁴.

³³ Essa é uma estratégia que contraria o princípio constitucional pétreo que define a impossibilidade de se alterar ou extinguir a universalidade e igualdade (BRASIL art. 60 §4º alínea IV, 1988) o que impede aplicar uma emenda constitucional que extinga o artigo 196, referente a saúde como direito de todos e dever pleno do Estado.

³⁴ Como manifestado pelo Ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub sobre professores, pesquisadores e alunos de universidades públicas, acusados de promoverem “balbúrdia”, estarem ocupados com drogas (DAMASCENO, 2019) e, dito pelo vice-líder do governo, deputado Carlos Jordy, estarem mais preocupados com “festas de orgias” assim como os alunos serem adeptos da “cultura do estupro” (LOUSADA, 2019), ao invés de dedicarem seus interesses científicos em prol da nação.

Desqualificar especialistas e atacar as ciências é parte da estratégia para cooptar uma parcela da população contra aqueles que causam incomodo ou apontam erros no discurso hegemônico de desmanche de instituições públicas de importância de Estado, devastação do meio ambiente e entreguismo, dentre outras denúncias. Quanto aos direitos sociais, são elaboradas falácias do espantalho para justificar todo um processo de contrarreformas como saída para a crise econômica, como vangloriado no anteriormente citado discurso do Presidente Jair Bolsonaro, visando naturalizar a desresponsabilização do Estado, o que faz aumentar a distância entre os triunfos alcançados com a legislação e a realidade de sua efetivação.

Os direitos assegurados pela Seguridade Social, tal como as aposentadorias e pensões, têm sido alvos sucessivos, culpabilizando os idosos pela “crise gerada pelo processo acelerado de envelhecimento da população”. Como consequência, o envelhecimento populacional transforma-se em argumento para dificultar o acesso do indivíduo aos seus direitos, através de regras cada vez mais severas e diminuição dos seus valores monetários a níveis aviltantes; conforme o dito popular “mudando as regras no meio do jogo”, gerando insegurança para os que já estão avançados nos anos de trabalho e por isso terão menos chances para se preparar. Nas palavras de Abigail (2019):

Os defensores do neoliberalismo ao mesmo tempo em que brandiam o falacioso argumento de que o “déficit” da Seguridade Social seria devastador para as contas públicas, esforçavam-se para “comprovar” a inviabilidade financeira da Previdência Social, propondo contrarreformas que esvaziavam as conquistas nessa área, muitas das quais já efetivadas. (ABIGALIL, 2019. p.24)

Em suma, o envelhecimento populacional é abordado como um fator de perigo, tornando-se argumento fundamental para pleitos por contrarreformas, cujo efeito último é responsabilizar cada vez mais o indivíduo e sua família, advogando a favor da privatização das políticas sociais públicas. É um cenário de incerteza que anuncia uma catástrofe em um futuro não muito distante, sempre exigindo mais austeridade e ainda mais contrarreformas, preconizado por instituições como o Banco Mundial e o FMI:

As reformas previdenciárias **[realizadas no Brasil]** de 1999 e 2003 conseguiram frear a expansão dos custos com aposentadorias. Sem essas reformas, os gastos teriam crescido de 10% do PIB em 2005 para surpreendentes 37% do PIB em 2050, simplesmente devido ao aumento no número de aposentados. O conjunto de reformas reduziu os custos projetados em mais que a metade. **Contudo, o problema de sustentabilidade dos gastos previdenciários ainda não foi resolvido;**

projeta-se que as despesas com aposentadorias devem mais do que dobrar, chegando a 22,4% do PIB até 2050. Mesmo considerando cenários mais otimistas, aumentos nos gastos previdenciários dominam as perspectivas fiscais para o Brasil (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 13, grifo nosso).

Instaura-se um paradoxo: o direito à seguridade social e aposentadoria foram fatores responsáveis por assegurar a longevidade e melhorar a qualidade de vida; não obstante, passam a ser apontados como uma ameaça social à estabilidade econômica. Relembrando a já citada frase do atual Ministro da Economia, Paulo Guedes, durante uma reunião do Conselho de Saúde Complementar, "Todo mundo quer viver 100 anos, 120, 130", e assim sendo "não há capacidade de investimento para que o Estado consiga acompanhar" (MARTELLO; GOMES, 2021).

Numa visão crítica, trata-se da retomada da imagem da "aposentadoria como um prêmio" tal como o fora no século XVIII, antes das conquistas trabalhistas que a constituíram um direito³⁵ (FELIX, 2022a, p.8). Ou seja, é claramente "[...] um desprezo para com a noção de sociedade e um protagonismo do indivíduo que seria **[ou não]** premiado pela meritocracia." (FELIX, 2022, p 1312, grifo nosso). O que resulta em um estado de conflito político-econômico diante da tensão para garantir direitos e alcançar sua efetivação.

O que esperar de discursos como esses? Quais imagens pairam sobre os idosos, sobre o nosso futuro, afinal? Como efeito de discursos com esse tom desumanizante por parte de autoridades como ministros e Presidentes da República, os trabalhadores que iniciam sua vida produtiva são frustrados quanto à expectativa de usufruírem de futuros direitos, desinteressando-se de contribuir para a previdência, o que concorre para desestabilizar as contas. E ainda são levados a crer no argumento de que os aposentados e pensionistas que adquiriram seus direitos em outros tempos, sob condições menos restritivas em relação à idade e tempo mínimos de contribuição necessários, seriam os responsáveis pela "quebra" do sistema, generalizando e desconsiderando as diferentes condições de trabalho e até de contextos regionais brasileiros. A fala do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, para a Folha de São Paulo é emblemática:

Fiz a reforma da Previdência para que aqueles que se locupletam da Previdência não se locupletem mais, não se aposentem com menos de 50 anos, não sejam vagabundos em um país de pobres e miseráveis. (FHC, 1998a)

³⁵ O "prêmio" trata-se do reconhecimento pelo Estado francês do direito à aposentadoria para os militares idosos e heróicos a partir do século XVIII. (FELIX, 2022c)

Vivemos mais, e assim pode ser esperado que naturalmente os anos dedicados ao trabalho se prolonguem, reconhecendo que os processos de envelhecimento atingem de diferentes formas a cada um, segundo contextos de gênero, socioculturais e regionais, dentre outros. A ideia de trabalhar por mais tempo do que as gerações passadas é algo que pode ser desejado e vivenciado com satisfação, como uma possibilidade de manter-se identificado com ideais culturais altamente valorizados, inclusive sob representações sociais, tais como: “mestre(a)”, “mentor(a)” ou “professor(a)”, relacionadas ao reconhecimento de sua experiência e sabedoria de vida ao desempenhar o seu ofício. Lembrando que permanecer identificado com traços valorosos de si e para o seu grupo é a única forma de manter o desejo e prosseguir vivendo. (FREUD, 1996a e 1996b)

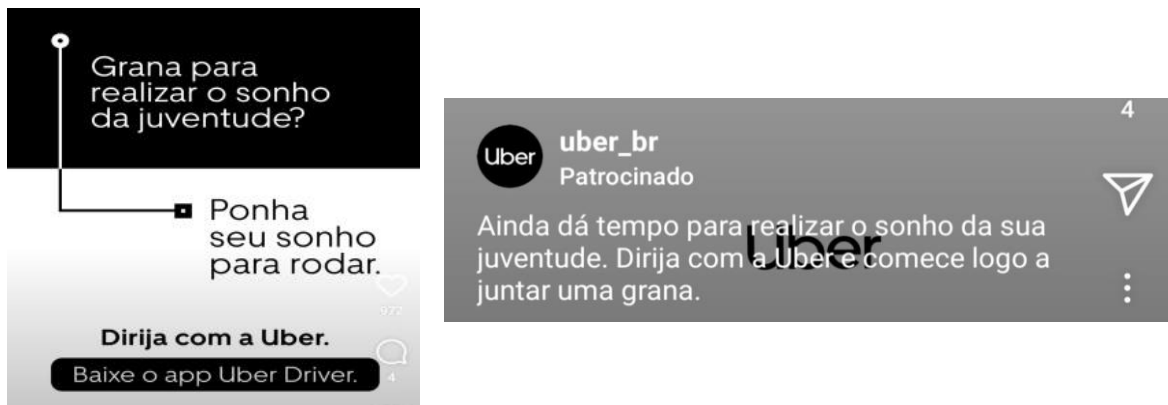
Mas a questão é: como manter-se empregado em um país que cada vez mais despreza a experiência, a qualidade, em favor de diminuir custos, de estar alinhado e submeter-se a discursos tais como o do Banco Mundial? No seu relatório “Envelhecendo em um Brasil mais velho” podemos observar o desprezo pelos mais velhos, através de uma visão que quer tornar homogêneo tanto o envelhecer quanto as possibilidades de contribuições para o processo de trabalho. Afinal, como continuar desempenhando papéis de valor econômico e simbólico, se o valor de sua contribuição é comparado sempre a um ideal de desempenho produtivo atrelado à juventude ou a manutenção de suas características, custe o que custar? Como é possível contribuir sob tal rivalidade? O que está dito de forma subliminar é que o velho deve retirar-se, ceder o seu lugar, tal como a teoria do desengajamento observava como algo inerente às sociedades, o “direito dos mais jovens” e o “dever dos mais velhos” (NERI, 2013, p.27). Retomando o relatório do Banco Mundial sobre o Brasil:

Após meados de 2020, a taxa de crescimento do grupo etário de 15-59 anos irá se tornar negativa e o crescimento da população será puxado somente pelo aumento no número de idosos. **Além disso, poderão ocorrer efeitos negativos na produtividade no nível micro, já que uma fração maior da força de trabalho estará além do seu pico de produtividade.** O impacto econômico negativo tende a ser amplificado pelo fato de que **o mesmo perfil de diminuição da produtividade com a idade não é observado para os salários no setor formal, que tendem a aumentar com a importância da função (e a idade).** Isso, por sua vez, tende a afetar negativamente a competitividade, o lucro e o investimento das firmas. (BANCO MUNDIAL, 2011, p.13-14, grifo nosso)

O que significaria dizer que, na cultura brasileira, as representações sociais associadas aos mais idosos, ainda que com uma “função mais importante”, são uma

desgraça para a “produtividade”, “competitividade”, “lucro” e “investimento”. Então, como manter-se em um mercado de trabalho que cada vez mais não deseja, não valoriza a experiência de vida? Ao mesmo tempo, as contrarreformas exigem mais contribuição por mais tempo da vida. Retomando Felix (2022), atualmente a linha de corte das empresas para aqueles que buscam emprego está em torno de 45 anos. Ser “velho” para o mercado de trabalho começa já aos 45 anos, mas para o imaginário social, a mídia, o modelo biomédico de autocuidado e para efeitos de legislação, 60 anos é a idade mínima para começar a pensar em considerar-se velho. E mesmo assim haverá desconfiança quanto às reais intenções caso não haja um “bom motivo”, tal como doença e decaimento físico ou mental visíveis, afinal, todos estamos jovens como estilo de vida; recomeçar é uma obrigação, quem sabe “empreender” e tornar-se o seu próprio patrão?

Figura 5 – Propaganda veiculada pela Uber Br na rede social Instagram, maio de 2022



Fonte: Rede social Instagram

O “ainda é tempo” da Uber (Figura 5 é uma das formas de empreender, às custas da precarização do trabalho romantizada como realização de um “sonho da juventude”.

Como deixa claro o relatório do Banco Mundial, diminuir a produtividade deveria implicar diminuir salário, em qualquer condição, sob o risco de afundar as empresas e a economia, o que favorece a naturalização da ideia de que as aposentadorias e pensões devem ser menores do que os salários de mercado. É nessa linha de “pensamento” que, por exemplo, é naturalizada a ideia de que as mulheres devem ganhar menores salários pois engravidam, e mesmo após voltarem a trabalhar, ausentam-se frequentemente para cuidar dos filhos menores. Assim,

sobrepõe-se à necessidade premente de sobrevivência de si e dos seus, uma construção simbólica que reforça uma imagem de valor positivo para os que seguem trabalhando “até o fim”, apesar de tudo; a “produtividade” é o traço mais privilegiado para o laço social, mais valorizado do que qualquer outro. Argumentos como esse corroboram uma imagem de esvaziamento simbólico dos laços afetivos; suas demandas, desejos e processos de luto quanto às perdas, inclusive de autonomia, dificultando a reformulação de papéis sociais que integrem os aspectos positivos inerentes ao envelhecer, tais como: sabedoria, equilíbrio, experiência.

Pensar sobre tais traços identificatórios de nossa cultura é necessário para viabilizar propostas, discutir papéis sociais de valor para o idoso e provocar a inclusão e discussão de agendas governamentais que pautem o envelhecimento populacional com toda a sua complexidade. Caso contrário, o custo será mais marginalização, pauperização e invisibilidade do idoso e maior sobrecarga das famílias, principalmente das mulheres, por serem as principais cuidadoras.

A ruptura em curso no processo de conquistas, consolidação e ampliação de direitos enfatiza conflitos intergeracionais, concorrendo para diminuir o interesse assim como a esperança dos mais jovens de conseguir acesso à previdência pública e desqualificando ainda mais os que se aposentam, sem entrar na análise da complexidade da questão, da heterogeneidade dos processos de envelhecimento. Sem contar que as contrarreformas nunca alcançam de forma incisiva os setores realmente privilegiados, contribuindo para a percepção da política como um jogo de interesses individualizados, patrimonialistas, tal qual um jogo de cartas marcadas.

Como consequência da incerteza quanto ao futuro, decresce a aderência ao sistema contributivo, alardeado como fadado à falência, incentivando o “empreendedorismo”, e a “pejotização”, enfraquecendo as lutas e movimentos sociais de resistência e por direitos, concorrendo ainda mais para o desmonte das políticas públicas, facilitando o caminho para a privatização.

Ainda quanto aos conflitos intergeracionais alimentados pelo ideário neoliberal sobre a crise econômica, há o temor de que o aumento da população idosa possa significar que seus interesses sobreponham-se aos de outros segmentos da sociedade pela concentração de seus votos, de modo a favorecer e pressionar por políticas públicas de seus interesses. (MENDONÇA *et al*, 2021, BANCO MUNDIAL, 2011)

Esse choque de interesses entre as gerações colocaria em risco o investimento em segmentos como crianças, jovens e famílias; o argumento neoliberal se apropria dessas imagens cataclísmicas para reivindicar a redução e ainda futura retirada de direitos já conquistados, em nome da escassez de recursos.

Outro ponto crítico para tais analistas é que o aumento da longevidade a partir do século XX é simultâneo à diminuição das taxas de fecundidade³⁶, partindo da premissa de que “poucos bebês, vidas longas”. Segundo o ideal de cuidados baseado no modelo de família burguesa, ter filhos supõe alto dispêndio de tempo, prioridade e qualidade quanto aos investimentos em saúde e educação dispensados aos filhos, ao que se soma a menor disponibilidade de cuidadoras com a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Assim, a relação mais idosos, menos bebês, torna-se um argumento poderoso para desviar a atenção de análises mais equilibradas, menos fatalistas, pois ameaçaria diretamente a futura reprodução do processo capitalista – menos bebês, a medida que este se organiza prioritariamente segundo a exigência de altos lucros em detrimento de justiça social.

Felix (2019, p.14) traz uma importante reflexão a esse respeito: “Sempre insisto na questão: se estamos envelhecendo mais e melhor, por que o homem do século XXI decidiu legar essa fortuna a cada vez menos descendentes? Talvez a pobreza e a desigualdade social crescente expliquem esse fenômeno.” De fato, a riqueza (o crescimento econômico) precisa perder a centralidade em favor da distribuição, ou não teríamos tantos idosos em condições precárias em países do hemisfério norte, que enriqueceram antes de envelhecer³⁷.

Santos Neto (2013) resume bem a imagem que perpassa as representações sociais da pessoa idosa a partir desse contexto:

[...] as contrarreformas na previdência social são seguidas de interpretações subliminares que concebem os velhos como ameaça permanente ao sistema produtivo e não como seres humanos que precisam de cuidados após dedicação exclusiva ao trabalho assalariado. (SANTOS NETO, 2013, p.232)

³⁶ A taxa de fecundidade é o indicador demográfico que expressa as condições de reprodução feminina em uma determinada localidade. (TAXA, 2021)

³⁷ O abismo social nos países do norte cresceu junto com a riqueza, principalmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. No primeiro, 60% do crescimento foram absorvidos pelo 1% mais rico entre os anos de 1977 e 2007. Em 2014, nos Estados Unidos, somavam-se 33 milhões de norte-americanos sem nenhuma cobertura de saúde ou seja, 10% da população. “Equacionar os sistemas de saúde, previdência social, educação, moradia, cuidados de longa duração e trabalho depois dos 45, 50, 60 anos são hoje desafios para ricos e pobres, como mostram estudos sociológicos comparativos — sobre o sistema norte-americano”. (FELIX, 2019, p. 21-22)

No mundo corporativo, mesmo quando há um apelo à imagem de justiça social e direitos humanos acoplados ao conceito de sustentabilidade, trata-se de mais uma falácia que visa conquistar acionistas e consumidores preocupados com sustentabilidade, prevalecendo um “não querer saber”³⁸ a respeito das reais possibilidades de contribuição dos mais velhos.

Como pensar em possibilidades de inclusão, tais como legislação específica para incentivar a contratação/manutenção de trabalhadores mais velhos, na segunda metade de sua carreira? Suas imagens estão associadas a maior dificuldade de responder à modernização, à capacitação frente às novidades tecnológicas, alto custo de salários e benefícios, como planos de saúde e absenteísmo. O trabalhador mais velho está em constante rivalidade, julgado segundo um ideal de potência referenciado à juventude.

Instaura-se uma dissonância cognitiva³⁹: é necessário permanecer trabalhando por mais tempo sob o risco de transformar-se em um “vagabundo em um país de miseráveis”, o que é base para justificar contrarreformas que salvariam o país de um colapso do sistema previdenciário e de um perigoso comprometimento do PIB. Por outro lado, há um silêncio de morte sobre o preconceito e exclusão dos trabalhadores mais velhos; o mercado não se interessa em reconhecer e utilizar suas habilidades e não se efetivam políticas que incentivem a permanência dos mais velhos, descartando-os como corpos sem valor.

Essa desresponsabilização quanto ao destino dos mais velhos e frágeis evidencia que a luta para assegurar os direitos, contra a extrema desigualdade social, o preconceito e pelo reconhecimento e valorização do cidadão idoso está longe de alcançar êxito. Poucos foram os avanços consolidados de maneira a assegurar a dignidade da pessoa idosa, sensibilizar e conscientizar as novas gerações, educar, abrir espaços na sociedade para a percepção dos diferentes processos de envelhecimento e o envelhecimento populacional inexorável, apesar dos direitos conquistados na CRFB/88, da PNI e do Estatuto do Idoso.

³⁸ A NBR ISO 26000, uma das normas basais que define sustentabilidade em suas várias facetas, é clara em recomendar ações positivas “para promover proteção e progresso” às minorias e grupos vulneráveis, assim como promoção de empregos segundo as suas peculiaridades. (NBR ISO 26000. p.45)

³⁹ Em entrevista com Jorge Felix, realizada em 06/07/2022, o conceito foi discutido como explicação para a incongruência entre exigir mais tempo de trabalho e excluir o trabalhador mais velho, desqualificando ou ignorando suas habilidades. O resumo da entrevista encontra-se no Anexo I, para mais detalhes.

A velhice ativa ou mais recentemente denominada velhice saudável⁴⁰, com todos os seus pressupostos é um ideal acessível a poucos e tende a ser cada vez mais restrita aos mais abastados frente aos ataques e cortes na saúde pública e proteção social; restando o silêncio, preconceito e a precariedade de recursos para a imensa maioria que sofre para conseguir manter-se no mercado de trabalho até conquistar condições para aposentar-se e, mesmo quando consegue, isso não assegura garantia de sobrevivência digna frente ao recrudescimento da política de ajuste fiscal que achata cada vez mais os benefícios. Como a idade para a aposentadoria aumenta e o etarismo diminui ainda mais a oferta de trabalho para os mais velhos, instaura-se um paradoxo que exige medidas urgentes, mas permanece fora da agenda de políticas públicas. Não há interesse consistente por parte da iniciativa privada para produzir respostas aos desafios demográficos do envelhecimento populacional e da longevidade, apesar do discurso da ASG sobre política de investimento sustentável ter como uma de suas diretrizes a conscientização e atuação sobre os impactos negativos do processo de trabalho e justiça social.

Nesse contexto de insegurança, de quebra do pacto social, não é possível admitir que tais condições compulsórias de saída do laço social organizado pelo trabalho estejam em concordância com os princípios tradicionalistas associados ao desengajamento e continuar a manter-se ativo sob novos papéis sociais, reestruturados para atender às peculiaridades da pessoa idosa. Não é possível naturalizar ou afirmar que é algo “desejado” tanto pelo idoso quanto pela sociedade, como forma de priorizar o amadurecimento subjetivo e ressignificar a qualidade e quantidade de laços sociais tal como deveria ser o processo de desengajamento em sua forma idealizada.

O momento de deixar o trabalho transforma-se na antecipação de uma tragédia, tanto pela incerteza de conseguir condições de sobrevivência pelo achatamento dos valores dos benefícios, quanto pela perda da imagem de si que permitia a identificação com o ideal de potência para realizar, para contribuir com o grupo, ser autônomo e seguir sua vida.

⁴⁰ A ONU instituiu em dezembro de 2020 a “Década de Envelhecimento Saudável nas Américas”, de 2021 a 2030.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte faz os grandes partos da memória
(MARTINS, 1986)

Falar do percurso desse trabalho implica falar da constatação de que os conflitos entre o direito dos idosos de viver com dignidade e os interesses políticos e do capital estão dissimulados. Muito foi dito e legislado, mas pouco de fato se concretiza, tal qual uma dissonância cognitiva entre o belo discurso das leis, recheado de boas intenções, e a cegueira quanto ao sofrimento e a realidade de desamparo e invisibilidade: o velho é incômodo e custa caro.

A trajetória da pesquisa tem início com o levantamento de conceitos e ideias que pudessem conversar entre si de forma a ressaltar os aspectos do envelhecimento e seus impasses. Retomamos as teorias sociológicas basais da atividade e do desengajamento, ressaltando os seus aspectos mais contraditórios e sombrios, tecendo o jogo de interesses que as fomentou, ou seja, o conflito entre sociedade, indivíduo e a população crescente de velhos. Foi importante voltar às origens, ao início da disputa sobre as definições que buscaram capturar a velhice como fenômeno demográfico marcante a partir do século XX, para delimitar pontos de toque entre a sociedade e “o velho”. Como forma de elaborar a crítica a esse conflito, utilizamos a definição psicanalítica mais crua sobre o laço social: a defesa contra o desamparo, a morte simbólica que precede e antecipa a morte real.

Esse trabalho, ainda que apenas seminal, buscou levantar questões, investigar e estudar as imagens e traços de identificação pertinentes à pessoa idosa e à velhice e como os mesmos contribuem para formar um saber de si e do outro e sobre as posições possíveis dentro do nosso contexto, ou seja, as representações sociais que permitam situar a experiência do envelhecimento e seus rumos possíveis face às características e cenário político brasileiros.

Enfrentar tal tarefa foi um desafio, porém bastante gratificante. Prestar atenção e refletir acerca dos discursos sobre o envelhecimento e seus atravessamentos trouxe-me muitas inquietações a medida que se contrapôs a minha prática clínica e institucional, marcada por uma escuta até então, posso assim dizer, consolidada quanto aos seus referenciais; mais atenta às nuances dos processos de

subjetivação e seus mecanismos de enfrentamento do que ao discurso hegemônico vigente e suas implicações.

Pudemos perceber que a produção acadêmica sobre o tema, no que concerne aos aspectos não biológicos, foi pequena na última década. Talvez sinalizando como é difícil falar e tornar escrita algo que diz respeito a um assunto que tange a nossa própria impotência, a nossa finitude. Quanto às suas possibilidades de sentido, o tema parece ter sido equacionado, diluído nas representações mais agradáveis do envelhecimento ativo, tal como a terceira idade.

Mas a terceira idade só pode existir a medida que é delimitada como mercado. O que consumirão, então, os que cada vez sofrem mais para conseguir sobreviver sob políticas públicas que desprezam o bem-estar de gerações inteiras em prol de alcançar equilíbrio de contas? Sem contar a cegueira e surdez generalizadas quanto à necessidade de medidas para combater o etarismo, às dificuldades para manter-se dignamente no mercado de trabalho depois dos 40 anos e seguir contribuindo até 65 ou mais anos. Velho demais para encontrar emprego, novo demais para se aposentar: eis um precipício sobre o qual paira o silêncio midiático, político e do setor privado, de suas instâncias e organizações quando supostamente preocupadas com inclusão e sustentabilidade. Em resumo, instaura-se silenciosamente o descaso com os mais frágeis, tal como corpos descartáveis, cidadãos de segunda classe, apesar de instrumentos como a PNI e o Estatuto do Idoso.

A terceira idade está se encolhendo, tudo indica que em breve será coisa de uma pequena parcela de privilegiados, talvez restrita àqueles jovens dos anos 1960 e 1970 que levantaram bandeiras por direitos civis e contra o preconceito e seus sucessores, que pertencem a um círculo de elite, eminentemente urbano. Sua mensagem contra o etarismo não é efetiva, não é democrática, a medida que não inclui questões relativas às perdas e lutos inerentes ao envelhecimento. Também não trata das contribuições e cenários possíveis para a inclusão das pessoas idosas com suas peculiaridades, principalmente quanto às reivindicações por saúde pública, previdência e demais direitos sociais. Falam de inclusão, mas sua pauta é prioritariamente de costumes, buscam aceitação por parte de uma sociedade que privilegia a juventude como estilo e referência, a intenção é alcançar adaptação. Não questionam os sentidos e valores possíveis para a experiência vital como um todo integrado, inclusive sua finitude e dependência de cuidados durante os últimos anos,

o que permanece um tabu. Afinal, falar sobre miséria e abandono como produto de um sistema, de uma vida de exploração do trabalho, não vende.

A necessidade de fortalecer a luta por direitos, visibilidade e sobrevivência digna não se consolida através desse discurso individualizante que impera na mídia, que clama por liberdade e aceitação das diferenças; sua consequência é particularizar, isolar e responsabilizar cada vez mais o idoso e sua família por seu destino, na melhor das hipóteses os objetificando, classificando-os segundo sua capacidade de consumo.

Mas, o processo de envelhecimento populacional é inexorável, será a característica mais importante do novo regime demográfico do século XXI, a despeito dos efeitos da pandemia de Covid-19 ou eventos similares. E apesar da premência da questão, pouco tem sido discutido com vistas a conscientizar a população sobre as necessidades de trazer para o primeiro plano a questão, com toda a sua complexidade, mesmo estabelecidas diretrizes e regramentos como o Estatuto do Idoso. A diferença entre o discurso legislado e o seu alcance social ainda é enorme, segundo conflitos de interesses que visam excluir a participação e representatividade das entidades civis na luta por fazer valer suas conquistas, assim como não favorecem a organização de movimentos de idosos para discutir e exigir seus direitos. O contexto de crise econômica e consequente disputa de recursos vem bem a calhar; podemos citar como um exemplo recente o discurso sobre a escassez de leitos e equipamentos de suporte à vida disponíveis no SUS durante a pandemia de Covid-19, imputada a grande quantidade de pacientes idosos. É mais uma forma de dissipar a solidariedade entre as gerações, particularizar, fazer saber subliminarmente que deve haver uma hierarquia de importância entre os cidadãos, elegendo os mais frágeis como alvos para fugir da discussão verdadeira: o desfinanciamento do SUS e o desmonte do sistema de proteção social.

Envelhecer é mais do que uma conquista do progresso das ciências e avanços sociais, é um direito que deriva de lutas incansáveis e contínuas. Requer reconhecimento pelo grupo; seu investimento afetivo que possibilite manter e refazer laços sociais segundo a compreensão de que a solidariedade intergeracional é um fator crucial para os processos de subjetivação, favorecendo representações sociais de valor simbólico positivo. Cada nova geração precisa de raízes, de traços identificatórios que assegurem o sentido, que reafirmem ideais e o reconhecimento de si e da cultura, sem o qual não é possível dar valor e direção a própria vida. Este

deve ser o valor simbólico, a contribuição da velhice com todas as suas nuances, que precisa ser mantido, combatendo o preconceito e estereótipos, para que a vida seja um todo, muito além de uma diluição e flexibilização de faixas etárias e seus papéis. O resultado da falta de ideais internalizados é a alienação e subordinação ao discurso e interesses de outrem, principalmente quando esse discurso é envolvente, revestido de um tom de superioridade, de aparência moralizante e prometendo soluções simplistas ao eleger bodes expiatórios e inimigos para assumirem a culpa das crises socioeconômicas.

O caminho que se apresenta é de retrocesso de direitos; silenciamento, abandono, invisibilidade e desamparo, ignorando-se que a dependência das gerações passadas é fruto do modelo de divisão do trabalho vigente e de um pacto social. A Inclusão e “justiça social” são imagens que atualmente prestam-se ao *marketing* mais do que à conscientização e mobilização para a luta por direitos.

À guisa de conclusão, cabe retomar uma vez mais a base da teoria psicanalítica, que nos permite afirmar não ser possível falar do velho sem referenciar-se a um outro que nos precede e, ao mesmo tempo, antecipar uma imagem da nossa própria finitude e reviver a experiência primordial de desamparo. Encontrar um caminho que aceite a velhice, com todas as suas características, incluindo a finitude, só será possível a medida que o coletivo permitir imaginariamente antecipar com dignidade que “o velho sou eu” e portanto somos todos “o velho” e assim encerrar o *apartheid* entre gerações, integrando todas as vivências, memórias e demais imagens do envelhecimento e da velhice em representações sociais de valor simbólico, fortalecendo o laço social e a vida em toda a sua potência.

REFERÊNCIAS

ABIGALIL, Albamaria Paulino de Campos. **Desafios do envelhecimento ativo face a reestruturação e desfinanciamento da seguridade social no Brasil**. 2019. 263p. Dissertação (Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social – Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília. Disponível em <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35262/1/2019_AlbamariaPaulinodeCamposAbigalil.pdf>. Acesso em: 08/11/2021.

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. Da política nacional do idoso ao estatuto do idoso: a difícil construção de um sistema de garantias de direitos da pessoa idosa. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (ORGs). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 359-378, 619p.

_____. **“De Senectude” reflete sobre os conceitos de velhice**. 26/07/2018. Disponível em:<<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/de-senectude-reflete-sobre-os-conceitos-de-velhice/26072018>>. Acesso em: 21/07/2021.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesias Completas**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. FLAKSMAN, Dora. Rio de Janeiro: Zahar, 2^a ed.1981. Disponível em:<<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141>>.v0i117, p181-186. Acesso em: 02/02/2021.

Azize, Rogério Lopes. **A “evolução da saúde masculina”**: virilidade e fragilidade no marketing da disfunção erétil e da andropausa. In:Mirian, Goldenberg (ORG) **Corpo, envelhecimento e felicidade**. e-book [recurso eletrônico], edição Kindle. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira. p. 65-67, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais velho**: implicações do envelhecimento populacional. World Bank Latin American and Caribbean, 2011. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/5581B2A4-DB49-525B-8024CA1E2438F10B26062018080007.pdf&i=3121>. Acesso em: 15/05/2022

BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Testemunho de vida**: um estudo antropológico de mulheres na velhice. Série Perspectivas antropológicas da mulher, Rio de Janeiro:Zahar , 1981, v.2,112p.

BATICH, Mariana. **Previdência do trabalhador**: uma trajetória inesperada. São Paulo em Perspectiva. 2004, v. 18, n. 3, p. 33-40. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000300004>>. Acesso em: 09/09/2021.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Trad. MARTINS, Maria Helena Franco. RJ: Nova Fronteira, 3ª ed., 2018, 618p.

BELCHIOR, .Velha Roupa Colorida. In: COSTA, Elis Regina Carvalho. **Falso Brillhante**. Rio de Janeiro: Phonogram, 1976. LP Vinil, faixa 2.

BÍBLIA. Hebraico-Português. **Torah: A lei de Moises e as Haftarot**. Trad. Rabino Meir Matzilah Melamed. 3ª ed. 1967, não comercial, 514p.

BIRMAN, Joel. **Sexualidade na contemporaneidade**. Cadernos de psicanálise. Rio de Janeiro. 2018, v. 40, n. 38, p. 137-159. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952018000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13/08/2021.

_____. **Terceira idade, subjetivação e biopolítica**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. RJ, 2015, v. 22, n. 4, p. 1267-1282. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000400007>>. Acesso em: 20/02/2021.

BORN, Tomiko; BOECHAT, Norberto Seródio. A Qualidade dos Cuidados ao Idoso Institucionalizado In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**, Parte 4 Cuidados ao Idoso e à Velhice, 2013, 3ª ed. p. 1820 a 1835, 2360p.

BRASIL, Agência Senado. **Primeira lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos**. Arquivos. WESTIN, Ricardo. Brasília, DF. 03/06/2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>>. Acesso em: 12/05/2021.

BRASIL, Casa Civil. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF.

1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 09/06/2021.

_____. **Lei 8.842 de 04 de janeiro 1994**. Política Nacional do Idoso. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 09/06/2021.

_____. **Lei 10.741 de 1 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 09/06/2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09/08/2021.

BRASIL, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 1.948, de 03 de julho de 1996**. Regulamenta a Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília, DF. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1948impressao.htm>. Acesso em: 09/06/2021.

_____. **Lei 6.800, de 18 de março de 2009**. Dá nova redação ao art. 2º do Decreto no 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília, DF. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6800.htm#art1>. Acesso em: 09/06/2021.

_____. **Lei 9.921, de 18 de julho de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa. Brasília, DF. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9921.htm>. Acesso em: 09/06/2021.

_____. **Lei 10.604, de 20 de janeiro de 2021**. Altera o Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa. Brasília, DF. 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10604.htm#art2>. Acesso em: 09/06/2021

_____. **Lei 13.466, de 12 de julho de 2017**. Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF. 2021, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13466.htm>. Acesso em: 29/08/2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Aprova Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, Brasília, DF. 2006. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html>. Acesso em: 09/06/2021.

_____. **Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento**. série B, textos básicos de saúde. Série pactos pela saúde 2006, v. 12. 2010, 44p. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_volume12.pdf>. Acesso em: 09/06/2021.

_____. **MARCO LEGAL: Saúde um direito de adolescentes**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. 1.ª edição 2005, 1.ª reimpressão 2007, 60p. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf>. Acesso em: 31/07/2021.

CAMARANO, Ana Amélia. **Living longer: are we getting older or younger for longer?** Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology. 2016a, v. 13, n. 01, pag. 155-175. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-43412016v13n1p155>>. Acesso em: 31/07/2021

_____. Introdução. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GACOMIN, Karla Cristina (ORGs). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016b, p. 359-378, 619p.

CAMARANO, Ana Amélia; FERNANDES, Daniele. Envelhecimento da população brasileira: contribuição demográfica. In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia (Orgs) **Tratado de Geriatria e Gerontologia**, Parte 1 Introdução ao Estudo do Envelhecimento e às práticas em gerontologia, 2022, 5ª ed. p. 62-75, 2360p.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Bookman. 2009a, 271p.

_____. Grounded Theory. In: **The SAGE Encyclopedia of Social Science Research Methods**. 2003. SAGE Publications. 2009b.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre: meias confissões de Aninha**. 6^a ed. São Paulo: Global, 1997.

COSTA, Rogério da. **Sociedade de controle**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEAD, 2004, v. 18, n. 1, p. 161-167. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100019>>. Acesso em: 21/06/2021.

DAMASCENO, Victória. **Weintraub repete acusações contra universidades com base em reportagens**. Exame [online], Home/Brasil, 11/12/2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-repete-que-ha-plantacoes-de-maconha-nas-universidades/> Weintraub repete acusações contra universidades com base em reportagens>. Acesso em: 01/05/2022.

DANIEL, Fernanda. **O conceito de velhice em transformação**. Revista Interações, Coimbra: Instituto São Miguel Torga, 2006, n. 10, p. 113-122. Disponível em <<http://dspace.ismt.pt/xmlui/bitstream/handle/123456789/88/179-551-1-PB.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26/03/2021.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice, socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**, São Paulo: EDUSP, 1^a ed. 3^a reimpressão, 2020, 276p.

DELEUZE, Gilles. **Post Scriptum sobre as sociedades de controle**. Trad: Peter Pál Pelbart. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed 34. 1992, p.219-226.

DOLL, Johanes; GOMES, Ângela; HOLLERWEGER, Leonéia; PECOITS, Rodrigo Monteiro; ALMEIDA, Sionara Tamanini de. **Atividade, desengajamento, modernização: teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento**. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. 2007, v.12, p. 7-33.

ESTADÃO CONTEÚDO. Para Bolsonaro, é melhor menos direitos trabalhistas que perder o emprego. **Veja** [online], Política. 21/05/2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/para-bolsonaro-e-melhor-menos-direitos-trabalhistas-que-perder-o-emprego/>>. Acesso em: 03/03/2022.

FARO, Livi; RUSSO, Jane Araujo. Testosterona, desejo sexual e conflito de **interesse: periódicos biomédico como espaços privilegiados de expansão do mercado de medicamentos**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos. 2017, v. 23, n. 4, p. 61-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000100003>>. Acesso em: 04/05/2021

FELIX, Jorge. Economia da Longevidade: contribuição interdisciplinar para a Gerontologia. In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia (Orgs). In: **Tratado de Geriatria e Gerontologia**, Parte 9 Aspectos Sociais do Envelhecimento, 2022, 5 ed. p. 1310-1313, 2360.

_____. **Economia da Longevidade: O envelhecimento populacional muito além da previdência.** e-Book, Rio de Janeiro: Editora 106, 2019.

_____. Economia da longevidade: Uma 'Resposta Construtiva' para o Envelhecimento Populacional no Brasil. In: **O Brasil depois da pandemia – Doenças crônicas e longevidade: desafios para o futuro.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 41 p. 2022a.

FHC diz que aposentado antes dos 50 é 'vagabundo'. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 12 /05/1998a. Sucursal Rio. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc12059802.htm>> Acesso em: 08/05/2022.

FHC foi aposentado aos 37 e Ruth se aposentou aos 55. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 13/05/1998b. Agência Folha Porto Alegre. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc13059805.htm>> Acesso em: 10/06/2022.

FONSECA, Suzana Carielo. Apresentação. In: **Fonseca, Suzana Carielo(Org.) O Envelhecimento ativo e seus fundamentos.** 1ª ed. São Paulo: Portal Edições, 2016. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/gerontologia/ebook_-livro_o_envelhecimento_ativo_e_seus_fundamentos.pdf>. Acesso em: 12/01/2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a Vontade de Saber.** Trad. ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa e ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhaon. RJ:Edições Graal, 1988. 149p

_____. **O Nascimento da Clínica.** Trad. Roberto Machado. 5ª ed. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 1998, 241p

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização (1930).** Obras Psicológicas Completas, Rio de Janeiro:Imago. 1996a, v. XXI.

_____. **Sobre o Narcisismo uma Introdução (1914).** Obras Psicológicas Completas, Rio de Janeiro:Imago. 1996b, v. XIV.

GIACOMIN, Karla. Envelhecimento da População Brasileira: projeções da demanda e dos custos de instituições de longa permanência para idosos. In: **Brasil depois da pandemia – Doenças crônicas e longevidade: desafios para o futuro**, 26/04/2022, online, Rio de Janeiro: Fiocruz, 00:04:21-00:2:52,00:02:01:05, Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=KgTvB20Z2tY>>. Acesso em 26/04/2022

GLASER, Barney Galland, STRAUSS, Anselm Leonard. **The discovery of Grounded Theory**: strategies for qualitative research. New York:Aldine Transaction, 1967, 270 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A invenção de uma bela velhice: projetos de vida e a busca da felicidade**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Record. 2021, 159p.

GOLDENBERG, Mirian. **Corpo, envelhecimento e felicidade**. eBook[recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 15-17, 2012.

GROISMAN, Daniel. Velhice e história: perspectivas teóricas. In: **Cadernos IPUB**, Rio de Janeiro. 1999, n. 10, p. 43-56. Número especial: Envelhecimento e Saúde Mental – Uma Aproximação Multidisciplinar.

HAREVEN, Tamara Kern. Changing images of aging and the social construction of the life course. In: FEATHERSTONE, Mike; WERNICK, Andrew. (Org.). **Images of Aging**: cultural representations of later life. London: Routledge, 1995, p. 117-131, 312p.

HARRISON, Mariana Bairral Brito; ESPINDOLA, Débora Sun. Preparação para a Reserva em Organizações Militares: Relato de Uma Experiência de Trabalho. In: Revista Silva - Humanidades em ciências militares. Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, Online, 2018, EB, vol. 2, n 2. Disponível em: <<http://www.revistasilva.cep.eb.mil.br/pt/edicao-atual/2-uncategorised/43-preparacao-para-a-reserva-em-organizacoes-militares-relato-de-uma-experiencia>> acesso em: 20/05/2022.

HAROLD E MAUDE. In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. Wikimedia, 2021. Disponível em:<https://en.wikipedia.org/wiki/Harold_and_Maude>. Acesso em: 21/04/2021.

HERZOG, Regina. **O laço social na contemporaneidade**. Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental. 2004, v. 7, n. 3, p. 40-55. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1415-47142004003004>>. Acesso em: 06/06/2021.

IBGE. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade** : 1980-2050 : revisão 2008. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro:IBGE, 2008, 96p.

_____. **Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos**. Rio de Janeiro: IBGE. 2020. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>>. Acesso em: 20/07/2020

_____. **Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos**. Rio de Janeiro: IBGE. 2019. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>>. Acesso em: 20/07/2020

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expans. In: JODELET, Denise (Ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. rad:Tarso Bonilha Mazzott. Rio de Janeiro:UFRJ- Faculdade de Educação. 1993. Uso escolar, proibida a reprodução.

KALACHE, Alexandre. **A melhor coisa que pode nos acontecer é envelhecer**. [entrevista concedida a] Eliane Bardanachvili. Pesquisa, Política e Ação em Saúde Pública [online]. Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ, setembro, 2020. Disponível em:<<https://cee.fiocruz.br/?q=Alexandre-Kalache-A-melhor-coisa-que-pode-nos-acontecer-e-envelhecer>>. Acesso em: 10/11/2021.

KALLIL, Renata; ÖBERG, Bárbara. **Ageless beauty**: o movimento que está fazendo indústria repensar o uso do termo anti-aging. VOGUE, [online], Beleza/Skincare. 2019. Disponível em:<<https://vogue.globo.com/beleza/pele/noticia/2019/10/ageless-beuty-o-movimento-que-esta-fazendo-industria-repensar-o-uso-do-termo-anti-aging.html>>. Acesso em: 20/03/2022

LACAN, Jacques Marie Émile. **O Seminário, livro 8**: A transferência. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed, 488 p., 1992.

LASLETT, Peter. **A fresh map of life**: the emergence of the third age. Cambridge: Harvard University Press. 2ª ed. 1991, 328p.

LEMOS, Daniela, PALHARES, Fernanda, Pinheiro, João Paulo e LANDENBERGER, Thaís. **Velhice**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Projeto e-Psico. 2008 (suposto). Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/velhicetexto.html>>. Acesso em: 22/02/2021.

LOUSADA, Vinicius. **Vice-líder do governo, deputado do PSL diz que universidades públicas são "festas de orgias"**. Forum [online], Brasil, 27/03/2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2019/3/27/vice-lider-do-governo-deputado-do-psl-diz-que-universidades-publicas-so-festas-de-orgias-54351.html>. Acesso em: 27/04/2022.

MARTELLO, Alexandre; GOMES, Pedro Henrique. **Guedes diz que Estado 'quebrou' e que vai ser 'impossível' atender demanda crescente na saúde**. G1 [online], Economia. 27/04/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/27/guedes-diz-que-estado-quebrou-e-que-vai-ser-impossivel-atender-demanda-crescente-na-saude.ghtml>>. Acesso em: 01/05/2022.

MARTINS, Júlio Monteiro. **Displasia de Deus**: reflexões em companhia da morte. Rio de Janeiro: Editora Anima, 1986.

MARTINS, Luiz Alberto Moreira; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Genealogia do Biopoder**. Psicologia & Sociedade, Florianópolis, mai/ago, 2009. v.21, n.2, p. 157-165. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000200002>>. Acesso em: 01/03/2021.

MELO, Austregésilo Ferreira de. **A saúde do idoso em 2030**: uma análise prospectiva do gasto público na saúde no Brasil. 2011. 70p. Dissertação (Saúde pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Recife, 2011. Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/13296/1/483.pdf>>. Acesso em: 21/04/2021.

MENDONÇA, Jurilza Maria Barros de; ABIGALIL, Albamaria Paulino de Campos; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira; YUSTE, Antonio; RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza. **O sentido do envelhecer para o idoso dependente**. Ciencia & Saúde Coletiva, 2021, v. 26, n.1, p.57-65. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.32382020>>. Acesso em 25/01/2021.

MESSY, Jack. **A pessoa idosa não existe**: uma abordagem psicanalítica da velhice. Trad. WERNECK, José de Souza e Mello. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aleph. 1999, 159p

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos Everaldo Alvares. Introdução. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos Everaldo Alvares (ORG.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Antropologia & Saúde Collection. 2ª reimpressão. 2011, p. 11-24, 2012p. Disponível

em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/d2frp/pdf/minayo-9788575413043.pdf>>. Acesso em: 10/05/2021.

MORAES, Edgar Nunes de. Processo de envelhecimento e bases da avaliação multidimensional do idoso. In: BORGES, Ana Maria Abreu; COIMBRA, Angela Maria Castilho (ORGs). **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. p.151-175, 1ª ed. 1ª reimpressão 2010. 339p.

MORAES, Vinicius de. **Livro de Soneto**. S.P.: Companhia das Letras, 1991, 160p.
MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed. 1978, 291p. tradução de Álvaro Cabral

MPPR, ministério público. **30 anos de Constituição Federal e o Ministério Público**. Entrevista com a procuradora de Justiça Rosana Beraldi Bevervanço, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. [s.d.]. Disponível em: <<https://idoso.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=92>>. Acesso em: 06/10/2021

MUCIDA, Ângela. **O sujeito não envelhece - Psicanálise e velhice**. Belo horizonte: Autêntica, 1ª ed. 2007, 232p.

NERI, Anita Liberalesso. Conceitos e teorias sobre o Envelhecimento. In: MALLOY-DINIZ, Leandro; FUENTES, Daniel; COSENZA, Ramon Moreira (ORG.). **Neuropsicologia do Envelhecimento**: Uma abordagem multidimensional. Porto Alegre: Artmed, 1ª ed. 2013, p. 17-41, 456p. Disponível em: <https://observatorio.fm.usp.br/bitstream/OPI/7071/1/book_Neuropsicologia_do_Envelhecimento_Uma_Abordagem_Multidimensional_2013.pdf>. Acesso em: 10/03/2021.

NETTO, Matheus Papaléo. O Estudo da Velhice: Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos. In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**, Parte 1 Introdução ao Estudo do Envelhecimento e da Velhice, 2013, 3 ed. p. 62-75, 2360p.

ONU, Assembléia Geral. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. 1948. 7p. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>>. Acesso em: 10/01/2022.

RABELO, Dóris Firmino;NERI, Anita Liberalesso. **A complexidade emocional dos relacionamentos intergeracional e a saúde mental dos idosos**. Pensando Famílias, 18(1), 138-53. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n1/v18n1a12.pdf>>. Acesso em: 13/07/2021.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Fundamentos Constitucionais do Direito à Velhice**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.

_____. **Os Direitos Fundamentais das Pessoas Idosas**. 3 ed. São Luís:Promotoria do Idoso e Deficiente, 2003.

_____. **Estatuto do Idoso Comentado**. Florianópolis: Obras Jurídicas, 2005.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; LOGRADO, Yuri Sampaio Capellato; PERDIGÃO, Viviane Freitas; LIMA, Geórgia Kerle Santos; CALDAS, Alyne Mendes. POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO IDOSO: aplicabilidade do artigo 4º do decreto nº 1.948/96. In: **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Paulo_Roberto_Yuri_Viviane_Georgia_Karle_Santos_Aline.pdf>. Acesso em: 05/11/2021.

ROSA, Eliel Matias da. **10 questões sobre ISO 26000**. ISBN.[online]. Blog da Sustentabilidade. 09/04/2018. Disponível em:<<https://www.inbs.com.br/10-questoes-sobre-iso-26000/>>. Acesso em: 25/04/2022.

ROSA, João Guimaraes. **Tutaméia – Terceiras Estórias**. São Paulo: José Olympio. 1979, 242p.

RUBLACK, Ulinka. **The Astronomer and the Witch: Kepler's Mother**. Lecture. Gresham College. Jun/2021. Online, 52:49. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=_SqryCA2IEg>. Acesso em: 16/07/2021.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. O discurso do envelhecimento da população como ideologia. **Argumentum**,[S. l.],v.5,n.2, p.216–234,2014. DOI: 10.18315/argumentum.v5i2.5067. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/5067>>. Acesso em: 13/05/2022.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro. As Rugas do Tempo na Ficção. In: **Cadernos IPUB**, Rio de Janeiro. 1999, n. 10, p. 9-33. Número especial: Envelhecimento e Saúde Mental – Uma Aproximação Multidisciplinar.

SEGUIN, Elida. Proteção Legal ao Idoso. In: SEGUIN, Elida (Org.). **O Direito do Idoso**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999. p. 1-42.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. **Da velhice à terceira idade**: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. RJ, 2008, v. 15, n. 1, p. 155-168. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000100009>. Acesso em: 24/02/2021.

SIMONEAU, Adriana Sancho. **A velhice na mídia brasileira**: análise de representação social. 2015. 249 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SZAPIRO, Ana Maria; RESENDE, Camila Miranda de Amorim. **Juventude**: etapa da vida ou estilo de vida? Psicologia & Sociedade. 2010, v. 22, n. 1, p. 43-49. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/psoc/a/xd33GX4XKYJgHVYbp4wJhjw/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 15/07/2021.

TAXA de fecundidade. In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. Wikimedia, 2021. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_fecundidade>. Acesso em: 21/04/2021.

TELLES, Lygia Fagundes. Senhor Diretor, In: **Seminário dos ratos**. eBook.[recurso eletrônico]. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, p. 13, 2009a.

_____. Boa Noite Maria. In **A noite Escura e Mais Eu**. eBook[recurso eletrônico]. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, p. 34, 2009b

_____. **Horas Nuas**. eBook[recurso eletrônico] Rio de Janeiro: Companhia das Letras, p. 6, 2010

UCHÔA, Elizabeth; FIRMO, Josélia Oliveira Araujo; LIMA-COSTA, Maria Fernanda Furtado de. Envelhecimento e Saúde: Experiência e construção cultural. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos Everaldo Alvares (ORG.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Antropologia & Saúde Collection. 2ª reimpressão. 2011, p. 25-36, 2012p. Disponível em:<<https://static.scielo.org/scielobooks/d2frp/pdf/minayo-9788575413043.pdf>>. Acesso em: 10/05/2021.

UVO , Roberta Terezinha; ZANATTA, Maria de Lourdes. A atuação do Ministério Público na proteção dos direitos do idoso. In: **Anais da Semana de Divulgação Científica do Curso de Direito**. Itajaí:Univali, 2004, p. 235-244, 390p.

VALENTI, Lauren. **Como assumir os cabelos grisalhos**: confira dicas de profissionais para o processo de transição. VOGUE.[online]. 30/11/2021. Disponível em <<https://vogue.globo.com/Noiva/Beleza/noticia/2021/11/como-assumir-os-cabelos-grisalhos-confira-dicas-de-profissionais-para-o-processo-de-transicao.html>>. Acesso em: 20/03/2022

VALLE, Marcos Kostenbader; VALLE, Paulo Sergio Kostenbader. **Com mais de 30**. In: MEDORI, Maria das Graças Rallo (CLAUDIA). Jesus Cristo. Rio de Janeiro: ODEON Records, 1971. LP Vinil, faixa 11.

VERAS, Renato Peixoto. **País Jovem com cabelos brancos**: a saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará. UERJ. 1993. 209p.

_____. Prefácio. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos Everaldo Alvares (ORGs.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Antropologia & Saúde Collection. 2ª reimpressão. 2011, p. 9-10, 2012p. Disponível em:<<https://static.scielo.org/scielobooks/d2frp/pdf/minayo-9788575413043.pdf>>. Acesso em: 10/05/2021.

WELFARE STATE. In: **WIKIPEDIA: the free encyclopedia**. Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em:<https://en.wikipedia.org/wiki/Welfare_state>. Acesso em: 24/04/2022.

ANEXO I - Entrevista com o Prof. Jorge Felix

O professor Jorge Felix concedeu-me uma conversa informal *online* em 06/06/2022, com o objetivo de discutir a dissonância cognitiva estabelecida entre a exigência de permanecer trabalhando e contribuindo para o regime previdenciário por mais tempo da vida e o crescente preconceito quanto aos trabalhadores mais velhos, que os marginaliza. Aparentemente é desconsiderando o envelhecimento da população e as contrarreformas quanto às regras mais rígidas para a aposentadoria e benefícios.

Considerando a relevância do tema, solicitei autorização para realizar um resumo da entrevista e publicizá-la, ao qual o prof. Felix prontamente aquiesceu.

Durante a conversa, Felix colocou que a tendência para a diminuição do interesse do mercado pelo trabalhador mais velho é mundial, sendo que a linha de corte para quem busca emprego está em torno de 45 anos e diminuindo e em lugares onde o trabalho está mais vinculado à inovação e a alta tecnologia, é drasticamente menor. Usou como exemplo extremo as empresas do Vale do Silício, inclusive quanto à necessidade dos trabalhadores manterem uma imagem quase estereotipada quanto à aparência e essência da juventude. Nesse sentido, Felix teceu comentários acerca de um filme, o qual considera um bom exemplo: *Os Estagiários* (2013), onde dois homens na casa dos 40 anos, desempregados, participam do processo seletivo da Google para estagiários e assim ingressam em equipes de projeto formadas por integrantes muito jovens⁴¹. Felix ressalta que o filme foi incompreendido por muitos, que não o tomaram como uma crítica ao desrespeito ao trabalhador mais velho quanto às suas características, habilidades e experiências adquiridas, mais do que uma ação de inclusão.

Para Felix, tal desinteresse do mercado, que diminui a linha de corte para novas contratações, está associado à ideia preconceituosa de que os trabalhadores quanto mais velhos, mais resistentes ao uso da tecnologia, assim como mais exigentes quanto aos salários e condições de trabalho (custam mais caro na relação custo-benefício). Por outro lado, assinala que a diminuição drástica da oferta de

⁴¹ O ambiente de trabalho mostrado no filme pretende ser inovador e muito produtivo, fortemente marcado por referências à cultura pop adolescente, tais como os jogos de Quadribol inspirados na saga literária Harry Potter, como atividades que fazem parte do dia a dia de trabalho, assim como referências à quadrinhos japoneses, foguetes, carros sem motorista, dentre outras.

trabalho para as faixas de idade mais avançadas, associada a alta de preços de produtos como planos de saúde e péssimos serviços públicos disponíveis para a população, forçam os trabalhadores a aceitarem salários bem abaixo do que suas habilidades fariam jus, em nome de manterem tais benefícios e alcançarem o tempo para a aposentadoria, o que interessa, obviamente, ao mercado: “Os trabalhadores estão trabalhando pelo plano de saúde”.

A dissonância entre exigir mais tempo e não criar condições de empregabilidade permanece fora do foco de interesse; apesar da PNI estabelecida em 1994 e o Estatuto do Idoso. A PNI não alcançou resultados concretos para a proteção do trabalhador idoso. Felix acrescenta ainda que há defensores da ideia associada a maior procura por mão de obra, derivada de um esperado crescimento econômico, como fato que, por si só aumentaria a demanda por trabalhadores do segmento mais idoso, inclusive os mais qualificados. O foco para a solução de todos os problemas recai, assim, sobre o crescimento econômico, que absorveria os trabalhadores mais velhos por mais tempo, dispensando maiores preocupações do Estado com a sobrevivência dos mais velhos no mercado.